

Avante!

O XVI Congresso do PCP reúne em Lisboa em 8, 9 e 10 de Dezembro

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Democracia e Socialismo

Cerca de 1700 delegados vão reunir-se no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, no XVI Congresso do PCP, onde se concluirá o debate e será aprovada a Resolução Política. Os delegados debaterão também a proposta de novo Comité Central apresentada pelo CC cessante – e que o *Avante!* hoje publica –, elegendo a próxima direcção do Partido.

Págs. 15 a 18

Portugal Telecom privatizada a 99,99 por cento

Ligada aos lucros

O Governo do PS concluiu na segunda-feira a entrega do terceiro maior grupo económico português ao grande capital financeiro. Os comunistas e a quase totalidade das estruturas representativas dos trabalhadores condenam a privatização e mostram-se prontos a continuar a luta contra a política que tem por objectivo principal aumentar os lucros privados.

Págs. 5 e 6



Ainda a *manif* no Porto

PJ identificou estudantes

A Polícia Judiciária identificou e interrogou vários jovens durante a manifestação do secundário realizada no Porto, na semana passada. Os deputados do PCP já questionaram o Governo sobre a atitude da polícia.

Pág. 24

Protesto em Nice

Contra a política liberal

Partidos comunistas e progressistas europeus realizaram, na terça-feira, em Nice, uma contracimeiral. Ontem, as ruas estiveram reservadas a uma poderosa manifestação de sindicatos europeus.

Pág. 21

Dia Internacional lembra

Violência é crime

No Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sobre as Mulheres, assinalado por diversas iniciativas, a Plataforma da Marcha Nacional das Mulheres do Ano 2000 sublinhou que a violência é um crime.

Pág. 11

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.º-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt

Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Ligia Calapez
Margarida Folque

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00

25 números: 4 200\$00

EUROPA

50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

e MACAU

50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Resumo

29 Quarta-feira

Durante um almoço na Associação Empresarial Portuguesa, Jorge Sampaio diz que «a economia atravessa dilemas complexos que auguram tempos menos fáceis» ● Francisco Assis ameaça demitir-se da liderança do grupo parlamentar do PS, caso o Governo recue no apoio à proposta do Estatuto dos Deputados ● Os professores e os funcionários da escola do Ensino Básico da Trafaria estão em greve para protestar contra a violência de que são vítimas por parte dos alunos ● O ministro palestiano da Cooperação Internacional diz que a única hipótese de sobrevivência política do primeiro-ministro Ehud Barak é a de «pôr fim à agressão e à guerra insensata» ● A Comissão Europeia propõe a saída da cadeia alimentar de todos os bovinos com mais de 30 meses.

30 Quinta-feira

A Fenprof lamenta a posição do Ministério da Educação na revisão do sistema de concursos relativo à colocação de professores, por achar que «existe falta de abertura em relação aos contratados» ● Antunes da Silva anuncia que a Siderurgia Nacional Serviços vai encerrar a sua actividade, despedindo 796 trabalhadores ● O general Ansumane Mané é morto durante uma troca de tiros com as forças militares leais ao Presidente Kumba Ialá ● Os palestinianos recusam a proposta de Ehud Barak sobre a transferência de 10 por cento da Cisjordânia para a Autoridade Palestiniana.

1 Sexta-feira

Devido a desacordo com a ONU sobre uma nova fórmula de preços do petróleo, o Iraque suspende as suas exportações ● Augusto Pinochet é formalmente acusado de 75 crimes e chamado a comparecer perante a justiça ● As linhas ferroviárias do Minho e do Douro estão interrompidas devido ao temporal que se abateu sobre a região.

2 Sábado

Quatro ministros timorenses dizem demitir-se caso não sejam definidas as funções da ATTL, e João Carrascalão já suspendeu as suas funções ● A SATA é obrigada a cancelar nove ligações aéreas entre as ilhas devido aos fortes ventos nos Açores ● Michel Roussin, antigo ministro de Jacques Chirac, é preso na sequência

O Governo entregou ao capital financeiro a última fatia da Portugal Telecom

do escândalo do financiamento oculto aos partidos ● Numa mensagem dirigida ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o chefe da diplomacia iraquiana protesta contra os raides americano-britânicos que alvejam «objectivos civis».

3 Domingo

Na sua deslocação a Viana do Castelo, Jorge Sampaio confrontado com a ameaça de boicote às presidenciais responde que é a «coisa mais grave que pode haver numa democracia» ● Bagdade afirma-se optimista quanto à possibilidade de um acordo com a ONU sobre a fórmula dos preços apresentados ● No 7.º Congresso do Partido Comunista Russo, Guennadi Ziuganov é reconduzido no cargo de presidente do comité central ● Kofi Annan, secretário-geral da ONU, foca o seu último dia de visita à Serra Leoa, na verificação dos esforços de desarmamento e desmobilização dos rebeldes.

4 Segunda-feira

A quinta fase da privatização da Portugal Telecom rende ao Estado 142 milhões de contos ● O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Sá Fernandes, demite-se das suas funções ● O Knesset aprova uma proposta de lei que proíbe a qualquer primeiro-ministro sem maioria parlamentar assinar acordos internacionais, o que dificulta a margem de manobra de Barak com os palestinianos ● O governo suíço decide iniciar o processo de adesão às Nações Unidas ● Durante o Conselho de Ministros da Agricultura, a UE proíbe a utilização das farinhas de carne e ossos na alimentação de todas as espécies animais durante seis meses.

5 Terça-feira

O «DN» revela que, na Comissão Permanente do PS, António Guterres foi acusado de ser o responsável por «uma crise muito desagradável» ao deixar arrastar o conflito entre António Costa e Sá Fernandes ● O bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários considera que a carne bovina portuguesa «ainda não é suficientemente segura para ser exportada» ● Na sequência de um novo recurso apresentado pelos advogados do general Pinochet, o tribunal de recurso de Santiago do Chile decide interromper o processo de notificação ● O presidente francês, Jacques Chirac, recusa pronunciar-se sobre um caso de financiamento oculto do seu partido.

Aconteceu

Clonagem e cancro

Foram anunciados esta semana dois avanços científicos no combate ao cancro. Um deles consiste numa nova droga desenvolvida por cientistas britânicos e norte-americanos designada «Glivec», que foi apresentada como uma «pílula anti-leucemia» a ser comercializada já em 2001 e foi testada em mil pacientes sofrendo de leucemia miolítica crónica, com resultados apreciáveis, nomeadamente travando a multiplicação fatal das células brancas do sangue que ocorre na leucemia.

Outro avanço anunciado foi a clo-

nagem de uma galinha «baptizada» Britney pelos mesmos cientistas britânicos que clonaram a famosa ovelha Dolly. Esta galinha geneticamente modificada terá capacidade de produzir ovos com claras muito ricas em proteínas que, por sua vez, serão utilizadas no fabrico de novos medicamentos eficazes no combate a cânceros na mama e nos ovários. A notícia foi veiculada pelo jornal *Mail on Sunday*, que acrescenta a previsão de tais medicamentos obtidos a partir destas proteínas poderão ser comercializados dentro de dois anos.



Crédito bonificado com fraude bancária

Segundo o *Diário de Notícias*, os bancos e os clientes estão a utilizar um expediente que lhes permite contornar as limitações impostas ao crédito bonificado, transgredindo a lei e penalizando o fisco com a fuga à

assenta na realização de dois contratos - um para compra de habitação e outro de crédito pessoal, à mesma taxa - quando os montantes de créditos permitidos por lei não são suficientes para a aquisição da casa pretendida. Assim, os clientes podem adquirir casas no valor de 30 mil contos ou mais em regime de crédito bonificado, o que é proibido por lei, só que uma parte substancial da totalidade de tal crédito bonificado fica «encapotado» pelo crédito pessoal.

Fundação sob suspeita

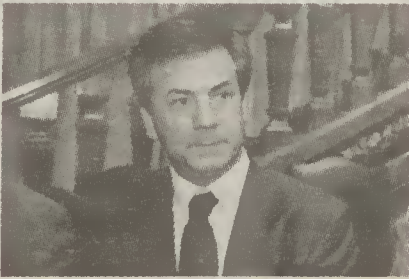
A Fundação para a Prevenção e Segurança, organismo criado pelo Ministério de Administração Interna (MAI) por decisão do então secre-

tário de Estado Armando Vara, foi alvo de polémica quando esta semana o semanário *Expresso* questionou a lisura do processo, pondo sus-

peições sobre a constituição desta Fundação financiada com dinheiros públicos sob responsabilidade de Armando Vara e, depois, do seu sucessor no cargo, Luís Patrão, actual secretário de Estado do MAI, sendo controlada pelos assessores mais directores destes governantes, ao mesmo tempo que foi recebendo financi-

amentos deste Ministério na ordem dos 400 mil contos para campanhas de publicidade, além de dois imóveis. O semanário sublinhava que o anterior ministro do MAI, Fernando Gomes, suspendeu os financiamentos a esta Fundação. Perante estes desenvolvimentos, o actual responsável do MAI, Nuno Severiano Teixeira,

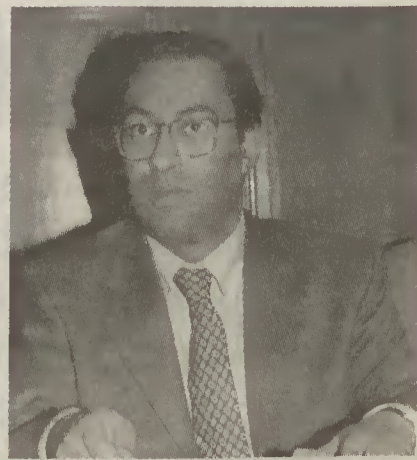
decidiu solicitar à Procuradoria-Geral da República um parecer sobre a legalidade destes subsídios à Fundação, ordenando igualmente que a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) proceda a averiguações. Quanto a António Guterres, recusou a demissão entretanto apresentada por Armando Vara.



Demissões e «readmissões»

O ministro da Justiça, António Costa, demite-se do cargo como protesto pelas afirmações proferidas pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Ricardo Sá Fernandes, criticando a actuação dos tribunais e da Justiça portuguesa com o arquivamento do «caso Camarate», onde morreram Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa. Sá Fernandes, que fora advogado das famílias das vítimas até à sua tomada de posse como secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, defende

que o facto de integrar o Governo não o impede de exprimir as suas opiniões como cidadão, enquanto António Costa considera que um membro do Governo tem obrigações de solidariedade com os seus colegas. Resultado final: ambos apresentaram a sua demissão, mas enquanto a de Ricardo Sá Fernandes foi imediatamente aceite por António Guterres, a de António Costa foi recusada pelo Primeiro-Ministro, que o «readmitiu» no cargo.



Morreu Eurico da Fonseca

Com 79 anos de idade, morreu o investigador e divulgador científico Eurico da Fonseca, um autodidacta que durante largas dezenas de anos colaborou regularmente na imprensa, rádio e televisão, com relevo a partir da década de 60, como comentador de

assuntos espaciais e questões energéticas. Diplomado em Mecânica de Automóveis pela Escola Industrial Marquês de Pombal, Eurico da Fonseca foi durante muitos anos o único investigador português não doutorado. Em 1961, apresentou um estudo sobre um novo

método para viagens interplanetárias baseado na utilização de estações orbitais girando em torno do Sol e a NASA - a agência espacial dos EUA - interessou-se pelo seu trabalho, convidando-o a participar num relatório sobre capacidade no espaço. No mesmo ano, foi

também responsável pelo lançamento do primeiro foguete concebido e construído em Portugal, obra do Centro de Estudos Especiais da Armada, com o qual colaborou durante 23 anos como investigador. Nos anos 80 voltou a colaborar com a NASA num projecto sobre

energia eólica e, a partir dessa década, a informática passou a mobilizar a sua atenção, tornando-se seu regular divulgador em diversos órgãos de comunicação social. Escreveu diversos livros, como *A Sociedade do Futuro* (1983) ou *O Terceiro Milénio* (1999).

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Quo vadis USA?

Parece que Bush foi eleito Presidente dos EUA, embora seja certo que Al Gore teve mais votos que o presumível Presidente.

Todos nós podemos imaginar o que seria escrito no país de Clinton se algures, num país da nossa Terra, se verificasse um caso destes... Naturalmente que as notícias e comentários ridicularizariam esse país, e não faltariam os defensores da nova ordem a excluir dessa ordem esta desordem...

Esta bagunça eleitoral só acontece porque existe um sistema eleitoral profundamente arcaico e que permite que o candidato mais votado não seja eleito presidente. Um candidato com menos votos pode ser eleito graças ao sistema eleitoral que em cada Estado dá todos os votos desse Estado a um colégio eleitoral, ou seja, permite que um candidato que num dado Estado tenha menos um

voto que o outro mais votado fique nesse Estado sem qualquer voto... O Presidente da República em qualquer Estado presidencialista, democrático, deve ser eleito por sufrágio universal, o que acarreta entregar a presidência ao candidato que tiver mais votos e nunca ao candidato que não teve mais votos.

Em nenhum dos países chamados democráticos em termos ocidentais seria possível uma tal situação.

Ora vem isto à colação porque não se pode aceitar que um país tão desequilibrado possa com as suas ambições imperiais fazer do mundo uma espécie de coutada onde possam fazer o que pretendem. Os EUA são na verdade a única grande superpotência económica, militar, e até cultural. E com base nesse facto a sua política gira na defesa a todo o custo dos seus interesses, o que os levou a criar zonas de interesses vitais.

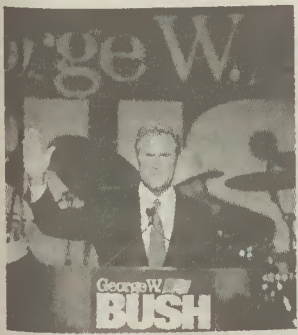
E sendo certo que Gore pode ter razão face a Bush no apuramento dos resultados, dado ter mais votos, não é menos certo que entre um e outro, nas grandes questões de política interna e externa, não há grandes diferenças. Em termos mundiais Bush quer prosseguir a corrida às armas nucleares no Espaço e rasgar os acordos assinados com a URSS e a Rússia em torno das armas nucleares estratégicas. Sob a batuta de Bush os EUA querem a partir de um novo sistema de armas nucleares ganhar supremacia e desequilibrar e impor ao mundo a sua vontade, incluindo aos seus próprios aliados. Clinton adiou a decisão sobre a nova versão da guerra das estrelas. Gore não a pôs de parte. Bush disse sim a esse novo projecto. É, por isso, em termos mundiais num enorme perigo para a paz no mundo esta política aventureirista e militarista que um e outro proclamam quererem prosseguir. A política intervencionista não vai ser invertida, embora possa haver prioridades diferentes de intervenção. No plano interno as diferenças são algumas, dado que Bush está obcecado em privatizar tudo o que ainda resta de carácter social.

Ambos são homens do «establishment», dos interesses das multinacionais dos vários lobbies. Não deixa, porém, de merecer reflexão que este país, a única superpotência, possa ter elegido como presidente o governador do Estado do Texas, o homem que mais penas de morte confirmou. E na campanha não deixou de combater por essa causa, sendo secundando também por Gore.

No fim do século e do milénio os EUA terão à sua frente um homem profundamente retrógrado, conservador e que defende uma nova corrida às armas que deixará o mundo mais inseguro.

Bush, que saiu duas vezes do seu Texas, olhará o mundo como se fosse os EUA e quererá eventualmente moldá-lo às características daquele Estado. É um desafio para todos mobilizar e organizar energias e forças para derrotar este sonho e projecto imperial para permitir aos povos, aos países e ao mundo respirar melhor, viver em paz sem ingerências, pressões e ameaças.

Bush está obcecado em privatizar tudo o que ainda resta de carácter social



Editorial

UNIDADE E COESÃO

Após dez meses de trabalho preparatório, no decorrer dos quais muitos milhares de militantes comunistas contribuíram individual e colectivamente para a análise da situação internacional, nacional e partidária e para a definição das orientações e linhas de intervenção do Partido para os próximos quatro anos, o Congresso aí está.

Como é natural num partido como o PCP, a participação dos militantes fica sempre aquém daquilo que desejaríamos. Mas seria errado subestimar a importância da participação verificada e o contributo dela decorrente para o enriquecimento do Projecto de Resolução Política a ser submetido ao Congresso que amanhã se inicia. Num tempo em que, através dos mais sofisticados e poderosos meios e pressões, tudo empurra os cidadãos para uma postura de espectadores passivos da realidade e para a demissão de uma intervenção activa em defesa dos seus próprios direitos e interesses – e em que tal objectivo tem conseguido inegáveis êxitos – não é facto irrelevante esta intervenção activa de milhares de militantes comunistas no debate preparatório do Congresso do seu Partido. Só um sectarismo estreito, uma premeditada intenção de fechar os olhos à realidade e insistir em ideias feitas sobre o PCP, podem

«ção» de todas as «conclusões» previamente decididas; enfim, essa postura de crítica cega que se rege pelo princípio do «vale tudo». A manchete de um jornal diário do passado domingo, falsificando uma realidade e envolvendo nisso o nome do Secretário-Geral do PCP, constitui um exemplo que acumula todas as situações acima referidas e demonstra liminarmente a situação exposta.

Como noutros momentos – e a experiência mostra-o de forma flagrante – o tempo e a vida encarregar-se-ão de clarificar as coisas, de repor verdades, de mostrar que entre o preto e o branco a que se pretende reduzir a realidade, ela comporta, felizmente, uma imensa e rica variedade de tonalidades.

Mais importante do que tudo isso é, no entanto, o XVI Congresso e as decisões que ele vier a tomar. E nesse aspecto é aos comunistas, neste caso muito especificamente aos delegados eleitos em toda a organização partidária, que cabe a responsabilidade de cumprir essa importante tarefa.

O papel singular desempenhado pelo PCP na vida nacional comporta exigências importantes e complexas. Sair do Congresso com orientações e determinação conducentes ao reforço do Partido e da sua influência, é uma questão da maior importância. E, como é sabido, isso passa pela procura da criação de condições para dar resposta e superar as insuficiências, deficiências e insatisfações existentes (quer na organização partidária; quer na capacidade interventiva do Partido aos vários níveis; quer no que respeita à sua expressão e influência social, eleitoral e política). Estas serão, sem dúvida, questões que, ocupando o primeiro lugar nas preocupações de todos os comunistas, estarão presentes como referência dominante – tal como estiveram no decorrer do debate preparatório – nos três dias em que decorrerá a reunião do órgão supremo do Partido. Para que, como afirmou há dias o Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, «a acção diversificada do PCP ao longo dos últimos tempos» prossiga, se amplie e se intensifique, confirmando «o importante e insubstituível papel do Partido na vida nacional».

Num partido com as características do PCP, mais do que em qualquer outro, a questão da unidade e da coesão internas assume uma importância determinante. Pode dizer-se, até, que enquanto alguns partidos nascem, vivem e se alimentam de um clima de competitividade, de confronto, de lutas e despiques entre tendências, no PCP a situação é exactamente a inversa: a unidade e a coesão internas constituem condição indispensável para o seu correcto e eficaz funcionamento, para o seu sempre necessário reforço e para, através da sua diversificada intervenção, cumprir cabalmente o papel que lhe compete na sociedade portuguesa. E essa unidade e essa coesão forjam-se e consolidam-se, nomeadamente, através do debate colectivo – que se quer vivo, intenso e fraterno. Assim tem sido ao longo das quase oito décadas de vida e de luta do PCP e estamos convictos que assim será no momento em que se concretiza a realização do XVI Congresso.

“O papel singular desempenhado pelo PCP comporta exigências importantes e complexas”

explicar, por parte de alguma imprensa, a deturpação ou o silenciamento ou a total desvalorização da importância e dimensão desse debate.

De facto, a forma como todo o processo preparatório do XVI Congresso tem vindo a ser abordado por esses órgãos de informação é, no mínimo, lastimável. Entendamo-nos: não se contesta, minimamente que seja, o direito que assiste a esses órgãos de comunicação social de não só não gostarem do PCP como de fazerem dele o alvo preferencial das suas críticas e ataques. (Aliás, sendo o PCP o partido que é e sendo esses órgãos de informação propriedade de quem são, é natural que assim seja - e do vasto e complexo conjunto de razões que explicam a dimensão e a força dos ataques ao PCP, essa será, seguramente, a razão fundamental.) O que, legitimamente, se sublinha e contesta são os métodos utilizados: esse persistente recurso à desinformação organizada; essa obsessiva insistência em criticar o PCP não por aquilo que ele é mas por aquilo que se diz que é; essa constante manipulação de factos desvirtuando-os, adulterando-os ou subvertendo-os; essa deturpação de acontecimentos que desemboca sempre na «confirma-

Actual

Comunicados

● José Casanova

Informam os jornais que Slobodan Milosevic foi reeleito presidente do PSS (Partido Socialista da Sérvia) e que a Casa Branca emitiu um comunicado sobre o assunto. Nesse comunicado, o Governo dos EUA considera que a reeleição constitui «uma manobra do ex-presidente para voltar à vida política», coisa que, sempre segundo a imperial opinião, é inaceitável. Inaceitável porquê? Porque, garante o comunicado, «o PSS está fora de sintonia com o que o povo sérvio quer e merece».

Em circunstâncias de normal prática democrática, seria inconcebível que um governo de um qualquer país se intrometesse, desta forma arrogante e ofensiva, na vida interna de um partido político de qualquer outro país. Mas nos tempos que vivemos, e partindo a intromissão abusiva do Governo dos EUA, não há razão para

surpresas. A verdade é que, como a realidade mostra, estes donos da nova ordem não toleram a existência de modelos de sociedade e de partido que não encaixem nos modelos por eles concebidos que são, ao fim e ao cabo, os que melhor defendem os seus imperiais desígnios. Assim sendo, não é de excluir que o ainda presidente Clinton, um dia destes, ordene ao seu fiel Solana que despeje meia dúzia de bombas «humanitárias» sobre a Sede do PSS –

assim fechando o seu mandato com a mesma chave de ouro com que o abriu: ordenando mais um bombardeamento sobre o Iraque. Não nos esqueçamos que estamos a falar do Governo dos EUA, cuja previsibilidade de acção é sempre imprevisível. E vice-versa.

Em todo o caso, duas questões merecem registo especial. Em pri-

meiro lugar, o facto de um país que anda há um mês envolvido numa inconclusiva contagem de votos – na sequência de um processo eleitoral confessadamente recheado de fraudes – se arrogar o direito de decretar não só «o que quer e merece» o povo de outro país, mas também que o ex-presidente desse país não tem o direito de «voltar à vida política» (e, a propósito, vale a pena lembrar a pressão em tempos exercida pelo governo dos EUA para que fossem reconhecidos ao ex-ditador do Camboja - o sanguinário Pol Pot, chefe de um regime responsável pela morte de mais de dois milhões de pessoas - todos os direitos, inclusive o de eleger e ser eleito...). Em segundo lugar, regista-se o facto de o comunicado emitido pelo Governo norte-americano sobre matéria partidária ter óbvias similitudes com o «comunicado» intento do PS e do PSD de obrigarem o PCP a ser igual ao que eles são.



De espada e queijo na mão

● Jorge Cordeiro

É grande a consternação nas hostes socialistas. Crenças de que a um grande estadista está sempre associada uma grande «tirada» — e depois do modesto «deixem-nos trabalhar» do seu antecessor — era grande o orgulho que atravessava a família socialista pela eloquência épica da célebre frase de Guterres «entre a espada e a parede, venha a espada». A demais porque é nos grandes momentos que se dão os grandes feitos, e os Orçamentos de Estado são um deles. Daí que ninguém se conforme com esta nova versão um pouco doméstica, ao nível da «entre a faca e o queijo na mão, venha o queijo», por que se ficou a envolvente criada em redor da aprovação do Orçamento deste ano.

Mas faça-se a justiça em reconhecer que entre ambas, e apesar da diferença óbvia de serem orçamentos para anos diferentes, tudo as aproxima e assemelha. Desde a natureza e opções de fundo de um orçamento a olhar para a direita até à forma como nos bastidores parece ter sido preparada a sua viabilização. E o mimetismo pode ser ainda mais completo se um dia se vier a provar que afinal a rebeldia do deputado, poderá não ter sido um isolado e heróico acto em defesa de um queijo, mas uma peça das engenhosas construções políticas a que Portas não será alheio e às quais já nos habituou.



Mas o episódio Campelo no processo de viabilização do Orçamento de Estado constitui mais do que um acto fortuito e efémero pronto a cair esquecido na voragem da mediatizada agenda de factos políticos. Ele encerra em si a mais concludente prova da perversidade que a criação dos círculos uninominais constituiria. Não apenas do que a sua construção constituiria em prejuízo objectivo do princípio da proporcionalidade mas também no fomento de práticas capazes de distorcer a componente essencial do mandato parlamentar. Como o recente episódio o testemunhou os círculos uninominais dificilmente não desembocarão numa perda de visão e responsabilidades nacionais em favor de visões de courela própria, num pasto sem fim para as soluções baseadas na pesca à linha em vez da procura das melhores soluções e opções para o país, num perigoso apelo a negócios que

mesmo com prejuízo do interesse de todos alimente a afirmação do mandato guiado pela tentação populista e caciqueira que tenderá a alimentar. Em resumo uma perigosa deriva de um sistema assente na lógica de «deputados da nação» para um sistema baseado numa lógica de «deputados sempre à mão» passíveis de mais facilmente serem usados pelos governos em momentos de conveniência.

Demissões

● Leandro Martins

O treinador Inácio - ou será «mister» que se diz? - tinha ganho o campeonato para os «verdes» ao fim de dezoito anos de travessia de deserto (mesmo relvado, um campo de jogo pode ser tão seco de vitórias como um deserto). É certo que foi ajudado. Pela direcção, diz-se. Ou pela SAD. Ou talvez mesmo pelos jogadores. Os adeptos também não devem ficar de fora nesta contabilidade. E o amuleto que apertava na mão - que afinal era uma nossa senhora de bolso - é capaz de ter contado. O certo é que, ao primeiro revés de peso, a derrota face aos «encarnados», o «mister» demitiu-se.

O «mister» Mourinho - ou será treinador? - dos «encarnados», ficou de pedra e cal. O contrato era válido, assegurou o presidente eleito, não se ia agora despachar o homem, por muito Vale e Azevedo que fosse o contratante. Vai daí, à primeira vitória de peso, o «mister» demitiu-se.

Noutros campos, sem relvado mas devidamente alcatifados, também as demissões são notícia. O «técnico» Sá Fernandes - ou será secretário de Estado? - dos Assuntos Fiscais, demite-se na sequência de declarações proferidas sobre Camarate, um caso ocorrido há vinte anos e que, ao que parece, não mereceu a devida atenção dos tribunais, apesar dos múltiplos inquéritos, sentenças, arquivamentos, recursos. Sentindo-se picado, o «mister» António Costa, da Justiça, demite-se. Mas depois de uma conversa de balneário, acaba por ser sensível às razões de Guterres, o seu «primeiro». E mantém o contrato até final da época.

As coisas não ficam por aqui, neste jogo da bola. Onde haja um português, a demissão parece sempre

plausível. Onde quer que esteja. O Figo demitiu-se do Barcelona e foi para o Real Madrid, o João Pinto saiu do Benfica e passou às listras verdes. Diz-se, para raiva de alguns adeptos,

que Mourinho sai das águias para meter-se na boca do leão. Noutros campos, devidamente alcatifados, os adeptos pedem as cabeças de Pina Moura e de Manuela Arcanjo, sabe-se lá onde iriam parar se saíssem da equipa, que camisolas passariam a envergar.

De qualquer modo, uma coisa é certa para muitos espectadores que seguem angustiadamente o desafio - eles podem demitir-se às dúzias e aos molhos, em catadupa ou às pingas, mas não se ganham campeonatos sem mudar de estratégia nem reformular o plantel.



Frases

“Poucos países europeus terão tanta legislação sobre transparência como Portugal. (...) Mas poucos países terão um sistema tão confuso e ineficaz. Por culpa exclusiva do PSD e do PS, que moldaram os sucessivos “pacotes” de ética à sombra das suas conveniências ou, pelo menos, de algumas das suas mais influentes personalidades, a transparência está longe de ser um corpo de leis claras.”

(Eduardo Dâmaso, Público, 4.12.00)

“A administração pública está ao serviço dos cidadãos e a intervenção dos seus agentes deve obedecer a princípios de isenção, de rigor e de competência.”

(Jorge Sampaio, idem)

“Daqui decorre que outros critérios [para a administração pública] - nomeadamente de favorecimento ou discriminação por razões políticas - são naturalmente ilegítimos.”

(idem, ibidem)

“Se os bois representam a força irracional que admiramos mas não tememos, os “boys” exemplificam a força irracional que tememos mas não admiramos.”

(Paulo Fidalgo,

Semanário Económico, 30.11.00)

“Não posso partilhar responsabilidades governativas, para mais como ministro da Justiça, com quem [Ricardo Sá Fernandes], sendo membro do Governo, se pronunciou sobre as autoridades judiciais em termos que constituem violação grave dos deveres de solidariedade institucional e de respeito mútuo, que são devidos entre órgãos de soberania.”

(António Costa, ministro da Justiça, Público, 5.12.00)

“Não aceito, repudio e acho mesmo miseráveis as críticas daqueles que dizem que eu interfeiri na separação de poderes. Isso é inqualificável! Isso põe em causa a liberdade de consciência, a minha liberdade de consciência e de todos os portugueses.”

(Ricardo Sá Fernandes, idem)

“[Ricardo Sá Fernandes] teve uma participação muito activa nesse processo [de Camarate], tem elementos relevantes sobre esse processo (...) e entendeu, e, em meu ver, entendeu bem, que tem a obrigação ética de manter essas posições.”

(Pina Moura, ministro das Finanças, idem)

“Qualquer Governo que se arvorasse em juiz faria algo que só é possível em regimes de natureza totalitária. Um Governo por mim presidido nunca o poderia fazer. No caso dos trágicos acontecimentos de Camarate, como em qualquer outro.”

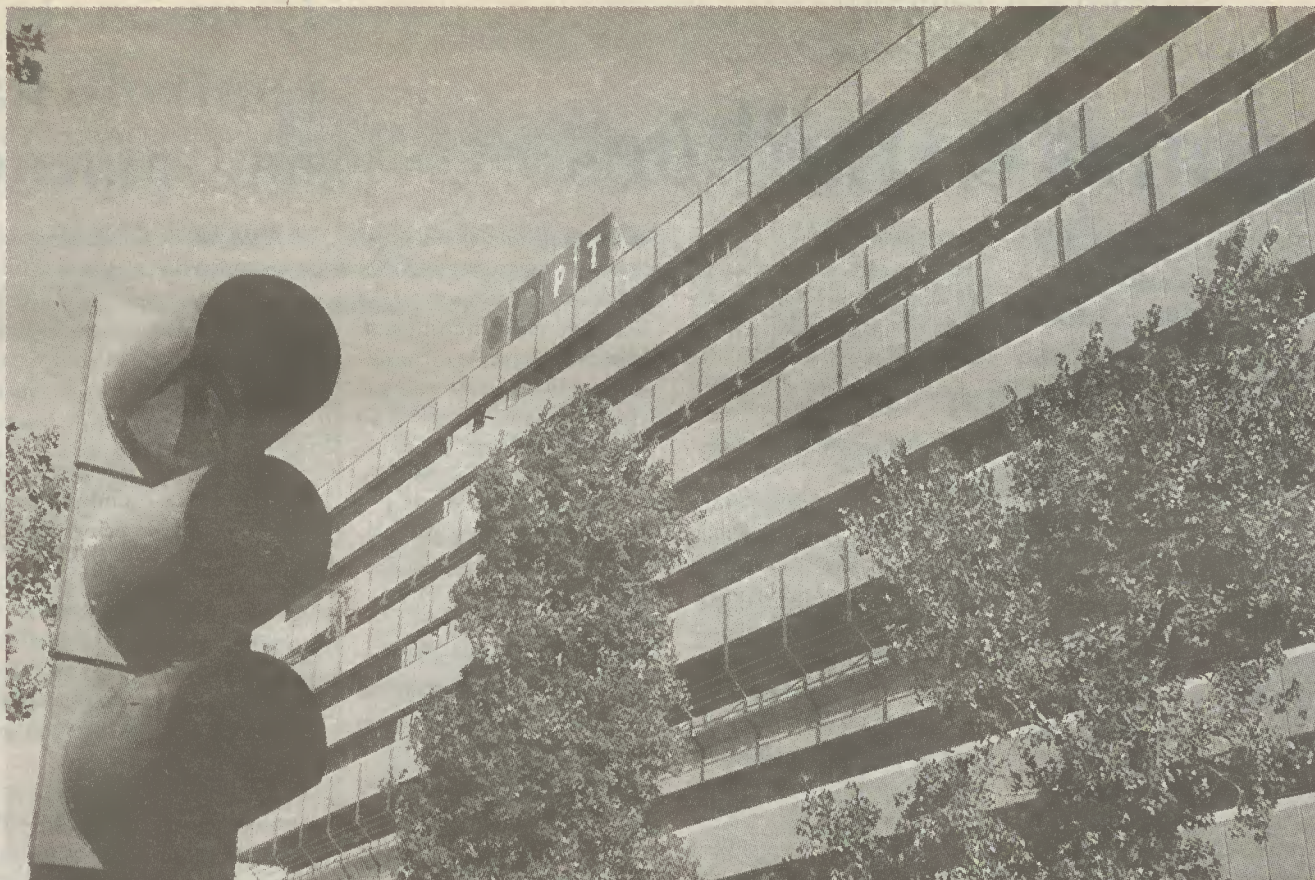
(António Guterres, Primeiro-Ministro, idem)

“Do ponto de vista de um padrão ético a que os comunistas são firmemente ligados, a visão do poder enquanto algo que se justifica por si - e assim se transforma inevitavelmente num puro objectivo, numa exclusiva ambição pessoal - é inaceitável. É-o na sua expressão pública e institucional, é-o também no quadro do seu próprio funcionamento partidário.”

(Ruben de Carvalho, Diário de Notícias, 1.12.00)

“A maioria das [universidades] “privadas” foram durante anos fábricas de imprimir dinheiro, com autorização do Estado. (...) O único objectivo era espremer a teta até onde ela desse. Cursos baratinhos (que muitas vezes roçavam o delírio), professores vagabundos (ou pura e simplesmente analfabetos), instalações inqualificáveis. (...) A aventura das “privadas” é um retrato perfeito de Portugal. Uma oportunidade raríssima, perdida por miopia e por ganância.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 2.12.00)



Portugal Telecom privatizada a 99,99 por cento

Ligada aos lucros

Em cinco anos, os governos do PS e de António Guterres entregaram ao grande capital financeiro um dos maiores grupos económicos do País, com importância determinante no sector estratégico das telecomunicações. Desde segunda-feira, o Estado tem, na PT, 500 acções, que não servem para defender os trabalhadores, nem os utentes, nem o País – afinal os que pagam os enormes lucros dos grandes accionistas.

Contra esta política pronunciaram-se, desde sempre e com argumentos claros, o PCP, as estruturas sindicais da CGTP no sector e outras

organizações representativas dos trabalhadores. No dia 4, quando teve lugar na Bolsa de Lisboa a sessão especial que concluiu a 5.ª fase da

privatização, uma delegação da Comissão de Trabalhadores e de oito organizações sindicais marcou presença, debaixo de chuva, frente ao edifício onde se fazem negócios de milhões sem ser necessário produzir um tostão. Nesse mesmo dia, o Gabinete de Imprensa do PCP distribuiu uma nota em que acusa o PS de «meter sucessivamente o interesse nacional na gaveta», depois de ter aumentado brutalmente as tarifas para a maioria dos assinantes da rede fixa.

Enquanto a publicidade da PT consome rios de dinheiro

para nos convencer que a empresa está «ligada a si», a política de privatização e as opções da gestão comprovam que a Portugal Telecom está muito mais «ligada aos lucros». A partir de agora, esta linha vai agravar-se.

Francisco Gonçalves, coordenador da CT, disse ao «Avante!» que, uma vez que o Estado, que ainda era o maior accionista, reduziu ao mínimo a sua participação na empresa, «vai passar para os outros accionistas a responsabilidade moral e política em todas as acções desenvolvidas pela Portugal Telecom».

Vêm aí maiores dificuldades, o que exige mais unidade e combatividade

balho efectivos». A partir de agora, «prevemos que vá prosseguir a tentativa de substituição de trabalhadores efectivos por trabalho à hora, à peça, ao mês... Vão degradar-se as condições de trabalho e o relacionamento com as ORTs e a nova filosofia empresarial vai basear-se na maximização do lucro a qualquer preço. Vão continuar a reduzir postos de trabalho, vão reduzir a formação profissional, vão degradar mais a higiene nos locais de trabalho...».

O coordenador da Comissão de Trabalhadores admite que, «neste momento, a correlação de forças não é favorável aos trabalhadores e aos seus representantes, mas achámos que tínhamos que tomar uma posição, até por uma questão de dignidade», «os grupos económicos têm muito poder, mas havemos de provar que temos razão».

As estruturas representativas afirmam que vão continu-

ar o esclarecimento junto dos trabalhadores. «Quando constatam que a sua vida e as suas condições de trabalho estão a degradar-se, têm que se lembrar que isso aconteceu a partir do momento em que a empresa foi vendida», diz Francisco Gonçalves, notando que «já são visíveis os sinais negativos da privatização continuada».

Conscientes de que «as nossas dificuldades vão aumentar e as dos trabalhadores também», a CT e os sindicatos vieram à Bolsa deixar «um aviso aos novos investidores e àqueles que pensam que vêm dominar a Portugal Telecom: vão ter aqui organismos representativos que vão ser um obstáculo constante a todas as medidas nefastas que queiram implementar». Simultaneamente, reafirmam «a nossa garantia aos trabalhadores de que vamos continuar a defender os seus interesses e direitos e a melhoria da qualidade de vida até à exaustão».

Comentário do PCP

1. O Governo do PS concretizou hoje a privatização dos 10% do capital que o Estado Português ainda detinha no Grupo PT. Com esta operação bolsista o PS encerra o processo da entrega total ao grande capital financeiro (o capital privado fica com 99,9%) do 3.º maior grupo económico público estratégico e um dos mais rentáveis. Entre 1995 e 1999 gerou resultados positivos de cerca de 600 milhões de contos, pagando de IRC mais de 200 milhões e, só no 1.º semestre de 2000, gerou de receita total 486,2 milhões de contos e um resultado líquido (lucros) de 57,4 milhões de contos.

2. Após esta OPV final, o Estado ficará com 500 acções e com a chamada «golden share», que apenas servirá para continuar a avalizar as actuais estratégias em curso. O balanço de 5 anos da política do PS para o Grupo PT é desastroso para os trabalhadores do sector e o País: privatizou (só à sua conta) 72,7% do capital social; liquidou mais de 6000 postos de trabalho efectivos e tem em curso a redução de mais 1100 (na PT Comunicações) até final do ano; generalizou o recurso a «serviços do exterior», com a entrega de áreas vitais a empresas onde predomina o trabalho precário e sem direitos; procedeu a várias reestruturações de que resultou a criação de mais de uma dezena de empresas e lugares para mais de 100 administradores (eram 7 em 1995), com remunerações mensais, para muitos, superiores a 5 mil contos (ganhavam 700 contos em 1996); agravou brutalmente o preço das tarifas de telefone para a maioria dos assinantes da rede fixa.

3. O sentido mais profundo das opções do PS foi meter sucessivamente o interesse nacional na gaveta para entregar um sector estratégico do País ao interesse do capital financeiro. O PS e o seu Governo, com o apoio do PSD e do CDS/PP, está a promover o saque do melhor património público produtivo do País e a realizar, com o seu leilão, uma das maiores negociatas do século em Portugal.

4. O PCP reafirma que é hoje ainda mais imprescindível manter o Grupo Portugal Telecom, principal instrumento do País nas telecomunicações, sob o controlo do Estado português e com capacidade competitiva, modernizado, com o respeito e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e a prestação de um serviço público de qualidade. Tal posição de controlo do Estado é compatível com uma política de alianças internacionais, feita numa base de salvaguarda do interesse nacional e do desenvolvimento integrado do sector e é essencial, face ao chamado processo de liberalização das telecomunicações, para que Portugal não fique nesta área totalmente dependente de estratégias e interesses estrangeiros.

5. Para o PCP, um sector público da economia moderno e eficaz é condição essencial para o exercício da soberania nacional e para assegurar o desenvolvimento integrado de Portugal no sentido da satisfação crescente das necessidades materiais e culturais do povo português.

4 de Dezembro de 2000
O Gabinete de Imprensa do PCP

Resultados sentidos

Focando as implicações para os trabalhadores, lembra que o processo «começou com a primeira fase da privatização» e que, «nestes 5 anos, a empresa já liquidou cerca de 8 mil postos de tra-



Uma delegação de representantes dos trabalhadores levou o protesto para a porta da Bolsa e deixou um aviso contra futuras medidas nefastas

Portugal Telecom
cada vez mais «ligada aos lucros»

Pagamos os milhões

Em declarações ao «Avante!», dirigentes da Comissão de Trabalhadores e o presidente do Sinttav/CGTP contam como a PT obtém milhões de contos de lucro e como o PS entregou o bolo ao capital financeiro.

«Depois desta última fase, vão agravar-se situações que foram criadas com a primeira», prevê, sem hesitações, Manuel Gonçalves. Para o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e do Audiovisual (Sinttav), é certo que «vai-se intensificar a precariedade do emprego e vão piorar as condições de trabalho». Depois de lembrar que «há 5 anos havia 22 mil trabalhadores abrangidos pelo Acordo de Empresa da PT, e hoje há cerca de metade, num sector

onde o trabalho cresceu», afirma-se convicto de que «vai prosseguir a tentativa de reduzir ainda mais este número», para que cada vez mais trabalhadores tenham cada vez menos direitos.

A PT devia servir o desenvolvimento equilibrado do País

De igual forma, deverá piorar a situação dos trabalhadores efectivos, «que sofrem hoje uma tremenda pressão psicológica, exigem-nos mais e mais trabalho e até já temos situações inadmissíveis de trabalho suplementar que é exigido mas não é pago». O direito legal de negociação já antes

foi violado, quando, «à margem das ORTs, foi aplicado um sistema de prémios para levar os trabalhadores a abdicarem de direitos».

Telefones de segunda

Vítor Santos, da Comissão de Trabalhadores, salienta as consequências económicas mais gerais da privatização. «Esta empresa, inserida num sector estratégico, devia ter também como preocupação o desenvolvimento do País, de forma equilibrada», defende, constatando que «o objectivo é, cada vez mais, aumentar os lucros dos grupos financeiros que hoje controlam a PT, o que levará a que se agrave a situação desfavorecida de algumas regiões e alguns segmentos dos clientes, em prejuízo da obrigação legal,

que a empresa tem, de prestar um serviço nacional de telecomunicações». «Os telefones que não derem lucro vão passar a ser tratados como segunda categoria», resume, recordando que tal orientação foi sentida quando, «logo a partir do início da privatização, a empresa começou a cortar investimentos em áreas fundamentais».

Manuel Gonçalves concorda que «vai degradar-se o serviço, particularmente na parte da conservação», pois «não se faz conservação preventiva e já há depósitos que nem material têm para fornecer».

A par da assistência aos clientes, afirma que vai ser afectada a segurança nacional, «curiosamente numa fase em que publicamente é manifestada grande preocupação com a segurança pública».

Para os representantes dos trabalhadores, diz, «este agravamento da situação não é novidade nem motivo de receio, estaremos cá para um combate permanente».

Uma próxima batalha será travada em defesa do sistema de saúde dos trabalhadores, com uma acção para a qual vão ser convidadas todas as organizações representativas. «O nosso PT-ACS é o melhor sistema de saúde privado a nível nacional, que já está a ser atacado pelas seguradoras, pela administração, pelos accionistas... e o Ministério da Saúde também não assume as suas responsabilidades, ainda não pagou na totalidade a parte do Estado no co-financiamento do sistema relativamente ao 1.º semestre de 1999», acusa Manuel Gonçalves.



Preocupações e determinação de prosseguir a luta foram expressas ao «Avante!» por Manuel Gonçalves, Vítor Santos e Francisco Gonçalves

O «encaixe» e outras contas

Francisco Gonçalves puxa para a conversa alguns números. «Na venda da empresa, nas cinco operações de privatização, o Estado teve um «encaixe» de cerca de 900 milhões de contos. No entanto, nestes cinco anos, o dinheiro que recebeu a menos em IRC e os dividendos que foram pagos aos accionistas perfazem cerca de 500 milhões de contos».

«Além de delapidar o património do Estado em importantes sectores da economia, a privatização é uma forma de os grandes grupos económicos ficarem com os negócios rentáveis da empresa, incluindo aqui também o nosso sistema de saúde», denuncia o coordenador da CT.

Recordando uma polémica recente (um administrador da PT, nomeado pelo BPI, veio pôr em causa a privatização que o Governo estava a fazer com o BES e a Caixa Geral de Depósitos), Francisco Gonçalves está convencido de que «vamos assistir a uma grande concorrência entre os grupos económicos, a ver quem saca os negócios mais rentáveis da PT», e esta guerra entre grupos económicos só pode ter consequências negativas para os trabalhadores e para o futuro da empresa.

Recorda que «este negócio tem alguns contornos de ilegalidade»: «O BES e a CGD foram os grupos escolhidos para fazer a avaliação da empresa, são os grupos escolhidos para fazer a colocação das acções no mercado e são os grupos escolhidos para serem accionistas de referência e comprarem parte do capital».

Dois discursos

Os representantes dos trabalhadores mostram-se particularmente indignados com o facto de a política da privatização

ser levada a cabo por «um Governo que se diz socialista», e até por «um ministro que afirmou na AR, quando era da oposição, que seria um erro estratégico privatizar a PT acima dos 49,9 por cento». Ora, é exactamente quando Jorge Coelho assume no Governo a responsabilidade das telecomunicações que a PT é privatizada a praticamente 100 por cento.

«Este Governo do PS tem agora um discurso diferente do que tinha o PS na oposição», e «estes ministros tiveram um discurso quando queriam ser poder e têm outro discurso quando são poder e esquecem o que em tempos disseram», diz Vítor Santos.

Manuel Gonçalves acha até que «a PT tem uma administração virtual», por um comportamento semelhante: «Fala em diálogo, mas nem sequer discute connosco matérias que por lei é obrigada a negociar», como sucedeu com o sistema de prémios e com o Acordo de Empresa para 2001, processo sobre o qual Murteira Nabo e os seus pares ainda nada responderam.

O presidente da PT, recorda o sindicalista, alegou em tempos que o Estado ficava sempre com a maioria para tomar decisões na administração; «mas, logo depois da 3.ª fase da privatização, em que o Estado deixou de ser maioritário, já veio dizer que não podia satisfazer as nossas reivindicações porque os accionistas não permitiam».

Com o AE da PT deu-se ainda outro «golpe», como recordou Vítor Santos: «Foram criadas empresas novas, onde a PT se recusa a aplicar o Acordo». Formalmente, não há lá trabalhadores da PT, colocados através de contratos de cedência.

Aos dois discursos e à contradição entre discursos e prática, os representantes dos trabalhadores respondem insistindo na luta: «Uma das batalhas que vamos desenvolver é para aplicar o AE a todos os trabalhadores, tanto na componente económica, como nas regalias sociais.»

Fequimetal exige controlo nacional na Galpenergia

A suspensão do negócio com a ENI foi exigida na semana passada pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia e Química. A Fequimetal/CGTP defende que a holding Galpenergia, onde estão agrupados os sectores do petróleo e do gás e cuja estrutura assenta na Petrogal e na GDP, representa «um valioso património industrial e comercial do nosso país».

Perante a intenção do Governo de «entregar o controlo do abastecimento energético do País a uma entidade estrangeira» — neste caso, a multinacional italiana ENI, que já possui uma quota de 33,34 por cento no capital da Galpenergia —, a Fequimetal veio sublinhar, em conferência de imprensa dada dia 29 de Novembro na sede da CGTP, que «o domínio estrangeiro deste sector até pode chegar ao ponto de levar à paralisação total de actividades vitais», uma vez que as decisões «sobre as entradas no País do petróleo bruto e seus derivados, assim como do gás natural, e respectivos stocks» passarão a ser tomadas segundo «critérios subordinados apenas ao lucro máximo».

A federação alerta para as «consequências nefastas da estratégia do Governo», para o País (o Estado perde «o controlo de um importante segmento do sector energético, de um importante meio de produzir riqueza para o Estado e de uma importante alavanca do desenvolvimento económico e de salvaguarda da independência»).

As populações ficam sujeitas a variações dos preços à vontade do grande capital, pois deixa de estar garantida a cobertura geral do País e passa a ser o lucro a determinar a existência e pleno funcionamento de postos de abastecimento e de redes e ramais de gás. A Fequimetal prevê ainda a degradação da qualidade do serviço, tal como da «segurança de pessoas e bens, que é já bem evidente no que respeita às mudanças de gás de cidade para gás natural».

Para os trabalhadores, entre outras graves implicações, tal estratégia leva à destruição de «largas centenas» de postos de trabalho, «com implicações graves na sobrecarga de trabalho e nos níveis de segurança», e também ao bloqueamento das reconversões dos trabalhadores afectados pelo fecho de instalações, como sucede na produção do gás de cidade.

Petrogal

Ao prosseguimento da privatização da Galpenergia soma-se, como motivo de descontentamento dos trabalhadores, o bloqueamento da contratação colectiva na Petrogal. «Desde 3 de Julho que a administração vem arrastando as negociações do Acordo de Empresa, fugindo a compromissos assumidos no quadro das acções de luta em Maio», denuncia a federação.

A situação na empresa foi analisada em plenários de trabalhadores, que aprovaram o desenvolvimento da luta. A Fequimetal deu seguimento a esta decisão e convocou uma «jornada nacional de esclarecimento, denúncia e luta». Depois de uma concentração, dia 4, na refinaria de Sines, seguida de caravana automóvel, vão decorrer outras acções entre os próximos dias 18 e 20.

Comunistas da TAP defendem suspensão

Apesar das dúvidas iniciais quanto à escolha da Air France como parceiro para a TAP, a célula do PCP na empresa diz que, conhecidos hoje os contornos das propostas feitas pela Air France ao Governo português — não ter intenção de impor direito de veto nem representantes na equipa de direcção da TAP e dar liberdade de escolha no sistema informático —, fica provado que a escolha da Swissair não obedeceu a critérios de defesa da empresa.

Apesar de sempre ter questionado a compra de 39% da TAP pelo Sair Group por permitir a entrada dos suíços nas linhas, mercados e serviços da TAP, agora, sabendo-se a vontade do principal accionista do grupo de vender a Swissair, devido às suas dificuldades financeiras, o PCP não hesita em reclamar a imediata suspensão do processo de privatização/segmentação da TAP e a urgente definição de uma nova política para a empresa.

«Inadmissíveis» são também notícias que põem em causa o pagamento dos salários aos trabalhadores, diz o PCP, já que seria muito difícil explicar que se enunciem as dificuldades da TAP e, ao mesmo tempo, praticar salários de nível internacional e pagar suites num hotel de Lisboa na ordem dos 300 contos/dia a gestores representantes do grupo estrangeiro que, afinal, «tem um projecto contra os interesses da TAP e de Portugal».

Viseu

O horário do comércio durante o mês de Dezembro, que a associação patronal do distrito pretende alargar, levou o CESP/CGTP a convocar para ontem mais um plenário de trabalhadores, defendendo o encerramento obrigatório no dia 24 de Dezembro.

Pescadores

A falta de pessoal sentida na pesca do arrasto costeiro «deve-se aos baixos rendimentos na pesca e a salários e regalias três e quatro vezes inferiores aos de outros países da tão badalada Europa», afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte. O sindicato divulgou na semana passada a sua proposta de revisão do contrato de trabalho, entregue à associação patronal (ADAPI) pela federação sectorial da CGTP, defendendo que «é tempo de os pescadores e restantes profissionais da pesca terem direito a salários mínimos garantidos dignos, independentemente da sorte da pesca». Até uma venda bruta de 7500 contos por navio, a proposta sindical reclama salários entre 150 e 350 contos; ultrapassado aquele limite, deve ser pago um prémio de produtividade. É reafirmada a exigência de que os subsídios de Natal e de férias tenham por base a média ponderada dos salários auferidos durante o ano (princípio defendido também para calcular a indemnização por despedimento, que hoje tem em conta apenas o salário mínimo nacional). Na proposta sindical, defende-se que o subsídio de reparação seja pago a partir do salário mínimo garantido, acrescido de verbas entre 4300 e 5 mil escudos, bem como do pagamento de transportes, alojamento e refeições. A caminho da paragem total ao fim-de-semana, é proposta a criação de dois regimes de descanso. Os sindicatos reivindicam também 25 dias úteis de férias e que cinco feriados obrigatórios sejam passados em terra.

Teletrabalho

O Instituto de Soldadura e Qualidade prepara-se para implementar o teletrabalho em larga escala, denunciou o sector de Empresas de Oeiras do PCP. Tal como sucede noutras empresas, a direcção do ISQ começa por oferecer telemóveis e financiar a compra de computadores pessoais, para estimular o trabalho no domicílio, o que acaba por significar, na prática, uma disponibilidade total do trabalhador, em prejuízo do período de descanso. Em novas instalações, que a curto prazo ficarão prontas em Palmela, o ISQ admite instalar um «centro de teletrabalho», em alternativa ao trabalho ao domicílio.

CGTP denuncia pressões patronais Escassez exagerada

As mais recentes estatísticas mostram que as ofertas, por parte das empresas, não chegam para satisfazer os pedidos de emprego registados.

A análise dos números do IIEFP relativos à evolução do emprego e do desemprego em Setembro de 2000 demonstra que, tanto no plano geral como no plano de cada uma das profissões analisadas, as ofertas são sempre muito menores que o desemprego. Estes dados não permitem falar em escassez de mão-de-obra no nosso país, diz a CGTP, num comunicado que distribuiu à imprensa na semana passada.

Sendo apenas de 5,6 por cento as ofertas que todos os meses permanecem por satisfazer nos centros de emprego (17 mil para 317 mil desempregados), lembra a Inter que muita da procura e da oferta de emprego e respectivo ajustamento não passa por aqueles centros.

Também não é correcto falar em escassez a nível de região, sector ou profissão; de facto, as profissões com mais inscrições de trabalhadores são também as mais solicitadas pelas empresas, o que leva a CGTP a dizer que se está perante muito emprego não permanente. A central admite a existência de desajustamentos nalguns sectores ou profissões e em certas regiões, mas o desemprego registado mostra que estes casos são excepções, por vezes limitadas a determinadas alturas do ano, como acontece na hotelaria e na restauração, no Algarve.

A CGTP refere ainda outros elementos que alertam para problemas que possam surgir no futuro, se não se proceder ao diagnóstico das necessidades de emprego do País e à sua tradução em termos de formação. O envelhecimento da população, aliado à maior participação das mulheres no mercado do emprego, fará aumentar as necessidades de mão-de-obra nos serviços pessoais, principalmente no apoio aos idosos e às crianças. É um facto que as más condições de trabalho não atraem os jovens, levando mesmo à não existência de formandos em número suficiente para ocupar as vagas disponibilizadas em alguns

sectores e à «fuga» para outros sectores, mais valorizados social e salarialmente.

Estes desajustamentos, no entanto, não podem servir para explicar a forte pressão do patronato para uma maior utilização de mão-de-obra imigrante, protesta a CGTP, assinalando que «estas pressões são no mínimo estranhas, pois é o próprio patronato que procede a reduções do pessoal nas empresas, atingindo trabalhadores com idades cada vez mais precoces».

Baixos salários

A CGTP aponta como principal motivo do recurso à imigração os baixos salários pagos a trabalhadores estrangeiros, sem direitos e em situação de ilegalidade, que vêm auferir rendimentos mais elevados do que nos seus países de origem e aceitam condições de sobreexploração que os trabalhadores portugueses «com toda a justiça» recusam.

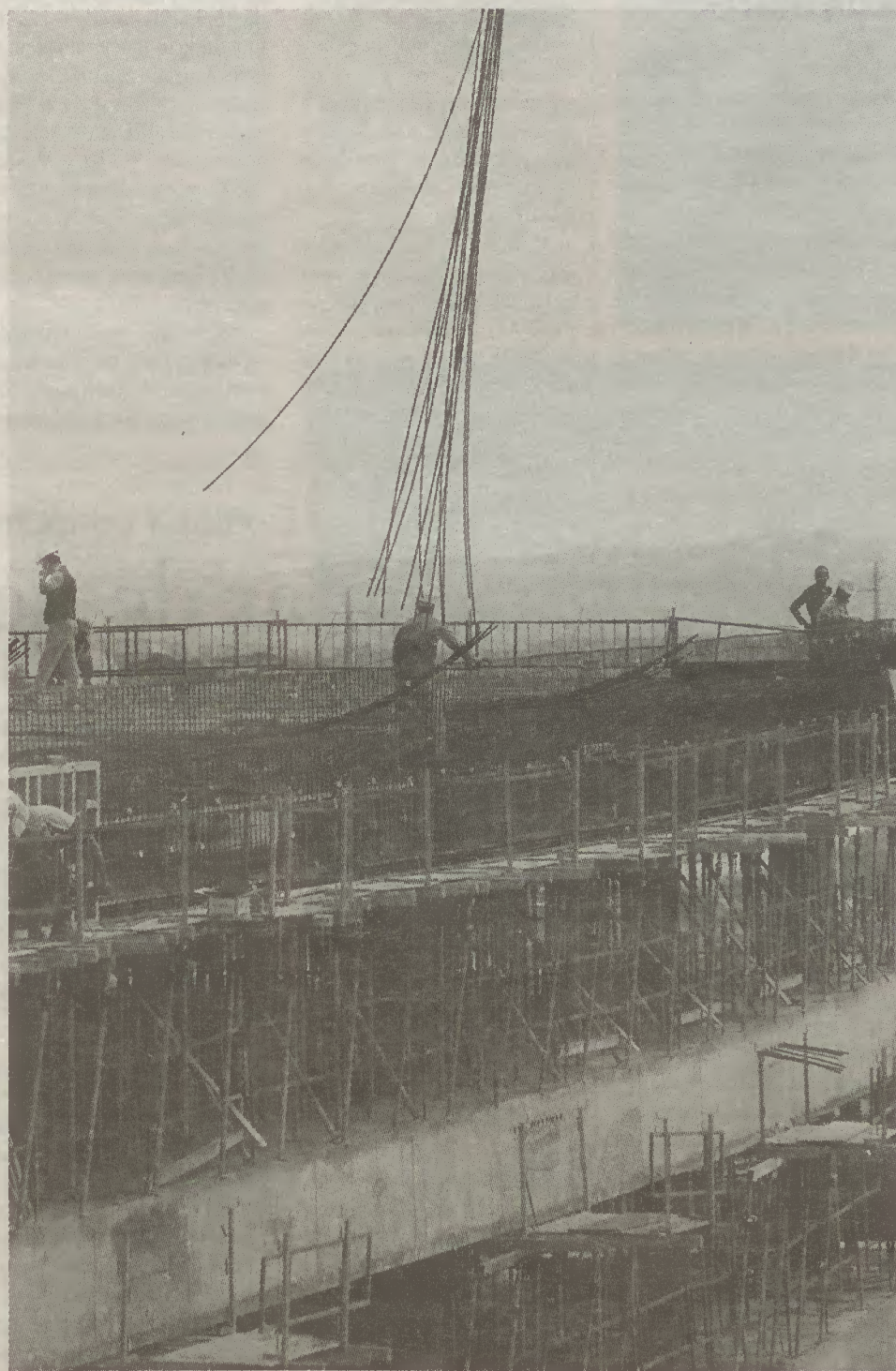
Nalguns casos, as empresas obtêm mão-de-obra qualificada, proveniente de países da Europa Central e Oriental,

paga miseravelmente. A CGTP refere ainda que a imigração é usada também para travar os aumentos salariais dos trabalhadores.

Aos imigrantes são pagos salários baixos e recusados direitos elementares

Combinar esforços com vista a lutar contra a exploração dos trabalhadores imigrados e a protegê-los contra pessoas e organizações de carácter mafioso é

também «urgente», defende a Inter, reclamando que o Estado, o Governo e, particularmente, a Inspeção de Trabalho tenham uma atitude determinada para fazer cumprir a legalidade democrática e evitar discriminações.



As discriminações a que são sujeitos os trabalhadores imigrantes devem ser combatidas com firmeza (foto de arquivo)

Áreas protegidas

A própria gestão das áreas protegidas, a cargo do Instituto de Conservação da Natureza, «parece ser posta em causa», comentam a Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza e a Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública, num comunicado em que anunciam para a próxima terça-feira, em Alcochete, uma conferência de imprensa conjunta. Os meios logísticos colocados à disposição dos 150 vigilantes, para cerca de 508 mil hectares de área protegida e ainda para a rede Natura, «degradam-se de dia para dia e são manifestamente insuficientes». Reflexo da falta de pessoal e de meios foram os fogos florestais de grandes dimensões, mas a gestão do ICN também foi objecto de duas auditorias, no espaço de dois anos, «cuja conclusões apontam no sentido da existência de irregularidades».

Empresas municipais

Para o STAL, «a transferência das responsabilidades dos eleitos locais para as empresas e seus gestores é, antes de mais, a abertura do fosso entre as populações e aqueles que têm a responsabilidade de decisão e gestão dos serviços». Num comunicado que distribuiu reagindo a declarações proferidas por um responsável da Geslours num encontro de empresas municipais, o sindicato questiona: «Sendo certo que a manutenção do carácter público da prestação de um determinado serviço, seja no âmbito dos resíduos sólidos, do saneamento, da habitação social, do desporto, da cultura ou outros, não pode nem deve estar dependente do factor lucro, como é possível que alguém defenda uma solução que terá como pano de fundo, exactamente, o lucro?»

Admitindo que as empresas públicas municipais «podem constituir, em situações específicas, soluções para eventuais problemas no domínio da gestão pública, em oposição aos processos de privatização/concessão», o STAL defende que tal opção não deve transformar-se «numa moda ou solução milagrosa», fazendo depender a apreciação de cada caso concreto de três factores: «os objectivos que forem definidos, o nível de responsabilidades e a participação que for conferida aos trabalhadores e utentes». O sindicato contesta a ideia de que nas empresas municipais são praticados melhores salários e reafirma que os trabalhadores, ao optarem por um contrato de natureza privada com a empresa, perdem o vínculo à Administração Pública. «Só a estratégia neoliberal do Governo do PS permite a utilização de tal demagogia, visando ludibriar a opinião pública e os trabalhadores», conclui o STAL.

Bombeiros discutem formas de luta

Até anteontem, o Governo ainda não tinha respondido à insistência dos sindicatos para iniciar a negociação de carreiras dos bombeiros profissionais, que deveria ter-se iniciado na primeira quinzena de Setembro.

A denúncia pública foi feita, em conferência de imprensa, pelos sindicatos da Administração Local (STAL e STML), que representam os bombeiros a nível nacional.

Moreira da Fonte revelou que estão a decorrer plenários de bombeiros, por todo o País, prevendo-se a realização de um plenário geral (ou encontro nacional) em Fevereiro, no qual vai ser decidida a expressão concreta da agudização das formas de luta, caso a posição do Governo não se altere. É admitida, entre outras, a realização de uma greve nacional – que será a primeira e para a qual os sin-

dicatos pedem, desde já, a compreensão da população.

Até lá, disse aquele sindicalista ao «Avante!», os bombeiros são chamados a participar nas acções que estão a ser desenvolvidas pelos sindicatos e pela Frente Comum da Administração Pública, bem como pela CGTP.

O Governo, numa atitude «irresponsável e prepotente», fez sair neste período cinco diplomas que têm a ver com os

bombeiros, sem cumprir a obrigação legal de ouvir os sindicatos representativos, o que deixou «muito magoados» os profissionais. Estão por resolver problemas ligados com a estruturação e valorização de carreiras, a formação profissional e o seu reconhecimento, as discrepâncias salariais entre bombeiros municipais e sapadores, a regulamentação do suplemento de risco.

S. PEDRO DO SUL Processo eleitoral marcado por bipolarização

O resultado conseguido pela CDU nas eleições intercalares para a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul, «não sendo o esperado», confirma, na opinião da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP, «uma base eleitoral sólida capaz de, noutra quadro, vir a ter resultados muito positivos».

De facto, a «bipolarização» entre o PS e o PSD, criada um pouco pela comunicação social, e as alterações de posicionamento político de vários protagonistas no processo eleitoral «provocaram grande confusão nos eleitores», tendo o PSD, por seu lado, usado de meios de propaganda proibidos que ultrapassaram em muito os valores financeiros fixados por lei.

Entretanto, garantem os comunistas, não será por a população de S. Pedro do Sul não ter dado os votos suficientes à CDU para eleger representantes no Executivo Municipal, que o PCP e os seus aliados vão deixar de estar a seu lado, em defesa dos seus legítimos interesses e na denúncia de irregularidades cometidas.

RIO MAIOR Empresa de calçado despede 115 trabalhadores

A empresa de Calçado Mesas Lda despediu 115 trabalhadores, numa actuação que a Comissão Concelhia de Rio Maior do PCP considera verdadeiramente «inqualificável», levando-a a tomar uma posição pública sobre a situação.

O PCP condena de forma veemente a «selvageria» da política económica das multinacionais a actuar na União Europeia que, com o objectivo único de obter lucros fáceis, decidem «com um único telefonema» - neste caso de Itália - encerrar a empresa e lançar no desemprego 115 trabalhadores. E, solidário com os trabalhadores que, inesperadamente, se viram «despedidos e espoliados dos seus direitos, adquiridos ao longo de muitos anos de trabalho», disponibiliza-se para lhes dar todo o apoio ao seu alcance, nomeadamente junto dos órgãos de soberania.

ÉVORA Debate franco crítico e construtivo

A Comissão Concelhia de Évora do PCP, congratulando-se por, no essencial, terem ido cumpridos os objectivos definidos para a terceira fase de preparação do 16.º Congresso, sublinha o facto de, ao longo deste período, em plenários realizados para discussão das Teses, terem participado cerca de 400 camaradas e alguns independentes.

O debate foi «franco, crítico e construtivo», sempre no sentido de enriquecer o projecto de teses, tendo ainda sido feita uma reflexão em torno dos principais problemas locais e do reforço do Partido e da sua organização. Foram também patentes as preocupações e interrogações de grande número de militantes no que respeita à vida interna do Partido e às posições de afrontamento para com as normas do seu funcionamento assumidas por alguns camaradas. Entretanto, para além de muitas opiniões, sugestões e críticas, os participantes do debate realizado manifestaram o seu acordo genérico com o projecto de Resolução Política.

CORROIOS Serviços de Saúde não respondem às necessidades

As obras em curso no Centro de Saúde de Corroios - reivindicadas pelos utentes, na sua maioria idosos, que para as consultas tinham de subir aos andares superiores -, leva a que hoje, para uma população de 55 mil moradores, exista apenas uma exígua extensão de Saúde (na Quinta S. Nicolau/Conde). Em reunião recente, a responsável do Centro referiu a extrema carência de pessoal médico e de enfermagem, como um dos principais problemas com que o Centro se debate, superado unicamente pela dedicação do respectivo pessoal, através de horas extraordinárias e acumulação que funções que se traduzem por desgaste, cansaço e acrescidos riscos daí resultantes.

Assim, para além da exigência de mais extensões de Saúde em Vale Milhaços e Miratejo, a Comissão de Freguesia do PCP em Corroios, está a fazer correr um abaixo-assinado - que até ao momento já recolheu mais de cinco mil assinaturas - reivindicando mais médicos, enfermeiros e farmácias, também extremamente necessárias.

Concelhos têm tantas razões para se queixar do Governo PS como tinham do Governo PSD

PIDDAC 2001 desilude regiões

O PIDDAC 2001 continua a ser motivo de protesto por parte de muitas organizações do PCP, que consideram as suas regiões prejudicadas na atribuição de verbas para obras de importância indiscutível para o seu desenvolvimento.

A Comissão Distrital de Vila Real do PCP, por exemplo, lamenta que o Governo tenha eliminado no quadro de apresentação do PIDDAC a coluna com o grau de execução durante o ano corrente, interrompendo a prestação de contas a que é obrigado.

Por outro lado, a distribuição das verbas pelos concelhos é «desajustada e desequilibrada», nomeadamente as dos concelhos de Murça e Valpaços, com os seus «profundamente exíguos» 10 mil contos, e beneficia os municípios do PS, sendo que, no cômputo geral de 4 milhões e meio de contos, mais de 50% dos municípios recebem apenas verbas entre 10 e 57.028 contos.

A Distrital do PCP sublinha a diminuição que se verificou nas verbas previstas no PIDDAC de 2000 para o ano de 2001, baixando para a Acção Social da UTAD de 170 para 45 mil contos; para

o Comando Distrital da PSP de 600 mil para mil contos; para a beneficiação da Estrada Boticas/Vidago de 315 mil para 50 mil contos; para o Edifício das Ciências Florestais de 478 mil para 289 mil contos e para o Palácio Mateus de 40 mil para 20 mil contos.

Para o PCP - que na Assembleia da República apresentou propostas para o distrito no valor de mais de três milhões de contos, inviabilizadas pelos deputados do PS, incluindo os que foram eleitos pelo distrito -, é, ainda, «absolutamente inaceitável» a exclusão do PIDDAC 2001 de obras como o IC-16, o Museu do Douro, o estudo para a ligação de Valpaços ao IP-4 e os estudos para a transformação do IP-4 em auto-estrada sem portagem.

Em termos de conclusão, os comunistas de Vila Real sublinham a inutilidade da presença na Assembleia da

República de deputados do PS já que, dependentes do seu Governo, esquecem permanentemente os interesses do distrito quer os elegeram.

Gouveia

A Comissão Concelhia de Gouveia, por seu turno, diz que o seu concelho, «tão martirizado socialmente e tão discriminado historicamente», tem razões para queixar-se da política do Governo

PS, como antes tinha da do PSD. Lembra, ainda, «as certezas» com que o Presidente da Câmara anunciou de fonte «segura e fidedigna» algumas obras que iriam constar no PIDDAC 2000 e como acabou por cair no «ridículo» quando se verificou que nenhuma nas principais obras anunciadas constavam da primeira versão do PIDDAC. Foi, pois, graças à denúncia feita de imediato pelo PCP e outros partidos da oposição que os deputados do PS, à última hora, incluíram no PIDDAC a Variante de S. Julião e o Tribunal de Gouveia.

Só que, chegado o momento de discutir o Orçamento de Estado e o PIDDAC 2001, nem uma das obras previstas tinha sido iniciada, apesar da presença na Assembleia da República «de um deputado da terra».

Mais grave, porém, é que o Governo do PS (bem como a Câmara) não só não iniciou as obras previstas como retirou a Gouveia no PIDDAC 2001 655 mil contos de verbas anteriormente inscritas.

Assim, a Escola E.B. 1,2 e 3 que tinha uma verba de 310 mil contos, agora aparece apenas com 10 mil contos; o Tribunal de Gouveia, que antes tinha 20 mil contos, agora tem cinco mil; e a variante de S. Julião - obra prioritária e estratégica não só para retirar o trânsito de pesados da cidade como pelas perspectivas de desenvolvimento urbanístico que proporciona -, em vez dos 400 mil contos que possuía, agora apenas tem 20 mil contos que nem para o projecto dando muito menos darão para as expropriações e o arranque da obra.

Contra a co-incineração na Arrábida

Lutar de novo e sempre

Em reunião recentemente realizada, a Comissão Concelhia de Palmela do PCP analisou alguns aspectos políticos de incidência local, com destaque para a permanência do risco da co-incineração de resíduos industriais tóxicos e perigosos na serra da Arrábida, objectivo de que o Governo não desiste.

Apoiando o movimento de opinião pública que na região, em particular em Palmela e em Setúbal, retoma a mobilização para a luta contra tal medida lesiva do desenvolvimento económico sustentado, do meio ambiente e da qualidade de vida, a Concelhia de Palmela do PCP denuncia, uma vez mais, a posição do Partido Socialista, ostensivamente ausente do debate público promovido recentemente na Casa-Mãe

da Rota dos Vinhos, em Palmela.

Lembrando que neste debate o Grupo Parlamentar do PCP foi o único que esteve presente como tal através da deputada Odete Santos (outros fizeram-se representar por delegação), a Concelhia de Palmela considera que «o posicionamento» do Partido do governo, «dadas as particulares responsabilidades institucionais que detém no processo, revelou-se totalmente alinhado com a postura da Scoreco», empresa indigitada pelo Ministério do Ambiente para proceder à co-incineração sob os auspícios do negócio (e que, aliás, nem sequer respondeu ao convite para participar na iniciativa).

Assim, «num momento em que os órgãos autárquicos e as populações dos concelhos

envolventes reivindicam a realização de um debate público», os comunistas afirmam que o Partido Socialista, ao identificar-se desta maneira com os métodos governamentais (tal como já o fizera na Assembleia Municipal de 7 de Junho), procurando proceder secretamente à instalação de equipamentos destinados a incineração de resíduos militares explosivos na fábrica da ex-Extra, no limiar da freguesia do Pinhal Novo e a poucos

metros da auto-estrada A12, demonstra «um inadmissível desprezo» pelos habitantes do concelho de Palmela, o que não poderá deixar de ser penalizado.

Por fim, a Concelhia do PCP reitera a sua determinação em tudo fazer para que «o desígnio da co-incineração na Arrábida seja derrotado», confiante, como está, de que mais uma vez não estará só nesta luta «que urge relançar, reforçar e ampliar».

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Correcções à «Tribuna do Congresso»

No texto do camarada Rogério Miranda, de Queluz, publicado no «Avante!» de dia 23 de Novembro com o título «Por um Partido virado para a vida», foram dados dois erros que, infelizmente, mudam por completo a intenção do autor. Assim, no ponto 3 do mesmo texto, onde se lê «... A derrocada interna deve ser reforçada...», deverá ler-se «... A democracia interna deve ser reforçada...». No mesmo ponto 3, mais à frente, pode ler-se «... tornando-os mais eficazes e estando sobreposição de funções...». Em ver disto, deverá ler-se «... tornando-os mais eficazes e evitando sobreposição de funções...».

Também por lapsos, não publicámos as segundas partes dos textos (que ultrapassavam largamente as dimensões previamente estabelecidas) dos camaradas Mário Sena Lopes e Filipe Rua, ambos de Lisboa.

Aos três camaradas pedimos desculpa.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim Álvaro Marques da Silva

Faleceu, no dia 27 de Novembro, com 72 anos de idade, o camarada Joaquim Álvaro Marques da Silva, natural de S. Jorge de Arroios, Lisboa. Desenhador projectista reformado, trabalhou na Somague. Era membro do Partido desde 1975, tendo integrado a Comissão de Freguesia do PCP de Algés. Durante vários anos fez parte da Comissão de Moradores de Algés e da Associação de Pais da Escola Secundária de Algés.

Vítor Miguel Barros Barbosa

Faleceu, vítima de acidente de viação, o camarada Vítor Miguel Barros Barbosa, de 26 anos. O camarada era membro da Comissão Concelhia de Vila do Conde.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

MARCO DE CANAVESES

População indignada

Face às acusações de crimes de corrupção e abusos continuados de poder feitas pelo Ministério Público ao presidente da Câmara de Marcos de Canaveses, a Comissão Concelhia do PCP entende que «a posição eticamente mais correcta» do presidente da Câmara, Avelino Ferreira Torres, deverá ser a da «imediate suspensão do seu mandato», exigindo-se aos Tribunais a máxima urgência no julgamento do caso.

Na opinião dos comunistas, ninguém deve ser condenado antes da decisão dos Tribunais mas a gravidade das acusações proferidas ao presidente do município, «atinge todos os marcoenses», já que se refere à utilização para fins pessoais de dinheiro e bens que a todos pertencem, o que, a ser verdade, põe em causa o próprio concelho.

O PCP considera, pois, que os marcoenses têm razões para estar indignados e exigem que a verdade seja reposta e a justiça feita.

EMIGRAÇÃO

PS esquece promessas

O deputado comunista Rodeia Machado, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2001 e em relação às Comunidades Portuguesas, propôs um reforço de 10 mil contos na verba para o recenseamento eleitoral, outro de 40 mil contos para garantir o normal funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas - tendo em conta a realização de eleições e a reunião mundial daquele órgão - e, ainda, em relação ao CCP, uma verba de 20 mil contos de forma a assegurar a reunião mundial extraordinária para eleição do seu Conselho Permanente.

Outra deputada do PCP, Luísa Mesquita, dada a situação de abandono a que o ensino do português no estrangeiro é votado, propôs, para seu reforço, um aumento de 1,5 milhão de contos.

Porém, denuncia a Direcção da Organização da Emigração do PCP, estas propostas foram chumbadas pelo PS, incluindo os eleitos pela emigração, «os mesmos que incansavelmente» repetiram o seu apoio às comunidades portuguesas.

BEJA

PCP exige anulação de despedimento

O despedimento, pela administração da Somincor, de Eduardo Lázaro, coordenador em Neves Corvo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, merece o vivo repúdio dos comunistas que, em tomada de posição pública, manifestam a sua total solidariedade a este dirigente sindical.

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, denunciando ainda as grandes pressões que há muito os administradores vêm exercendo sobre os sindicalistas, exige a anulação do castigo a Eduardo Lázaro, há mais de 11 anos trabalhador da Somincor, e a sua imediata reintegração.

Por último, o PCP afirma que «as perseguições e manobras de intimidação» que a administração tem levado a cabo não vão impedir que os trabalhadores de Neves Corvo continuem unidos a lutar pelos seus postos de trabalho, pelos seus direitos e pelo futuro da empresa.

FOROS DO ARRÃO

PIDDAC ignora o Alentejo

Um almoço-convívio promovido pela Comissão de Freguesia de Foros do Arrão do PCP reuniu, no sábado passado, 130 pessoas, entre as quais presidentes de Juntas de Freguesia CDU, vereadores da CDU na Câmara Municipal e José Sociro, da Comissão Política.

Na sua intervenção, José Sociro criticou a falta de verbas no PIDDAC 2001 para o Alentejo e o chumbo pelos deputados do PS de todas as propostas feitas pelo Grupo Parlamentar do PCP, incluindo as que diziam respeito ao concelho de Ponte de Sor.

Quanto ao 16.º Congresso, o dirigente comunista considerou-o «um momento alto» da vida interna do PCP, mostrando-se confiante em que dele o Partido sairá «mais reforçado, mais unido, e melhor preparado para enfrentar as batalhas políticas e eleitorais que tem pela frente».

António Abreu defende debate político

Uma candidatura diferente

No sábado, António Abreu deslocou-se ao concelho da Moita, concretamente à Baixa da Banheira, onde, no âmbito da sua candidatura à Presidência da República, desenvolveu diversas acções de campanha.

De manhã, acompanhado por cerca de uma centena de apoiantes, o candidato do PCP participou numa arruada que percorreu algumas ruas da freguesia, tendo tido a oportunidade de contactar centenas de populares e distribuir cravos e documentos de candidatura. Em todo o lado foi alvo de manifestações de grande simpatia.

Seguiu-se um almoço no Ginásio Atlético da Baixa da Banheira, com a presença de mais de 250 apoiantes da sua candidatura, que decorreu num ambiente de grande entusiasmo.

Numa breve intervenção, o candidato do PCP denunciou a atitude conivente do actual Presidente da República, Jorge Sampaio, candidato do PS, em relação à política de direita do Governo, sublinhando a desvalorização que se verifica também por parte dos restantes candidatos em relação ao verdadeiro debate político e, conseqüentemente, das próprias eleições presidenciais.

Por fim, António Abreu valorizou a candidatura do PCP, afirmando as diferenças e o projecto que a distinguem das outras.

À tarde, foi a vez de António Abreu participar um encontro-convívio, no Teatro Municipal de Almada, com intelectuais e quadros técnicos, jantando à noite, com cerca de centena e meia de apoiantes seus num restaurante de Setúbal.

Percorrendo o País

Entretanto, no distrito de Setúbal, já no dia 30 de Novembro, António Abreu havia participado num almoço com apoiantes na URPICA, em Almada, jantando no Barreiro com cerca de 400 pessoas que

lhe quiseram manifestar o seu apoio, convívio que decorreu no Pavilhão do Luso Futebol Clube, local escolhido para a primeira iniciativa da sua pré-campanha neste concelho.

Quando António Abreu chegou ao Pavilhão do Luso, cerca das 22h30, já antes havia merecido entusiásticos aplausos dos participantes que, durante o jantar, graças a um ecrã gigante de televisão, puderam assistir em

directo à entrevista de António Abreu à RTP1.

Antes da intervenção do candidato do PCP à Presidência da República, foi publicamente apresentada a mandatária concelhia da candidatura: Apolónia Teixeira, socióloga, técnica superior do Ministério da Educação, actualmente Presidente do Conselho Geral do Hospital Distrital do Barreiro e membro da Assembleia Municipal do Barreiro.

O candidato do PCP deslocou-se, porém, em contactos por todo o País. Assim, desde um jantar com apoiantes, rea-

lizado na sexta-feira, no Funchal, António Abreu participou no domingo, num almoço em St.ª Iria de Azóia, visitou a seguir o Parque Urbano e, à noite, em Torres Vedras, teve ainda a oportunidade de conviver com apoiantes seus durante um jantar que se realizou num hotel da cidade.

Na segunda-feira, deslocou-se a Espinho, onde participou numa sessão pública no salão dos Bombeiros Voluntários e, na terça-feira, jantou, em Lisboa, no refeitório da Câmara Municipal, com trabalhadores das autarquias do concelho.



Depois da arruada em que participou, António Abreu almoçou na Baixa da Banheira com apoiantes da sua candidatura

Açores

Mão-de-obra escrava?

No princípio da semana passada, na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores deram entrada dois requerimentos do Grupo Parlamentar do PCP relativamente à questão da eventual actuação na ilha do Faial de redes de «importação» ilegal de mão-de-obra e ao aparecimento de um caso de BSE em S. Miguel.

No primeiro requerimento, José Decq Mota, que o assina, refere as reportagens recentemente divulgadas em meios de comunicação regional e nacional sobre a situação de trabalhadores brasileiros na ilha do Faial, onde aparecem expressões como «escravatura disfarçada na ilha do Faial» ou «trabalhadores brasileiros transformados em escravos». As reportagens são acompanhadas de porme-

nores, que elementos recolhidos localmente confirmam, definindo uma situação que, segundo o PCP, não é aceitável, «nem à luz do direito nem à luz da moral».

De facto, reconhecem os comunistas, o volume de obras em curso e projectadas no Faial são de molde a absorver elevada quantidade de mão-de-obra, mas essa situação tem que se desenvolver «com inteiro respeito, quer pela dignidade humana quer pelos quadros legais que nos regem».

Assim, o PCP requer ao Governo Regional que o informe sobre se está a par da existência de «importação» de mão-de-obra na ilha do Faial, como a que foi publicamente descrita, ou detec- tou situações de prestação de trabalho por emigrantes ile-

gais e, em caso afirmativo, que medidas tomou para pôr termo a estas situações.

Quanto ao caso de aparecimento de um caso de BSE num bovino na ilha de S. Miguel, importado da Alemanha, apesar de o secretário regional da Agricultura e Pescas ter anunciado um conjunto de medidas para repor a confiança dos mercados e dos cidadãos na carne açoriana, o PCP entende que subsistem aspectos deste processo que exigem esclarecimento.

Entre outras perguntas enunciadas no requerimento, o PCP pretende saber se o abate deste bovino foi da iniciativa do seu proprietário ou por ter havido qualquer suspeita de doença por parte da autoridade sanitária; se quando do envio de órgãos para análise e determinação

da doença foi levantada a suspeita de poder tratar-se de um caso de BSE e, assim sendo, em que momento foi a tutela informada dessa eventualidade?

Quanto à decisão pelo Governo Regional de abater 2640 cabeças de gado bovino, o PCP, com vista à avaliação do impacto desta medida, quer ser informado sobre a composição dessa manada; a distribuição dessas cabeças por ilha; o impacto desse abate nas explorações de que fazem parte; a proveniência desses animais importados; a redução que resulta deste abate na actual produção de leite; e o ponto em que se encontram as negociações para determinar as compensações aos lavradores e explorações que terão animais abatidos.

Faltam enfermeiros no Santa Maria

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) contesta a abertura da Unidade de Cuidados Intensivos Pediátricos no Hospital de Santa Maria, prevista para hoje, por considerar não ter capacidade para funcionar, face à insuficiência daqueles profissionais.

A abertura deste novo serviço é considerada pelo SEP como uma fraude, pois o mesmo não terá condições para prestar os cuidados exigidos devido à falta de enfermeiros.

O hospital de Santa Maria é mesmo considerado, pelo Sindicato dos Enfermeiros, como um dos piores hospitais do país em termos de recursos humanos, no que diz respeito à enorme carência de profissionais de enfermagem.

Em comunicado, o SEP alerta para a falta de 647 enfermeiros no quadro de Santa Maria e para o facto de a maioria dos serviços ser assegurada com recursos a trabalho extraordinário programado.

O SEP solicitou já uma reunião urgente com o Conselho de Administração do Hospital de Santa Maria para discutir o assunto, sem resposta.

O Sindicato dos Enfermeiros prepara-se para mostrar a sua indignação no dia da inauguração. «Queremos confrontar o Ministério da Saúde e o HSM com esta fraude e denunciar mais uma inauguração que não pode ser levada a sério», declarou à Lusa um representante do Sindicato.

Seixal não quer resíduos tóxicos

A Câmara Municipal do Seixal (CMS) vai inviabilizar o licenciamento da construção de um aterro industrial em Paio Pires, caso nele venham a ser depositados resíduos perigosos.

Uma proposta no sentido de «total recusa à deposição de resíduos perigosos independentemente da sua proveniência» foi aprovada em sessão de Câmara com os votos favoráveis da CDU e do PSD e com os votos contra do PS.

A proposta tem como base um parecer de técnicos da Divisão de Ambiente e Salubridade da autarquia, que refere que o estudo prévio do Aterro Controlado de Resíduos Industriais Especiais da ECODETRA (consórcio privado encarregue de construir e gerir a infra-estrutura) não exclui a deposição de resíduos perigosos.

Segundo o relatório não técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), o aterro está preparado para receber 200 mil toneladas de resíduos acumulados nos terrenos da Siderurgia Nacional, dispendo de uma capacidade adicional de 135 mil metros cúbicos para matérias produzidas noutras indústrias do concelho do Seixal.

A CMS considera, todavia, que o ambiente e a saúde pública não estão devidamente acautelados e ameaça não licenciar a obra.

De acordo com o parecer dos técnicos camarários, o local escolhido para a instalação do aterro situa-se «numa zona de intensidade sísmica muito elevada».

Aludindo a uma apreciação do Instituto Geológico e Mineiro, os técnicos sublinham que «a infra-estrutura constitui um factor de grande risco no local em causa, dada a natureza arenosa e a alta permeabilidade do substrato geológico do mesmo».

Além disso, segundo a autarquia, «a área de implantação do projecto situa-se no sistema aquífero da Bacia Terciária do Tejo, a partir da qual é captada a água de abastecimento público dos concelhos do Seixal, Almada e Barreiro».

Paranhos debate acção social

O trabalho desenvolvido e os problemas existentes relativamente aos pelouros da Acção Social e Juventude foram tema de debate numa sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia de Paranhos, no Porto, por proposta da CDU.

Na sessão foi analisado um dossier, preparado pelo pelouro da Acção Social, que demonstra a necessidade do reforço dos meios técnicos e humanos e de intervenção, mais visível e eficaz, no combate a processos de pobreza e exclusão social.

Há um reconhecimento das carências dos meios de intervenção e uma análise das actividades realizadas, das quais se salientam o Apoio Domiciliário no Bairro do Outeiro, Centro de Convívio na Gruta do Jardim da Arca d'Água, Famílias de Acolhimento, Rendimento Mínimo Garantido, Centro de Acolhimento de Campo Lindo e Acção Social nos bairros camarários e zonas carenciadas.

Os eleitos da CDU consideram que o trabalho realizado é positivo, mas entendem que está aquém da dimensão da freguesia e das carências, dos níveis de pobreza e dos níveis de exclusão social, pelo que irão elaborar uma proposta reclamando um conjunto de apoios e contemplando acções concretas na área social de combate à exclusão e à pobreza na freguesia.

Orçamento de Estado e PIDDAC penalizam autarquias

Prioridades mais uma vez esquecidas

Aprovado o Orçamento de Estado para 2001, divulgam-se planos concretos das autarquias, contabilizam-se as verbas destinadas a cada área. Planos em que ressaltam múltiplas faltas.

«Ao longo destes últimos anos temos sido, constantemente, bombardeados com inúmeras promessas, ora do Governo ora da Câmara PS, de investimentos em diversas áreas bastante carenciadas», lembra a CDU de Sintra, em recente conferência de imprensa. Aprovado o Orçamento de Estado, verifica-se que «o PS esqueceu, à semelhança dos anos anteriores, as promessas feitas».

Lembrando que «o Concelho de Sintra é caracterizado por um crescimento urbanístico caótico, onde a especulação imobiliária impera em detrimento da qualidade de vida dos cidadãos», a CDU/Sintra centra as suas críticas em quatro áreas prioritárias – acessibilidades, saúde, segurança e habitação.

Neste quadro, a CDU sublinha, nomeadamente, que o hospital de Sintra também foi esquecido. E questiona: «Esperamos é que este esquecimento não signifique que o PS se esteja a preparar para alienar os terrenos públicos em favor dos privados!»

Na área da saúde, a CDU propõe a construção de mais seis Centros de Saúde e refere

ainda a «falta de médicos em todos os centros de saúde do concelho».

No que se refere à educação, a CDU/Sintra avalia como claramente insuficiente a verba destinada ao ensino pré-escolar. Avalia como positiva a construção prevista de pavilhões desportivos, lamentando embora o atraso do processo. Na Assembleia da República, a CDU propôs entretanto a construção de cinco novas escolas no concelho, o Museu de História Pêgo Longo e uma biblioteca em Mem Martins.

Odivelas prejudicado

«A continuada ausência de investimentos, por parte da Administração Central, em equipamentos e estruturas indispensáveis à qualidade de vida e ao bem-estar dos municípios de Odivelas», é denunciada pela CDU/Odivelas, em moção derrotada com os votos contra do PS e do PSD.

A moção refere em particular os domínios da saúde, da segurança, das acessibilidades, da educação e do desporto e considera urgen-



A população de Sintra continua a ver ignoradas as suas necessidades essenciais

te uma intervenção nestas áreas.

A CDU lembra que o PIDDAC do ano 2001 «continua a não consagrar quaisquer verbas para obras fundamentais e prioritárias» e «atribui verbas insignificantes, nalguns casos reduzindo para cerca de metade as verbas inscritas no ano

2000, como é o caso dos Centros de Saúde de Odivelas e da Póvoa de Santo Adrião».

Por último, a CDU lembra que «uma vez mais não se prevê no orçamento de Estado qualquer verba específica para fazer face ao processo de instalação do Município de Odivelas».

Lisboa promove energias renováveis

Promover e incentivar a utilização de energias renováveis é o objectivo de uma proposta apresentada por «Os Verdes» na Assembleia Municipal de Lisboa, e aprovada com uma única abstenção do MPT.

A Câmara de Lisboa deverá assim instituir, a partir do ano 2001, dois incentivos, sob a forma de prémio, cuja verba deverá já ser considerada no Orçamento e Plano de Actividades.

Em causa está a necessidade urgente de «consciencializar, para mudar comportamentos, que as emissões atribuídas às unidades de produção eléctrica são também responsabilidade do seu utilizador».

A proposta de «Os Verdes» visa «não só apoiar e promover estudos no âmbito das utilizações e/ou aplicação das energias alternativas desenvolvidas na óptica da aplicação municipal e/ou do consumidor

final, como também premiar quem tenha feito aplicações de energias renováveis e/ou adaptação de medidas que permitam comportamentos energéticos sustentáveis» na área do município.

Eco-edifício na Moita

O concelho da Moita poderá vir a ter, em breve, o pri-

meiro eco-edifício da Península Ibérica, destinado à prática desportiva.

Em causa está o desenvolvimento de um projecto para a construção, na Freguesia do Vale da Amoreira, de uma Pavilhão Polidesportivo, segundo o conceito de eco-edifício, através de uma parceria entra a Câmara da Moita, a Associação Intercultural do Vale da Amoreira e Baixa da Banheira e duas entidades estrangeiras.

O projecto está entretanto a ser desenvolvido pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa.

Um eco-edifício pretende, por um lado, reduzir os impactes negativos no ambiente, minimizando a utilização de recursos, a poluição e a produção de resíduos – através, por exemplo, de uma construção ecológica – e, por outro, garantir um bom nível de qualidade dos ambientes interiores, do ponto de vista do conforto e da saúde, através da gestão do mesmo.



Câmara de Lisboa vai apoiar energias renováveis

Dia Internacional para a Eliminação da Violência sobre as Mulheres

Violência é crime

Violência é crime. No Dia Internacional para a Eliminação da Violência sobre as Mulheres, assinalado no passado dia 25 de Novembro, a Plataforma da Marcha Nacional das Mulheres do Ano 2000 lembrou isso mesmo. Um dia em que tiveram lugar diferentes iniciativas, do lançamento de publicações sobre este tema da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres às distinções de honra do MDM.

O aborto clandestino, o aborto selectivo em função do sexo, a mutilação genital feminina, homicídios por motivo de «honra», tráfico de mulheres e violência doméstica contra as mulheres, foram algumas das formas de violência referidas pela Plataforma, em conferência de imprensa realizada em véspera do Dia Internacional para a Eliminação da Violência.

A violência contra as mulheres «abrange todas as situações sociais e económicas e está profundamente arraigada em culturas do mundo inteiro, de tal modo que milhões de mulheres a consideram

uma maneira de viver», lembra a Plataforma, citando a publicação da FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População, «Vidas em comum, mundos separados».

A violência é ainda uma forma de exploração do ser humano

Dominar o outro
Em Portugal, essa violência exprime-se, em particular, na violência doméstica, nos homicídios por motivos de «honra» e nas violações.

Segundo dados da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima a violência doméstica é de longe (cerca de 70%) o crime mais frequente nesta área, sendo de salientar que cerca de 66%

destes casos de violência doméstica correspondem a maus tratos cometidos pelo cônjuge/companheiro.

A violência, entretanto, é um conceito e uma realidade mais amplos. Numa abordagem sobre o que é a violência contra as mulheres, poderemos destacar aqui a definição – referida no último congresso do MDM – do grupo de peritos do Conselho da Europa, segundo a qual é «qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacção ou qualquer outro meio, a qualquer mulher e tendo como objectivo e como efeito intimidá-la, puni-la ou humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu sexo, ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, o seu amor próprio ou a sua personalidade, ou diminuir as suas capacidades físicas ou intelectuais».



Contra a violência sobre as mulheres foi uma das exigências nas manifestações do 8 de Março

No congresso do MDM foi lembrado, por outro lado, que a violência – um acto «sempre determinado pela intenção de dominar o outro, ou os outros – «é ainda uma forma de exploração do ser humano que se manifesta a vários níveis, económico, sexual ou racial ou nas relações de trabalho». Dimensões da violência que importa também não ignorar.

Por medidas urgentes

Se é certo terem sido dados passos positivos – nomeadamente no nosso país – no combate à violência exercida sobre as mulheres, «um longo caminho é necessário percorrer ainda para que este flagelo seja eficazmente combatido, desde logo através de medidas concretas que alterem as precárias condições de vida e de trabalho de mui-

tas mulheres, quotidianamente vítimas de explorações, discriminações e violências de diversa ordem», foi salientado no congresso do MDM.

Neste sentido, a Plataforma da Marcha Nacional das Mulheres apresentou um conjunto de medidas urgentes a implementar em Portugal, que engloba vários vectores.

Antes do mais, a aplicação da legislação existente e o melhoramento dos serviços de atendimento na polícia e na GNR. Ainda na mesma linha de medidas práticas essenciais, a implementação de uma rede de Casas-Abriço para mulheres vítimas de violência e para os seus filhos.

A informação e sensibilização é outra dimensão das propostas apresentadas, englobando a implementação de linhas de atendimento, cam-

panhas de sensibilização e esclarecimento, educação para a igualdade de oportunidades e educação sexual, incluída nos currículos escolares e envolvimento de toda a sociedade, «colocando a violência contra as mulheres no âmbito da luta pela defesa dos direitos humanos».

A autonomização de verbas para apoio ao combate à violência doméstica e o apoio às ONG que apoiam as mulheres vítimas da violência são outras das propostas da Plataforma.

Por último, salienta-se a necessidade de realização de um estudo que faça o diagnóstico da situação da violência contra as mulheres e propõe-se a criação de um observatório que «avaliara as políticas seguidas, os planos existentes» e proporia a sua actualização e melhoramento.



Évora faz balanço de um século

«O Século XX em Évora» foi o tema escolhido pela Câmara Municipal de Évora para o colóquio que decorreu dias 29 e 30 de Novembro no Colégio Espírito Santo da Universidade de Évora, e que contou com o apoio científico do Departamento de História da Universidade.

O colóquio teve como objectivo principal – nas palavras do presidente da Câmara de Évora na sessão de abertura – a possibilidade de os especialistas das diversas áreas se pronunciarem «sobre o que vivemos, sobre as permanências e mudanças e que apontem opções futuríveis e viáveis, sobre esta cidade cuja especificidade constitui, simultaneamente, um limite e um desafio».

Os debates desdobraram-se em três painéis – «Urbanismo e Planeamento», «Sociedade, Economia, Cultura e Arte» e «Património e Turismo Cultural». Temáticas consideradas, pelos organizadores desta iniciativa, como as mais adequadas a uma abordagem da identidade da cidade e região essenciais para o seu autoconhecimento e que, por essa razão, fazem parte das directrizes do Plano Estratégico da cidade.

O colóquio contou ainda com diversas conferências proferidas por oradores convidados e duas mesas-redondas subordinadas aos temas «Habitar e visitar o centro histórico de Évora» e «Preservar e divulgar o centro histórico de Évora».

Todas as intervenções – cerca de trinta comunicações, de par das mesas-redondas e conferências – serão publicadas no próximo Boletim da Câmara Municipal. Uma publicação que se irá afirmar como um documento de

balanço da cidade no último século, bem como uma ferramenta de trabalho e ponto de partida para outros estudos.

Ainda no âmbito do colóquio, no Palácio de D. Manuel, irá estar patente, até 15 de Fevereiro, uma exposição organizada pela autarquia sob o tema «Riscos de um século – memória da evolução urbana de Évora», que pretende mostrar, através de maquetes, plantas e fotografias, a evolução urbanística da cidade nos últimos cem anos.

Loures promove Fórum

Suscitar a reflexão sobre a política cultural do município por parte de um leque alargado de personalidades das várias áreas da cultura, foi a ideia que presidiu à criação, em Loures, de um Fórum cuja primeira reunião aludiu aos planos de desenvolvimento em curso no município, como forma de detectar carências e perspectivar novas áreas de intervenção na área da cultura.

Numa primeira abordagem este Fórum, criado por iniciativa da autarquia, possibilitará, não só um conhecimento mais aprofundado dos vários aspectos da política cultural municipal, mas poderá ainda assumir-se como espaço de recolha de opiniões de grande utilidade para o desenvolvimento do trabalho cultural do concelho.

Foi igualmente proposta a criação, no concelho, de uma oferta teatral profissional que dê continuidade ao trabalho que a autarquia tem vindo a desenvolver nesta área.

Poder local aposta no apoio à infância

A implementação de novos jardins de infância é uma preocupação partilhada pelo poder local, que tem vindo a assumir diversas iniciativas nessa área.

A Câmara de Lisboa pretende adquirir à Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) um jardim de infância em Telheiras. Um edifício que, segundo António Abreu, vereador da Educação, corresponde, «pelas suas características e dimensões às necessidades sentidas pela população residente».

Segundo António Abreu, «é de todo o interesse que este jardim de infância integre a rede pública de estabelecimentos educativos, pois o Bairro de Telheiras não tem equipamentos de ensino de rede pública dimensionados para uma população em crescimento, não conseguindo dar resposta aos actuais níveis de procura».

De facto, «a situação tem vindo a agravar-se e será agudizada pelo aumento do número de urbanizações de promoção privada, pelo facto da população residente ser maioritariamente constituída por casais com filhos em idade pré-escolar e pela conclusão de diversos edifícios destinados a realojamento no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), em finais de 2001», explicou.

O projecto do jardim apresenta como características o grande desenvolvimento em superfície com integração de um pátio interior, uma cobertura com sistema de impermeabilização e isolamento e um painel decorativo de grandes dimensões.

Além disso, a zona envolvente do edifício da escola tem um arranjo exterior perfeitamente enquadrado às necessidades das crianças,

onde se incluem equipamentos infantis, áreas de jogos com pavimentos diferenciados e zonas verdes com relvados e arvoredo, que integra ainda uma horta pedagógica.

Em Évora, e por iniciativa da Câmara, começaram recentemente no terreno os trabalhos de adaptação do edifício do Lavadouro Municipal de Nossa Senhora de Machede para acolher o jardim de infância local.

O actual jardim de infância, a funcionar desde 1982, já não serve as necessidades da população o que levou a Junta de Freguesia a questionar a comunidade no sentido de rentabilizar o lavadouro municipal. Uma proposta que foi prontamente aceite.

O novo jardim terá capacidade para 20 crianças e comportará todas as condições actualmente exigidas para uma infra-estrutura deste tipo.

24 anos de luta no Parlamento

• João Amaral

Na véspera do XVI Congresso, é adequado desenvolver notas de trabalho, que ajudem à caracterização da acção dos comunistas na instituição parlamentar e sublinhem perspectivas de trabalho. A reflexão sobre este tema é abundante. Como expressão conformadora da posição do PCP encontram-se bastas referências nos Congressos.

Desde a primeira hora de existência do Parlamento que o Partido teve de decidir como e com que empenhamento aí interviria. A tentação de privilegiar a luta popular aparecia como evidente. Mas aconteceu que no primeiro grande debate, o debate do I Governo Constitucional em Agosto de 1976, a prática do PCP foi a de um elevado empenhamento, cabendo ao Secretário-Geral-camarada Álvaro Cunhal, a intervenção de fundo.

O facto, tanto mais saliente quanto o camarada Álvaro Cunhal pouco voltou a falar, foi tomado como demonstração da necessidade de uma intervenção qualificada. Foi essa prática de intervenção empenhada que o Grupo Parlamentar procurou.

A complexidade que representava para

política. No plano teórico, ganhou a tese da interacção das diferentes frentes, amplamente comprovada pela experiência concreta.

Pode resumir-se na ideia de que tal como as lutas populares condicionam e influenciam a acção do Parlamento (designadamente pela expressão que têm na acção do Grupo Parlamentar do PCP), também a iniciativa parlamentar e a vida do Parlamento influencia e potencia a luta popular. Parece fácil e evidente. Mas foi necessário superar preconceitos e concepções reductionistas da intervenção do PCP. Não se questiona a legitimidade de defender essas outras posições, pelo respeito sempre devido à liberdade de opinião. Mas exprime-se aqui um apoio claro a uma tese, que se tem traduzido numa acção positiva e prestigiante.

A esta luz, em sucessivos Congressos foram definidos importantes desenvolvimentos nas orientações do PCP no Parlamento. A tribuna parlamentar foi entendida como um importante instrumento de denúncia e também de proposta. Por outro lado, a dimensão essencialmente política do Parlamento moderno foi assumida pelo PCP no quadro da luta contra a política

de direita, e também como palco de construção da alternativa. Basta pensar nas moções de censura, nas apresentadas e nas votadas favoravelmente. Foi no campo das propostas concretas que a acção do Grupo mais se desenvolveu. O PCP construiu no Parlamento, ao longo destes 24 anos, um notável património, quer de iniciativas legislativas e projectos de resolução e deliberação, quer de actos de fiscalização do Governo (apreciações de decretos-leis, requerimentos, perguntas, interpelações).

Mas, dos problemas enunciados no distante ano de 1976, nem todos estão satisfatoriamente resolvidos. Por exemplo, em matéria de apoio técnico, há necessidade de progredir. A vida parlamentar tornou-se mais intensa e exigente, são assim maiores as exigências técnicas.

Entretanto, o essencial está em aprofundar no futuro a acção política propositiva que já vem caracterizando a acção do PCP na Assembleia. A intervenção parlamentar não substitui as acções de luta das populações, dos trabalhadores e de diferentes camadas de cidadãos. Não substitui uma renovada intervenção cívica.

Mas nenhuma destas formas de acção substitui a acção nas instituições, onde, melhor que em qualquer outro sítio, o PCP se pode afirmar como partido de projecto. E onde está o terreno indispensável para poder concretizar uma alternativa.

O Parlamento adquire uma cada vez maior importância na vida política. Por isso, para o PCP são maiores a necessidade e as exigências de uma intervenção parlamentar qualificada.



O respeito pelos direitos dos trabalhadores é condição para o desenvolvimento

Projecto de lei do PCP combate práticas ofensivas dos direitos dos trabalhadores

O valor do trabalho

Prevenir e combater práticas laborais violadoras da dignidade e integridade física e psíquica dos trabalhadores, tal é, em síntese, o objectivo de um projecto de lei do PCP entregue na mesa do Parlamento.

Uma iniciativa que encontra plena justificação face à crescente multiplicação de casos de violação de direitos dos trabalhadores traduzidos em várias formas de assédio nos locais de trabalho.

Práticas empresariais de que têm resultado graves consequências para os trabalhadores, fazendo emergir «novos riscos profissionais como o stress e outros de origem psicológica e psiquiátrica, com particular desgaste físico e moral».

São essas práticas de assédio nos locais de trabalho que o diploma comunista pretende combater firmemente através não só da tipificação de tais actos e comportamentos como do estabelecimento de um conjunto de sanções para os seus responsáveis e autores materiais, garantindo simultaneamente as competentes reparações às vítimas.

Por assédio, segundo o articulado do diploma, entende-se o «comportamento persecutório, deliberado, abusivo do empregador, do seu representante, do superior hierárquico, colega ou outra pessoa com poder no local de trabalho, através de insinuações ou ameaças verbais e por atitudes que visem a desestabilização psíquica dos trabalhadores, originando a degradação das condições de trabalho e tendo por objectivo principal o despedimento do trabalhador, a sua demissão forçada ou o prejuízo das perspectivas de progressão na carreira».

São considerados actos e comportamento indiciadores de assédio, entre outros, «o retirar injustificado de tarefas anteriormente desempenhadas pelo trabalhador», «a despromoção injustificada de categoria anteriormente atri-

buída», «o constrangimento ao exercício de funções ou tarefas desqualificantes para a categoria».

Com as medidas agora preconizadas a bancada comunista quer contribuir no sentido de que seja garantido o respeito pela dignidade de quem trabalha e o respeito pelos direitos dos trabalhadores, cuja defesa e efectivação tem sido, de resto, uma constante da luta travada pelo PCP, nomeadamente através da melhoria das leis do trabalho e da justiça do trabalho.

Assegurar a efectivação de tais direitos, como é dito na nota preambular do diploma, é pois «o único caminho capaz de assegurar o desenvolvimento do nosso país com respeito pelo valor do trabalho».

«Um desenvolvimento», sublinham os deputados comunistas, «que tenha em vista a obtenção de condições de vida e de trabalho de nível elevado onde a dignidade e os direitos dos trabalhadores sejam não só respeitados, mas sejam tidos como meio indispensável e indissociável da construção do futuro».

Viabilizado o Orçamento do Estado

O País ficou a perder

É uma mentira a previsão da taxa de inflação para o ano 2001 que o Governo quer impor para a negociação salarial dos trabalhadores da função pública. Quem o afirma é o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, para quem a política salarial constitui um dos aspectos negativos que fica a marcar o Orçamento do Estado para o próximo ano. Os aumentos salariais não chegam para compensar a inflação deste ano e, por esta via, a «convergência salarial dos trabalhadores portugueses com os trabalhadores europeus é se será cada vez mais uma miragem», afirmou.

Octávio Teixeira falava no encerramento do debate do OE após discussão dos seus artigos na especialidade em que foram sistematicamente chumbadas as propostas de alteração oriundas dos partidos da oposição. Esta discussão teve assim o epílogo esperado com a aprovação do documento em votação final global com os votos da bancada do PS e do deputado Daniel Campelo.

O Governo, pode dizer-se, conseguiu o que queria. Mas esta estratégia de aprovação do Orçamento, alvo de todas as críticas,

se algum registo dela ficar na história será seguramente pelas piores razões. Octávio Teixeira falou mesmo em «mau serviço prestado à credibilidade do regime democrático», fazendo notar que o «País não ganhou nem em clarificação nem em estabilidade políticas».

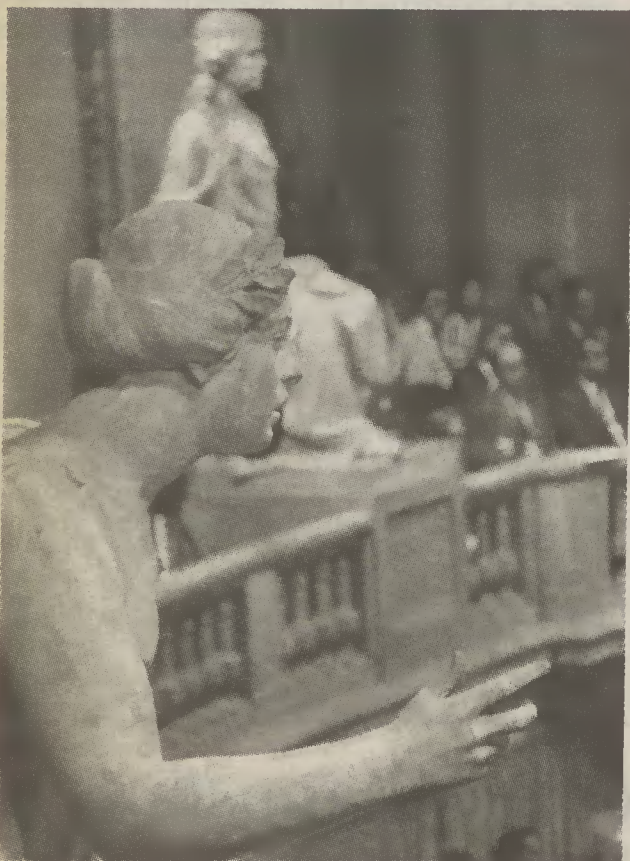
Verberado pelo líder parlamentar, reportando-se ainda às características essenciais do conteúdo do Orçamento, foi a discriminação de que são alvo cerca de 700 mil reformados. Exactamente aqueles que tendo um período contributivo inferior a 15 anos viram no decurso da governação do PS evoluir as suas pensões em menos de 10 por cento do que tiveram os outros reformados que vêm imediatamente a seguir.

Firme oposição da bancada comunista mereceu igualmente a política de privatizações seguida pelo Governo. «É um erro o processo que tem vindo a ser desencadeado», considerou Octávio Teixeira, lembrando a propósito as situações recentes que conduziram à privatização da GALP em benefício da ENI, à privatização da TAP em benefício da

Swissair, bem como à última fase de privatização da EDP e à escandalosa especulação bolsista que a envolveu, em tudo idêntica à arquitectada com a privatização da Portugal Telecom.

Divergências profundas separaram ainda o PCP do Governo em matéria do orçamento do Serviço Nacional de Saúde. Para o presidente da formação comunista «não é um orçamento a que apenas falte rigor e transparência». Trata-se, fundamentalmente, friso, de «um orçamento virtual». E assim sendo, explicou, «isso não serve o País em termos orçamentais porque o País vai ter de pagar aquilo que tiver de pagar para o Serviço Nacional de Saúde, independentemente de estar inscrito ou não no orçamento».

Mas mais grave ainda, acrescentou Octávio Teixeira, «é que esta falta de transparência, esta falta de rigor, este orçamento virtual coincide com outras políticas que têm vindo a ser seguidas, ou não seguidas, pelo Ministério da Saúde conducentes a criarem condições subjectivas para o Governo, agora ou depois, poder impor e exigir a privatização do Serviço Nacional de Saúde».



o PCP o exercício de uma intervenção com esse grau de exigência era evidente. É significativo o elenco de deficiências que foi apresentado ao VIII Congresso (Dezembro de 1976) em nome do Grupo Parlamentar. Aí se referem necessidades como a de apoio técnico, de uma forte ligação às organizações partidárias, de uma maior disponibilidade dos Deputados, de uma maior ligação às organizações sociais, de uma maior divulgação das iniciativas parlamentares. Mais especificamente, concluía-se pela necessidade de «fazer do Grupo Parlamentar e da sua actividade um elemento orgânico do Partido, mais uma frente — uma frente especial, sem dúvida — da luta geral do nosso Partido pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional e pelo socialismo».

Nestas fórmulas, estão os principais problemas que o PCP teve de resolver sobre a actividade parlamentar. O mais complexo e com maior incidência na vida do PCP foi (ou é) a questão que se poderá resumir no problema da hierarquização das frentes de acção

Plano Hidrológico espanhol suscita preocupações

Por uma repartição justa dos recursos hídricos

Portugal continua a não dispor de uma correcta inventariação, planificação e gestão dos recursos hídricos, o que tem fragilizado a posição dos sucessivos governos na condução das negociações sobre esta matéria com Espanha.

Esta uma das ideias deixadas pelo deputado comunista Joaquim Matias no debate de urgência sobre o Plano Hidrológico espanhol e as suas implicações para o nosso país.

Particular atenção foi prestada às consequências para o nosso país dos regimes e usos adoptados pela Espanha, sobretudo em termos de consumo e degradação da qualidade da água. Uma questão da maior importância se atendermos

a que 40 por cento dos nossos recursos em águas superficiais resultam de caudais e escorrências com origem no país vizinho.

Em matéria de recursos hídricos o Governo tem assumido uma opção centralizada e governamentalizadora

Tudo indica, porém, que o Governo do PS (na esteira, aliás, dos seus antecessores) também neste domínio não tem ido nada bem. Para além da referida ausência de planificação e gestão dos nossos recursos, o Executivo não se livra ainda da crítica que lhe é feita por per-

sistir numa «opção centralizada e governamentalizadora do tratamento destes assuntos». Uma opção que, por desaquada - e por isso há muito foi abandonada em quase todos os países, como lembrou Joaquim Matias -, não pode garantir da melhor forma a defesa dos interesses nacionais.

E é exactamente a inexistência de uma opinião pública bem informada que ajuda a explicar a formulação de tantas perguntas para as quais o Governo tem dado poucas as respostas. A bancada do PCP, pela sua parte, fez



40 por cento das nossas águas superficiais resultam de caudais provenientes de Espanha



O PCP pugna pela criação de um sistema de defesa pública

O direito de acesso à justiça

A forma de garantir a acessibilidade dos cidadãos ao direito e aos tribunais voltou a estar em debate no Parlamento. A questão foi suscitada por uma proposta de lei do Governo que prevê, entre outras alterações, transferir dos tribunais para os serviços da Segurança Social a responsabilidade de definir quem deve por motivos económicos beneficiar deste tipo de apoio e de acesso à justiça.

Para o ministro António Costa as vantagens do novo sistema de apoio judiciário situam-se não apenas em libertar os tribunais de tarefas administrativas, como em evitar que a PSP e a GNR tenham de efectuar centenas de milhares de diligências para apurar se os cidadãos têm ou não que justificar a concessão de apoio judiciário por parte do Estado.

Pronunciando-se sobre esta medida, a deputada comunista Odete Santos afirmou que o patrocínio judiciário é «uma garantia de um direito fundamental», pelo

que, do seu ponto de vista, não deve ser um Ministério a determinar os critérios para concessão desse apoio.

A proposta do ministro da Justiça é assim encarada pela bancada do PCP como um «retorno a uma administrativização do processo de apreciação dos pedidos de apoio judiciário». E o que Odete Santos não aceita é que o apoio judiciário seja entendido como uma prestação de índole social.

«O apoio judiciário que decorre do artigo 20.º da Constituição - a justiça não pode ser denegada por motivos económicos - é uma garantia de um direito fundamental dos cidadãos. O direito de acesso ao Direito e aos Tribunais. O direito de acesso à justiça», sublinhou a parlamentar do PCP, antes de precisar que «como garantia que é de um direito fundamental é o poder judicial, que é independente do executivo, que deve estar a decisão sobre a garantia de um direito fundamental».

A solução preconizada pelo Governo corresponde assim,

na perspectiva de Odete Santos, a uma «arquitectura inadequada ao figurino constitucional de um direito fundamental», que, alertou, pode mesmo «pôr em risco esse direito».

«Ao sabor de ventos e marés fica aberta a porta por onde pode entrar, por motivos puramente orçamentais, a irrealização do direito fundamental de acesso ao direito e aos tribunais», preveniu.

A este propósito foi ainda recordada a experiência de outros países da União Europeia, como o Reino Unido e a Alemanha, onde, a pretexto dos custos do sistema, tem vindo a ser fechada a torneira de financiamento ao apoio judiciário.

Considerando ser tempo de «encontrar soluções verdadeiramente alternativas à solução actual», Odete Santos reiterou a proposta do PCP de criação de um sistema de defesa pública, desde há muito por si defendida e que em sua opinião é o sistema que «melhor garante, em processo penal, os direitos do arguido».

algumas no debate. Exigiu sobretudo esclarecimentos em três aspectos essenciais relacionados com o Plano Hidrológico de Espanha: primeiro, os seus efeitos na biodiversidade, no clima e na degradação do ambiente; segundo, os impactes ambientais directos resultantes das alterações do regime hidrológico, da exaustão dos recursos e da degradação da qualidade da água; terceiro, os condicionamentos ao desenvolvimento e à utilização da água em Portugal.

Joaquim Matias quis

saber, por exemplo, reportando-se à primeira ordem de questões, «qual a avaliação que é feita dos impactes ambientais associados ao Plano» e se, por outro lado, «estão ou não suficientemente avaliados os riscos associados a possíveis e previsíveis impactes irreversíveis nos domínios referidos».

Lançado pelo deputado comunista foi ainda um desafio ao Governo para que inventarie as nossas reservas e apresente à Assembleia da República, tendo em conta os vários cenários,

as possíveis condicionantes e consequências para o nosso desenvolvimento económico do plano espanhol. Isto porque, sublinhou, o regime hidrológico, a quantidade e a qualidade da água afectam directamente e de forma diferenciada todo o País.

Do que se trata, em síntese, como referiu Joaquim Matias, é de assegurar que haja uma «repartição justa e justificada dos recursos hídricos» e de impedir que o nosso desenvolvimento seja «abusivamente prejudicado».

Construção de aterros sanitários As populações têm de ser ouvidas

O Grupo Parlamentar do PCP defende que a construção de aterros sanitários seja sempre precedida de um estudo de impacte ambiental e da respectiva consulta às populações. Com este medida, preconizada em projecto de resolução entregue na semana transacta na mesa do Parlamento, pretende-se corrigir o actual défice no plano da informação e participação populares originado por uma lacuna da legislação em vigor.

O texto subscrito pelos deputados comunistas - cuja apresentação coincidiu com um debate parlamentar sobre a matéria suscitado por uma petição assinada por mais de cinco mil cidadãos - recomenda ao Governo a adopção a curto prazo de medidas no plano normativo que exijam «em qualquer circunstância» uma avaliação do impacte ambiental, com a inerente participação das populações», sempre que se trate de propostas de localização para a construção e instalação de aterros sanitários.

O facto de essa consulta não se ter verificado até ao momento deve-se a uma manifesta falha do Executivo que não a previu na legislação por si produzida, daí resultando um défice na informação e participação das populações em assuntos que lhes dizem directamente respeito.

O que tem provocado, como é do conhecimento público, em várias ocasiões, múltiplos protestos por parte das populações. Foi, aliás, o eco de um desses protestos que motivou o debate na passada semana.

Como lembrou o deputado comunista Joaquim Matias, a legislação vigente quanto às empresas multimunicipais responsáveis pela construção e exploração de aterros sanitários não faz qualquer referência à necessidade de estudo de impacte ambiental nos locais previstos para a sua instalação. O regime jurídico dessas concessões apenas exige a aprovação prévia do Ministério do Ambiente para a construção e prevê a constituição de comissões de acompanhamento para a fiscalização do funcionamento.

Ora foi a inexistência desse estudo e da indispensável audição popular que gerou no caso dos quatro aterros previstos para São Pedro da Torre, Vila Fria, Sermonde e Taveiro fundadas e legítimas preocupações por parte dos seus habitantes. É isso que afirmam no texto da petição, considerando-se afectados pela localização determinada pelo Governo que, garantem, não teve em conta a salvaguarda da saúde e do bem-estar das populações.

Solidarizando-se com as populações - «têm direito a uma informação cabal sobre os processos de decisão que poderão ter influência na sua qualidade de vida», afirmou -, Joaquim Matias acusou ainda o Executivo de ter optado por manter um comprometido silêncio sobre o assunto, não informando nem os peticionantes nem o Parlamento da sua posição sobre o assunto desde que em Junho passado recebeu o relatório aprovado pela Comissão Parlamentar de Poder Local, Administração e Ambiente.

“A globalização lança numa competição injusta agriculturas ultramodernas com camponeses que cultivam os campos à força de braços”



● Carlos Nabais
texto

A Via Campesina saiu desta Conferência mais unida e reforçada para enfrentar o poder das multinacionais?

A 3.ª Conferência mostrou uma forte convergência na análise e condenação das consequências do neoliberalismo e da globalização, mas revelou igualmente posições discordantes quanto ao caminho a seguir. As organizações do bloco Europa/América recusaram o que chamaram de confrontação, enquanto a Ásia, América do Sul e Brasil manifestam-se claramente a favor de formas de luta mais radicais. Nomeadamente, o presidente do KRRS (a estrutura de agricultores indianos que organizou a 3.ª Conferência), Naudjuma Suyamy, lembrou que há 25 anos que dialogam com o poder institucional e que o sofrimento das populações é cada vez maior. Por isso, para eles, não existe outro caminho que não seja o da confrontação directa e da luta porque o diálogo conduziu a um beco sem saída. **A que se deve essa diferença de pontos de vista?**

Hoje todos os pequenos e médios agricultores são vítimas do sistema, mas é evidente que as consequências não têm a mesma gravidade para todos. Os agricultores dos países mais desenvolvidos estão num outro nível daí que não concordem com formas de luta mais radicais que os camponeses dos países pobres se vêm obrigados a adoptar para sobreviverem.

A possibilidade de diálogo foi afastada?

Em relação à Organização Mundial do Comércio, concluiu-se que não é possível qualquer tipo de diálogo, mas essa possibilidade ficou aberta no que respeita ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que têm um papel muito activo na construção da nova ordem agrícola mundial, cujo objectivo é eliminar agricultores.

Entrevista com João Vieira

«O livre comércio é uma máquina de fazer pobres»

João Vieira é membro da direcção da CNA e do Executivo da Coordenadora Agrícola Europeia, estrutura aderente à Via Campesina. Delegado à 3.ª Conferência desta organização internacional, falou ao «Avante!» da luta que pequenos e médios agricultores desenvolvem em todo o mundo para resistirem à ofensiva neoliberal.

Mesmo sabendo que não será possível chegar a qualquer tipo de acordo, pensamos que devemos denunciar junto destas instituições os graves danos causados a numerosas populações e exigir a alteração das suas políticas concertadas com os governos de vários países, que representam uma verdadeira máquina de fabricar a pobreza.

A posse da terra é o fulcro desta «guerra»?

Exactamente. Grande parte das lutas que se verificam hoje no mundo tem como único motivo a ocupação de territórios, a posse da terra e da água. Controlando a produção e o comércio, as multinacionais visam dominar a arma alimentar.

Mesmo na Europa, onde predomina historicamente a pequena e média propriedade, as políticas agrícolas comunitárias têm tido como objectivo fazer desaparecer três agricultores em cada quatro. A concentração da terra é necessária ao modelo de produção adaptado à agro-indústria e à grande distribuição. O objectivo aqui é produzir matérias-primas em grandes quantidades e a muito baixo preço destinadas aos mercados mundiais. Por exemplo, a Índia é o primeiro produtor de leite a nível mundial. No entanto, o seu mercado está a ser invadido por leite da União Europeia, provocando uma grave crise entre os produtores nacionais. Para controlarem os mercados agro-alimentares, as multinacionais americanas e europeias não hesitam em vender os produtos a muito baixo preço, perdendo mesmo milhões de contos numa primeira fase...

Os estados não podem impedir esse dumping de preços?

A OMC foi criada para dar cobertura a este tipo de comportamentos. As suas leis imperam no comércio internacional sobre as leis dos próprios estados. Não podemos esquecer que a OMC impôs a

todos os países a abertura de uma quota de cinco por cento dos seus mercados aos produtos estrangeiros, mesmo que a sua importação não seja necessária.

Mas as decisões da OMC dependem do acordo entre os estados?

Não tenhamos ilusões: quem manda na OMC são as grandes potências e as multinacionais...

E se não houver acordo nas negociações, como aconteceu em Seattle?

É evidente que as negociações podem ser momentaneamente entravadas e foi o que aconteceu em Seattle. Os pequenos países com a ajuda dos manifestantes conseguiram num primeiro tempo impedir que a OMC prosseguisse com os seus objectivos. Mas esta batalha está longe de estar ganha... Para isso são precisos ainda muitos *seattles*.

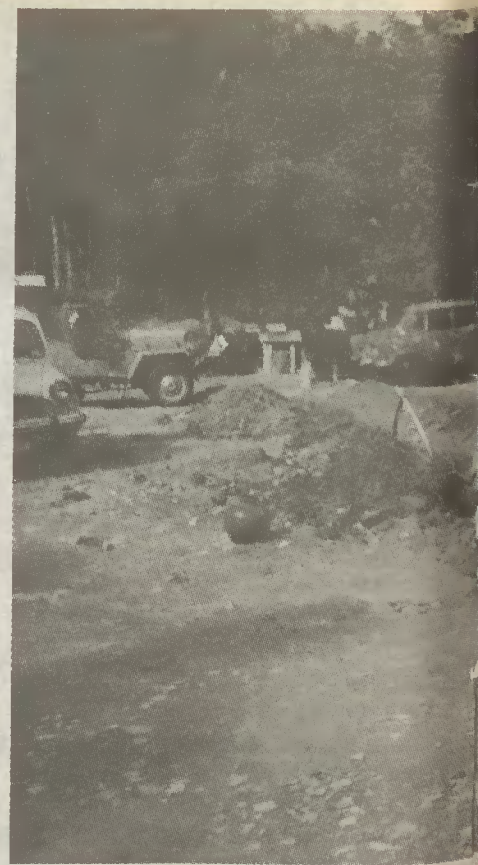
A especificidade económica social e cultural de países como a Índia constitui um sério obstáculo à entrada das multinacionais ocidentais e do seus modelos de vida?

De facto, a Índia tem uma cultura e tradições muito enraizadas que a tornam num terreno difícil para a globalização. Os hábitos e modas ocidentais não são bem aceites e mesmo marcas como a coca-cola têm grandes dificuldades em se implantar no mercado indiano.

A agricultura é dominada pela pequena propriedade?

Sim, embora existam alguns latifúndios, até ao momento a lei indiana limitava as propriedades a um máximo de 10 hectares de regadio e 20 de sequeiro, sendo que a média é de cinco hectares. Infelizmente, já deu entrada no parlamento uma proposta para abolir esta lei, o que irá abrir caminho à concentração de terras e ao domínio das multinacionais.

Mas terão de vencer o movimento campesino indiano que é um dos



mais fortes e mais radicais de todo o mundo.

Sim e não será fácil porque aqui trata-se de uma questão de sobrevivência. Por exemplo, a organização de agricultores do Estado de Karnataka, o KRRS, distinguiu-se em acções de destruição de campos de arroz geneticamente modificado implantados na Índia pela multinacional Monsanto. Pode parecer uma atitude radical, mas aquelas sementes manipuladas geneticamente ameaçam o futuro dos camponeses que dependem quase exclusivamente das culturas de arroz.

Porquê?

Porque são sementes estéreis (chamadas terminator) que só produzem uma colheita e não podem ser de novo germinadas.

Mas os transgénicos permitem maior produtividade e são resistentes aos produtos químicos.

Esse é outro engano. A única vantagem dos OGMs é resistirem a certos herbicidas químicos que também são vendidos pela mesma multinacional. Só que estamos a falar da Índia onde as pessoas não têm dinheiro para comprar sementes mas podem arrancar manualmente as ervas daninhas e obter a mesma produtividade através de processos tradicionais. Se a Monsanto impuser as suas sementes, muitos milhões de indianos morrerão de fome por não poderem renovar as suas sementeiras, nem adquirir os herbicidas especiais necessários.

Os OGMs só têm interesse no modelo agrícola norte-americano e de parte da Europa. Nos EUA os agricultores estão

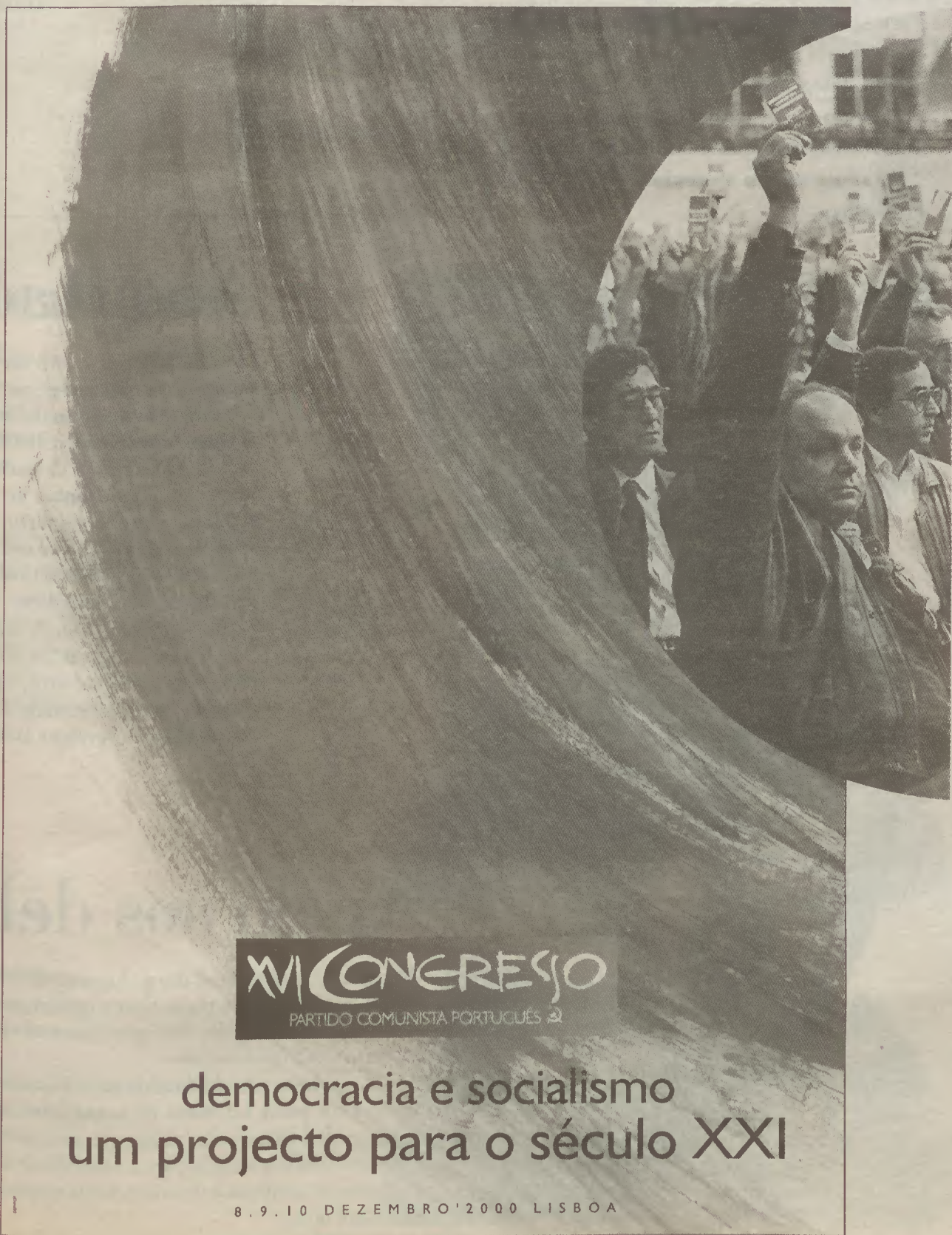
XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 

Comité Central apresenta proposta do novo CC a submeter ao XVI Congresso

Na sua última reunião, realizada no dia 1 de Dezembro, o Comité Central do PCP, cumprindo o disposto na alínea e) do artigo 28.º dos Estatutos do Partido, apresentou a proposta para o novo Comité Central que será colocada à apreciação dos delegados ao XVI Congresso. É essa lista que

hoje publicamos, destacando os nomes - em itálico - dos camaradas que não fazem hoje parte do CC e que são agora propostos. A composição do novo Comité Central, a eleger pelo Congresso, bem como as biografias mais detalhadas dos camaradas que serão eleitos, será publicada no *Avante!* no número seguinte ao Congresso.



XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 

democracia e socialismo
um projecto para o século XXI

8.9.10 DEZEMBRO '2000 LISBOA

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Economista. 62 anos.
Adelino Pereira da Silva
Operário metalúrgico. 61 anos.
Adília Maria Prates Candeias Grilo
Operária têxtil. 44 anos.
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
Engenheiro. 56 anos.
Albano Freire Nunes
Intelectual. 59 anos.
Alexandre Cortes Rodrigues
Empregado de Hotelaria. 48 anos.
Alexandre Teixeira
Operário. 48 anos.
Álvaro Cunhal
Licenciado em Direito. 87 anos.
Amável José Alves
Maquinista. 52 anos.
Américo Augusto de Oliveira Costa
Empregado. 57 anos.
Ana Benedita Ramos Caro
Operária agrícola. 53 anos.
Ana Maria Marques Balão
Socióloga. 26 anos.
Ana Paula Henriques
Empregada. 44 anos.
Anabela Pereira da Mota
Operária têxtil. 27 anos.
António Baptista Cordeiro
Operário. 49 anos.
António Fernando Ribeiro Mendes
Operário. 44 anos.
António Filipe Rodrigues
Jurista. 37 anos.
António Joaquim de Azevedo Ferreira Lopes
Empregado. 53 anos.
António Joaquim Gervásio
Operário agrícola. 73 anos.
António José Rodrigues Vitória
Empregado de Escritório. 44 anos.
António Licínio de Carvalho
Operário canalizador. 49 anos.
António Luís Pimenta Dias
Empregado. 44 anos.
António Manuel dos Santos Salavessa
Empregado de Escritório. 49 anos.
António Moreira da Costa Albuquerque
Operário Mecânico Auto. 45 anos.
António Oliveira Alves
Bancário. 52 anos.

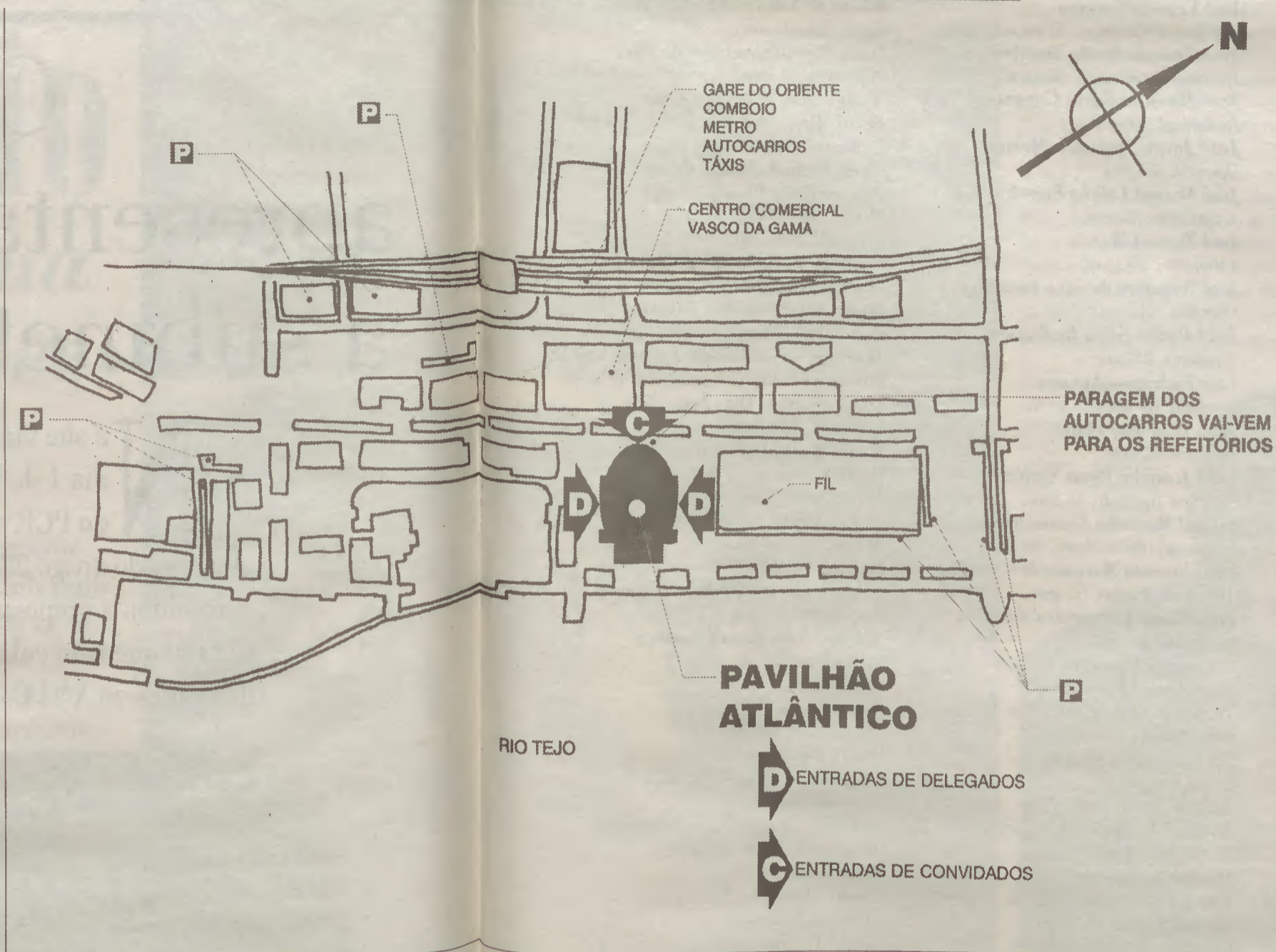
Continua na pág. 18

Sexta, sábado e domingo

Começa amanhã, e prolonga-se pelo fim-de-semana, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, o XVI Congresso do PCP, no qual mais contribuições poderão ser feitas para melhorar a proposta que dará corpo às análises e orientações dos comunistas portugueses – a Resolução Política. Iniciado há dez meses, o rico e intenso debate levado a cabo em centenas de reuniões e plenários por toda a organização do Partido, com a participação de muitos milhares de militantes, tem no Projecto de Resolução Política o seu resultado prático. Este documento, além de analisar a evolução do capitalismo e da luta e resistência dos trabalhadores e dos povos, caracteriza a situação vivida em Portugal, depois de quatro anos de Governo PS e da ofensiva deste, ao lado dos grandes grupos económicos, contra os direitos dos trabalhadores. Traça ainda um panorama da luta dos trabalhadores e de outras camadas da população contra esta ofensiva, bem como analisa a actual situação do PCP e traça linhas de trabalho para os próximos anos. No órgão máximo do PCP, e no âmbito das suas competências, será ainda eleito o futuro Comité Central, cuja proposta, apresentada pelo CC cessante, será objecto de apreciação e votação por parte dos delegados. Para ajudar ao normal decurso dos trabalhos, o «Avante!» publica uma série de informações úteis a delegados e convidados ao XVI Congresso do PCP, que iniciará às 11 horas de sexta-feira, pelo que é fundamental que os delegados estejam no recinto pelo menos uma hora antes.

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Como chegar ao Congresso

A Estação do Oriente é o centro de toda a rede de transportes que serve o Parque das Nações/Pavilhão Atlântico, articulando o metro, o comboio, autocarros e táxis.

Para quem vem de automóvel, o Parque das Nações/Pavilhão Atlântico tem acesso fácil e devidamente sinalizado (seguir sempre a indicação «Expo 98») a partir da A1, Ponte Vasco da Gama, CRIL, Eixo Norte-Sul e EN-10 e parques de estacionamento para cerca de 2000 viaturas.

Horário do Congresso

O horário proposto aos delegados ao XVI Congresso do PCP será o seguinte:

Sexta-feira, 8:
Primeira sessão
Abertura do Congresso – 11h00
Intervalo para almoço – 13h00

Segunda sessão
Início – 15h00
Intervalo – 17h00
Recomeço – 17h45
Fim da sessão – 19h30

Sábado, 9:
Tercera sessão
Início – 09h30
Intervalo – 11h00
Recomeço – 11h45
Fim da sessão – 13h00

Quarta sessão
Início – 15h00
Fim da sessão – 17h30

Quinta sessão (reservada a delegados)
Início – 18h15
Fim da sessão – 20h15

Domingo, 10:
Sexta sessão
Início – 09h30
Intervalo – 11h00
Recomeço – 11h45
Encerramento do Congresso – 13h00



Apoio aos delegados

Refeições

Os serviços de apoio ao Congresso colocarão ao dispor dos delegados **senhas de refeição, a 1000\$ cada**, para o almoço de sexta-feira e almoço e jantar de sábado, refeições que serão servidas nos refeitórios dos CTT (Av. Marechal Gomes da Costa) e da Câmara Municipal de Lisboa (Av. Infante D. Henrique). Para lá chegar, haverá um serviço de vaivém com autocarros, a partir da porta principal (entrada de convidados) do Pavilhão Atlântico.

Bares

Durante o período de funcionamento do Congresso, os participantes terão acesso aos 4 bares que funcionarão no hall do Pavilhão.

Alojamentos e bagageiras

Ainda no âmbito do apoio prestado aos participantes no Congresso, funcionarão no interior do Pavilhão, devidamente sinalizados e identificados, um **serviço de apoio para alojamentos e bagageiras**.

Apelo aos delegados

O registo de presença dos delegados será efectuado por sistema de leitura óptica, que garante um maior rigor e rapidez no apuramento da presença e da identidade dos delegados. Este processo será efectuado na primeira sessão do Congresso. Assim, **apela-se aos delegados para estarem presentes no recinto do Congresso pelas 10 horas de sexta-feira para que não ocorra nos horários previstos de forma a evitar atrasos desnecessários**. Chama-se ainda a atenção para a necessidade de protecção do cartão, de forma a que não se verifique a deterioração da etiqueta onde está configurado o código de leitura óptica.



Bancas

Compra antecipada do livro do XVI Congresso

No Pavilhão, junto à porta de entrada dos convidados, funcionarão 2 bancas do Congresso e uma das Edições «Avante!».

Os documentos do órgão supremo do Partido – o Congresso – são de leitura e estudo indispensáveis para todos os militantes, pois neles se estabelece a linha política, a orientação e organização do PCP.

Como tem acontecido com anteriores congressos, também os materiais relativos aos trabalhos deste nosso XVI Congresso serão publicados em livro. Com vista a facilitar a sua aquisição pelos militantes, decidiu o PCP estabelecer um preço especial para quem fizer a sua aquisição antecipada que é de 1.600\$00 (o preço de venda posterior à saída do livro nos centros de trabalho do PCP será de 2.200\$00).

A compra antecipada permite ainda aos seus subscritores receberem o livro em suas casas e sem pagamento de quaisquer portes de correio. Para o efeito, basta entregarem a Ficha de Aquisição Antecipada e fazerem de imediato o pagamento acima indicado na Banca da Editorial «Avante!» no Congresso ou enviarem-na, juntamente com o respectivo cheque ou vale do correio, para esta Editora até 31 de Dezembro de 2000.

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Comité Central apresenta proposta do novo CC

- António Ramos Cardoso**
Operário Têxtil. 50 anos.
- António Rodrigues**
Empregado. 47 anos.
- António Simões de Abreu**
Engenheiro. 53 anos.
- Armando C. Morais de Oliveira**
Operário Metalúrgico. 55 anos.
- Armando Rodrigues**
Operário da Construção Civil. 45 anos.
- Armando da Silva Carvalho**
Agricultor. 47 anos.
- Arménio Horácio Carlos**
Operário. 45 anos.
- Armindo dos Santos Miranda**
Empregado. 47 anos.
- Aurélio Monteiro dos Santos**
Intelectual. 70 anos.
- Bernardina Lúcia Sebastião**
Operária. 47 anos.
- Bernardino José Torrão Soares**
Licenciado em Direito. 28 anos.
- Carla Alexandra Vasconcelos**
Balsemão Barbosa
Educadora de Infância. 30 anos
- Carlos Alberto Cardoso Mendes Grilo**
Empregado. 55 anos.
- Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas**
Economista. 58 anos.
- Carlos Alberto Vaz Chaparro**
Empregado. 46 anos.
- Carlos Alberto Mendonça Rabaçal**
Professor de Educação Física. 47 anos.
- Carlos Campos Rodrigues Costa**
Intelectual. 72 anos.
- Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho**
Empregado de Escritório. 49 anos.
- Carlos H.S. de Aboim Inglez**
Intelectual. 70 anos.
- Carlos Luís Figueira**
Empregado. 54 anos.
- Carlos Manuel Coelho Gonçalves Santana**
Empregado. 49 anos.
- Carolina Jesus Oliveira Neves Medeiros**
Operária. 34 anos.
- Célia Maria Portela Silva**
Empregada. 26 anos.
- Clarinda de Pinho Nogueira**
Assistente social. 47 anos.
- Daniel dos Reis Branco**
Engenheiro Técnico. 55 anos.
- Deolinda Leal Santos**
Empregada. 47 anos.
- Diamantino José Dias**
Operário Metalúrgico. 50 anos.
- Domingos Abrantes Ferreira**
Operário. 64 anos.
- Domingos Martins Morim Lopes**
Licenciado em Direito. 51 anos.
- Edgar Freitas Gomes Silva**
Licenciado em Teologia. 38 anos.
- Eduardo Manuel Santos Lázaro**
Electricista. 40 anos.
- Eduardo Travassos Pereira**
Motorista. 55 anos.
- Emídio José de Vasconcelos Pinto Ribeiro**
Intelectual. 52 anos.
- Euclides Fernandes Pereira**
Empregado. 59 anos.
- Eugénio Baeta Ribeiro Pisco**
Operário Metalúrgico. 49 anos.
- Eulália Rosa Caeiro Miranda**
Operária. 45 anos.
- Fernando Carmosino**
Empregado de Escritório. 45 anos.
- Fernando Filipe Esteves Vicente**
Engenheiro. 59 anos.
- Filipe Leandro Martins**
Jornalista e escritor. 55 anos.
- Francisco Lourenço Pereira**
Operário. 43 anos.
- Francisco José de Almeida Lopes**
Operário. 45 anos.
- Francisco José Névoa de Melo**
Director Literário. 56 anos.
- Francisco Manuel Mateus Guerreiro**
Serralheiro Mecânico. 47 anos.
- Hélio Samorinha**
Intelectual. 42 anos.
- Jaime de Sousa Félix**
Operário. 60 anos.
- Jerónimo Carvalho de Sousa**
Operário metalúrgico. 53 anos.
- Joaquim Carlos Coelho Tavares**
Mecânico de frio. 38 anos.
- Joaquim Daniel Pereira Rodrigues**
Operário químico. 28 anos.
- João Alberto Garcia de Abreu**
Operário da Construção Civil. 44 anos.
- João António Torrinhos Paulo**
Operário Metalúrgico. 51 anos.
- João Armando Castelo dos Santos**
Empregado. 45 anos.
- João Carlos Dias Coelho**
Empregado. 45 anos.
- João Fernando Dias Serra**
Operário Agrícola. 47 anos.
- João Frazão**
Intelectual. 28 anos.
- João Pauzinho**
Estudante. 26 anos.
- João Silva**
Operário. 50 anos.
- João Torres**
Empregado. 46 anos.
- Joaquim Almeida da Silva**
Operário metalúrgico. 51 anos.
- Joaquim Jorge Ferreira**
Operário. 45 anos.
- Joaquim Manuel Almeida**
Operário. 55 anos.
- Jorge Amador**
Operário. 35 anos.
- Jorge Cordeiro**
Empregado. 47 anos.
- Jorge Filipe de Gouveia Monteiro**
Licenciado em Direito. 44 anos.
- Jorge Guilherme Esteves Pires**
Operário Metalúrgico. 47 anos.
- Jorge Humberto dos Santos**
Operário. 39 anos.
- Jorge Martins**
Estudante. 24 anos.
- Jorge Sarabando Moreira**
Intelectual. 52 anos.
- José Afonso Teles de Figueiredo**
Operário Metalúrgico. 43 anos.
- José Ângelo Mateus Alves**
Intelectual. 29 anos.
- José António Alves Rosado**
Operário químico. 31 anos
- José António Brinquete**
Operário. 46 anos.
- José António Caetano**
Caldeireiro. 46 anos.
- José Augusto Esteves**
Empregado. 53 anos.
- José Baptista Mestre Sociro**
Operário Agrícola. 52 anos.
- José Bento Paleta Fernandes**
Operário. 52 anos.
- José Capucho**
Empregado. 42 anos.
- José Carlos Gonçalves da Silva**
Operário. 39 anos.
- José Catalino**
Operário. 46 anos.
- José Eduardo Bicudo Decq Mota**
Professor. 51 anos.
- José Eduardo Roque Filipe**
Operário metalúrgico. 48 anos.
- José Ernesto Cartaxo**
Serralheiro Mecânico. 57 anos.
- José Gonçalo Simão Timóteo**
Operário metalúrgico. 48 anos.
- José Honório Faria Gonçalves Novo**
Intelectual. 50 anos.
- José Jorge Sequeira Martins**
Operário. 48 anos.
- José Manuel Calado Ferreira Neto**
Empregado. 53 anos.
- José Manuel Morais**
Estudante. 35 anos.
- José Nogueira da Silva Casanova**
Operário. 61 anos.
- José Pedro Silva Rodrigues**
Estudante. 23 anos.
- José Rodrigues Antunes**
Operário. 45 anos.
- Júlio Delaunay Filipe**
Operário. 52 anos.
- Júlio Joaquim Bessa Vintém**
Operário Tipógrafo. 46 anos.
- Leonel Martinho Gomes Nunes**
Empregado de hotelaria. 51 anos.
- Lino António Marques de Carvalho**
Técnico de Contas. 54 anos.
- Luís Filipe Fernandes da Silva Caixeiro**
Empregado do comércio. 22 anos.
- Luís Manuel Fernandes**
Técnico de Telecomunicações. 48 anos.
- Luís Pereira Garra**
Operário têxtil. 39 anos.
- Luísa Araújo**
Empregada. 53 anos.
- Manuel Conceição Mendes**
Operário Gráfico. 48 anos.
- Manuel Francisco Colaço Camacho**
Engenheiro Técnico. 45 anos.
- Manuel Garcia Correia**
Operário Electricista. 48 anos.
- Manuel Gouveia Baptista Alves**
Intelectual. 29 anos.
- Manuel Gusmão**
Professor Universitário. 54 anos.
- Manuel Lopes Valente Rosa**
Serralheiro Civil. 43 anos.
- Manuel Maria Libério Coelho**
Estudante Universitário. 32 anos.
- Manuel Paulo Ramos Neto**
Motorista. 42 anos.
- Manuel Rodrigues**
Professor. 47 anos.
- Manuel Silva Ribeiro Almeida**
Operário Metalúrgico. 55 anos.
- Manuela Pinto Ângelo**
Intelectual. 47 anos.
- Marco António Baeta Jóia**
Licenciado em Gestão de Recursos Humanos. 28 anos.
- Margarida Botelho**
Licenciada em Ciências da Comunicação. 24 anos.
- Maria Adelaide Pereira Alves**
Empregada de escritório. 45 anos.
- Maria do Carmo Tavares Ramos**
Analista Química. 52 anos.
- Maria Celeste Antunes Sociro**
Operária. 48 anos.
- Maria da Conceição Morais Matias**
Empregada. 51 anos.
- Maria Etelvina Rosa Lopes Ribeiro**
Operária Vidreira. 45 anos.
- Maria de Fátima Marques Messias**
Empregada. 38 anos.
- Maria Fernanda Santos Cardoso Mateus**
Operária Têxtil. 41 anos.
- Maria Hda Figueiredo**
Economista. 52 anos.
- Maria Leonor Horta Barão**
Empregada. 45 anos.
- Maria Leonor Maia Xavier**
Operária agrícola. 60 anos.
- Maria de Lurdes Azeredo Rocha**
Empregada. 45 anos.
- Maria Manuela Antunes da Silva**
Professora. 52 anos.
- Maria Manuela Mendes Cruz Bernardino**
Intelectual. 54 anos.
- Maria Manuela Nunes Prates**
Operária têxtil. 49 anos.
- Maria Odete dos Santos**
Advogada. 59 anos.
- Maria da Piedade Morgadinho**
Intelectual. 67 anos.
- Maria Rosa Monteiro Rabiais**
Empregada. 48 anos.
- Maria Teresa de Azevedo Ferreira Lopes**
Professora do Ensino Secundário. 49 anos.
- Mário Augusto Dias Sousa**
Professor. 52 anos.
- Mário Machado da Costa**
Operário. 49 anos.
- Mário Wren Abrantes da Silva**
Engenheiro Silvicultor. 50 anos.
- Martinho José Baptista**
Operário. 44 anos.
- Miguel Alexandre Madeira**
Empregado. 22 anos.
- Miguel Domingos Condeça Ramalho**
Empregado. 39 anos.
- Nuno Costa**
Operário. 30 anos.
- Nuno Ferreira Rilo**
Professor Universitário. 45 anos.
- Octávio Augusto**
Operário. 39 anos.
- Octávio Augusto Teixeira**
Economista. 56 anos.
- Paulo Alexandre Raimundo**
Operário. 24 anos.
- Paulo Valério Loya**
Operário. 36 anos.
- Pedro Guerreiro**
Psicólogo. 34 anos.
- Raimundo do Céu Cabral**
Operário Agrícola. 53 anos.
- Ricardo Oliveira**
Estudante. 29 anos.
- Rosa Saúde Coelho**
Operária. 47 anos.
- Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva**
Jornalista. 56 anos.
- Rui Fernandes**
Empregado. 40 anos.
- Rui Manuel Neto Paixão**
Operário. 51 anos.
- Rui Pedro de Araújo e Sá**
Engenheiro. 36 anos.
- Saúl Feteira Fragata**
Operário. 54 anos.
- Serafim Brás da Silva**
Operário Agrícola. 46 anos.
- Sérgio Manuel de Sousa Teixeira**
Operário Gráfico. 50 anos.
- Sérgio Ribeiro**
Professor Universitário. 64 anos.
- Valdemar Santos**
Intelectual. 53 anos.
- Vanessa Silva**
Estudante. 22 anos.
- Vasco Cardoso**
Estudante. 23 anos.
- Vicente José Rosado Merendas**
Operário. 52 anos.
- Virgílio Manuel França Azevedo**
Operário Metalúrgico. 45 anos.
- Vitor Luís Cabral de Castro**
Operário. 59 anos.
- Vitor Manuel Caetano Dias**
Intelectual. 55 anos.
- Vitor Manuel Domingues Barata**
Caldeireiro. 40 anos.

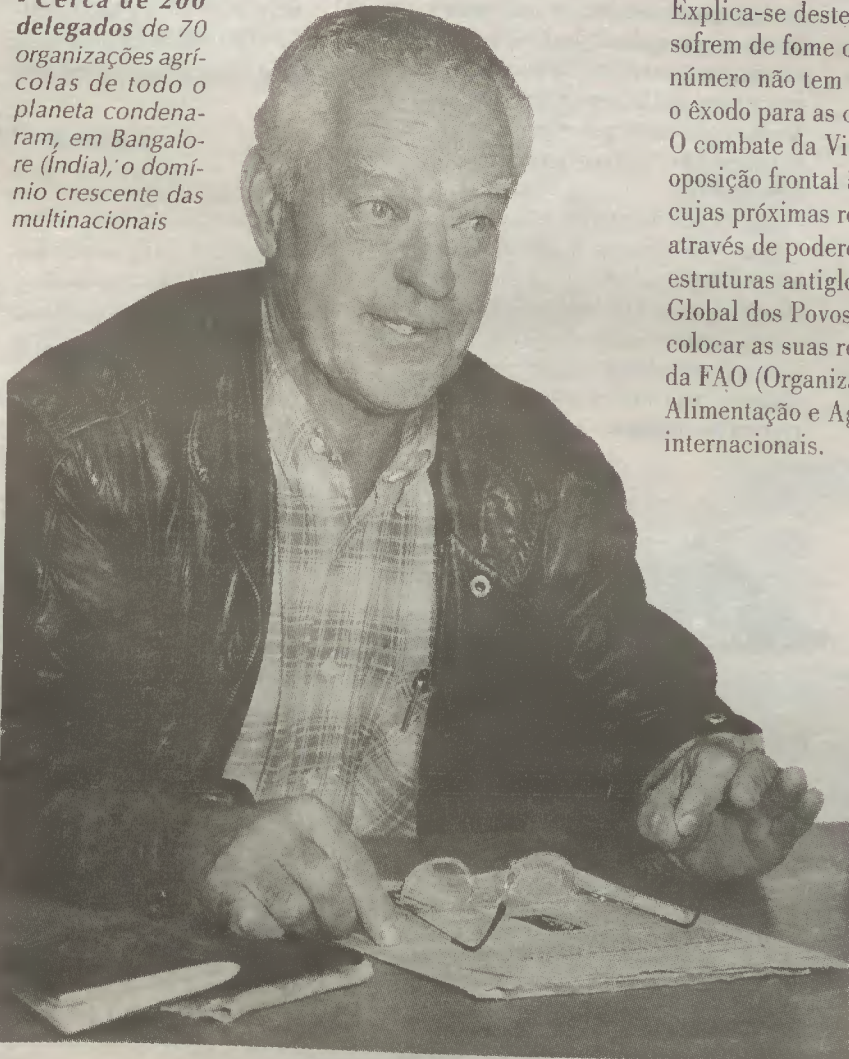
Via Campesina contra a fome

A Via Campesina foi criada há oito anos em Manágua (Nicarágua), integrando hoje cerca de 70 organizações agrícolas de todos os continentes que lutam contra as graves consequências do livre comércio. Ao lado de outros movimentos anti-OMC (Organização Mundial do Comércio), a Via Campesina assumiu um papel destacado nas manifestações de Seattle, ocorridas um ano atrás, que levaram ao fracasso da cimeira realizada naquela cidade norte-americana.

A sua 3.ª Conferência realizou-se entre os dias 3 e 7 de Outubro, em Janapada Loka, perto da cidade de Bangalore, no estado indiano de Kartataka. Aí teve ainda lugar a 1.ª Conferência Internacional das Mulheres da Via Campesiana.

Nestes eventos, que incluíram uma grande manifestação no dia 2 de Outubro, em Bangalore, na qual participaram os delegados estrangeiros e cerca de 50 mil agricultores

- Cerca de 200 delegados de 70 organizações agrícolas de todo o planeta condenaram, em Bangalore (Índia), o domínio crescente das multinacionais



“O narcotráfico é o pretexto para a expulsão de milhões de agricultores na Colômbia”

em vias de extinção (diz-se mesmo que há mais gente nas prisões que pessoas na agricultura). De facto, o que ali existe já não são bem explorações agrícolas, mas empresas produtoras de alimentos que utilizam a terra apenas como um instrumento, sem qualquer relação de afectividade, nem preocupações de carácter ambiental. **O domínio das multinacionais coloca-se outros países do mundo?** Claro. Temos falado na Índia porque é um exemplo que impressiona pela sua dimensão. É um país que tem actualmente 600 milhões de agricultores.

É também um país de grandes assimetrias...

É ao mesmo tempo um país feudal e ultramoderno em certos sectores industriais. Em Bangalore vi uma faixa atravessando toda uma avenida que dizia em inglês: «Bem-vindo Bill. Tu está a criar o homem novo na Índia». Bangalore é considerada a Silicon Valley da Índia e foi aqui que Bill Gates, o patrão da Microsoft, fez grandes investimentos em fábricas de material informático para aproveitar a mão-de-obra extremamente barata. A decadência do mundo agrícola aumenta as reservas de mão-de-obra nas cidades o que contribui para desvalorizar os salários.

Mas a transferência de população da agricultura para a indústria é uma consequência inevitável de qualquer processo de desenvolvimento económico.

Sim, mas tem de ser um processo gradual. Não podemos esquecer que em

geral nos países do terceiro mundo, cerca de 80 por cento a 90 por cento da população são agricultores. Se de repente tiverem de competir com um modelo agro-industrial intensivo de produção (que na Europa levou muitos anos a ser criado), isso vai provocar uma onda de desordem social com repercussões nunca vistas.

São milhões de pessoas que, sem trabalho nos campos, seriam obrigadas a procurar nas cidades o seu sustento. Só que aqui nunca poderiam ser absorvidos nem pelos serviços, nem pela indústria. A situação só poderia ser pior para eles. **Essa ameaça paira igualmente sobre outros países da região?**

Sim. O caso do Sri Lanka por exemplo, um dos muitos que foram denunciados na 3.ª Conferência da Via Campesina. Aqui, o governo e Banco Mundial obrigaram um milhão de agricultores a sair das suas terras. Nos confrontos foram mortos 60 mil pessoas. Note-se que nestes países muitos milhões de agricultores não têm títulos de propriedade sobre a terra, embora vivam nela e a trabalhem há várias gerações. Estão assim numa posição muito frágil que é aproveitada pelas multinacionais para açambarcarem a terra e a água, com o apoio dos governos e recurso à violência.

A Colômbia é mais um desses casos... **Mas aí trata-se de narcotráfico...**

Essa é a capa sobre a qual tudo se desenrola, mas o verdadeiro objectivo é liquidar fisicamente os agricultores ou expulsá-los das suas terras. Os delegados colombianos denunciaram a presença no país de 300 conselheiros norte-americanos para treinar as tropas. Pensa-se que daqui por um ano estarão criadas todas as condições para rebentar uma verdadeira guerra pela ocupação das terras. Prevê-se inclusivamente a chegada de tropas norte-americanas para aplicar o «plano».

A droga é portanto apenas um pretexto?

O problema do narcotráfico existe, e o seu combate é bem aceite pelas opiniões públicas. Mas os agricultores não são narcotraficantes e, sob a acusação de serem produtores de cocaína, tornaram-se nos principais alvos a abater. Ora há séculos que as populações indígenas cultivam a folha de coca sobretudo para fins medicinais. A sua transformação química é um processo que pouco ou nada tem a ver com quem a cultiva. Eles produzem a folha, não produzem a droga.

Mas a sua expulsão já está em curso?

Sim neste momento, segundo números divulgados na Conferência, já existem 30 mil deslocados e 500 mortos. A Colômbia é um país riquíssimo em petróleo, ouro, água e boas terras

indianos, estiveram os membros da CNA, João Vieira e Célia Sousa.

A grande desigualdade entre países desenvolvidos e do terceiro mundo é uma dos aspectos mais gritantes nas trocas agrícolas mundiais. Num universo de 1300 milhões de agricultores, apenas 28 milhões estão mecanizados; 300 milhões utilizam tracção animal; perto de mil milhões trabalham a terra manualmente.

A globalização lança numa competição injusta países de agriculturas ultramodernas com capacidade para invadir o mercado de outros, cujos camponeses ainda cultivam os campos à força de braços. O choque que aqui se produz (a nível de preços e de quantidades disponíveis) provoca a ruína imediata dos mais atrasados que, impossibilitados de produzir, mesmo para a sua subsistência, são colocados perante o espectro da fome e da miséria.

Explica-se deste modo que três quartos das pessoas que sofrem de fome crónica são pequenos camponeses e o seu número não tem diminuído já que a natalidade compensa o êxodo para as cidades.

O combate da Via Campesina passa por uma oposição frontal à Organização Mundial do Comércio, cujas próximas rondas negociais se propõe boicotar através de poderosas acções de rua, ao lado de outras estruturas antiglobalização, nomeadamente da Acção Global dos Povos. Mas a 3.ª Conferência decidiu ainda colocar as suas reivindicações junto do Banco Mundial, da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e de outras instituições internacionais.

• Fátima Garcia

Modernizar à custa dos trabalhadores!

O futuro da protecção social é um dos temas em discussão há anos na UE uma vez que o artigo 2.º do Tratado consagra «um elevado nível de protecção social... e a coesão social». Em 1997, Barbara Weiler (PSE alemã) dizia (!) que havia três elementos centrais que caracterizavam o «modelo europeu de Estado-providência»: financiamento misto, o que significava que o Estado e a sociedade assumiam a co-responsabilidade pelos riscos sociais a que o indivíduo está exposto; âmbito de aplicação pessoal abrangente dos sistemas de protecção social, expressão da dimensão da solidariedade da sociedade no seu conjunto; inserção da protecção social no direito público o que atestava que a protecção social era um elemento construtivo da sociedade moderna (democracia social).

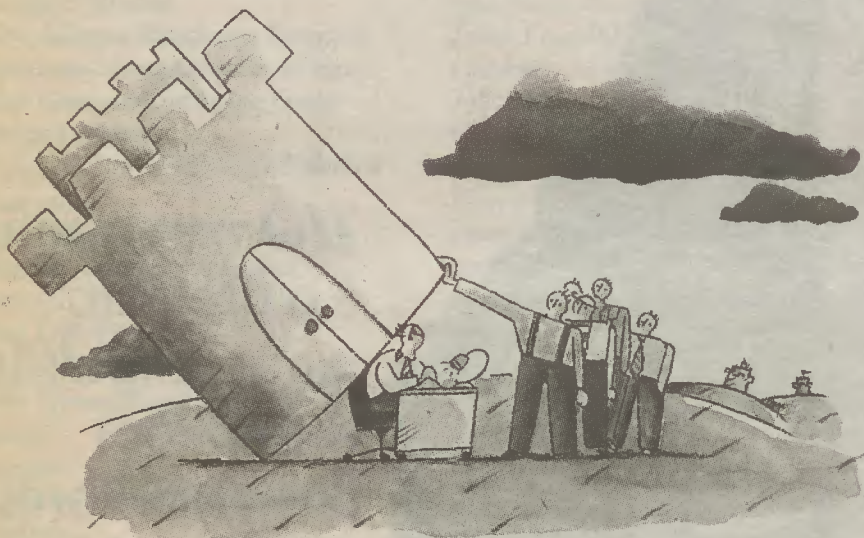
No entanto, afirmava igualmente que existiam causas – envelhecimento da população, dimensão do desemprego, alteração das estruturas familiares – que obrigavam a um debate sobre o futuro da protecção social de modo a redefinir as coordenadas do «modelo social europeu» e identificava já alguns dos objectivos implementados ao nível dos EM: tentativa de diminuição das

terem em conta a qualidade dos empregos criados.

No entanto, estas posições do PE, com as quais estamos de acordo, estão em nítida contradição com o seu apoio a propostas do Conselho e da Comissão que rejeitamos vigorosamente. E, em primeiro lugar está a subordinação do processo de modernização da protecção social ao rigor macroeconómico imposto pelo Pacto de Estabilidade (critérios de convergência da União Económica e Monetária).

E, quando lemos os últimos documentos elaborados pela Comissão Europeia (!), parece-nos que afinal a culpa desta situação é dos trabalhadores, como se o envelhecimento não fosse uma lei da vida e como se a reforma antecipada ou o desemprego resultassem de uma opção e não fossem a consequência das políticas económicas que vêm sendo desenvolvidas quer a nível da UE, quer a nível nacional. Assim constatamos que as medidas apontadas vão continuar a penalizar os trabalhadores:

- adiar a idade da reforma;
- alterar os critérios de elegibilidade para a reforma antecipada com vista a aumentar o número de anos de contribuição requeridos;
- rever os sistemas de subsídio de desemprego de forma a que eles não desincentivem financeiramente a vontade da procura de emprego;



despesas através da limitação das condições de acesso e da redução do volume das prestações; no que se referia às receitas a tendência para reduzir contribuições das entidades patronais e agravar proporcionalmente as contribuições dos trabalhadores; tendência para a privatização renunciando o Estado cada vez mais ao papel de fornecedor directo das prestações para se limitar ao papel de intermediário.

E concluía que, em vez de reduzir as prestações, os responsáveis deveriam encontrar respostas inovadoras e que seria necessário abordar as evoluções negativas que poderiam levar ao desmantelamento do Estado-providência, sob a forma de um agravamento das desigualdades, da exclusão social e da insegurança em toda a sociedade.

Em Fevereiro 2000, Andersson (!) (PSE sueco) chamava a atenção para: a defesa da convergência social europeia; a manutenção dos direitos sociais e a defesa dos direitos adquiridos; a necessidade de os seguros complementares não deverem conduzir a níveis diferentes de protecção social; a manutenção e desenvolvimento de uma protecção social fundada na solidariedade, independente dos interesses comerciais e dos objectivos de rentabilidade financeira; a necessidade de as orientações europeias para as políticas de emprego

– alargar a definição de trabalho adequado para uma pessoa desempregada, para que estes trabalhadores o possam desempenhar com um mínimo de formação, em vez de se procurar as funções que tinham exercido no passado. A recusa em aceitar um trabalho adequado após se ter estado desempregado durante algum tempo ou a indisponibilidade para participar em programas activos, poderá conduzir à perda de prestações;

- conter as despesas do sector da saúde;
- aumentar a participação de mulheres na vida activa.

Recentemente, os deputados do PCP votaram contra dois relatórios sobre a promoção de planos complementares de reforma e de seguros de saúde como forma de fazer face às insuficiências do sistema. Estas soluções entregariam milhões de contos aos sectores da banca e seguros, e levariam à criação de utentes de primeira e de segunda. A situação em Portugal não permitirá o acesso de milhares de trabalhadores a estes esquemas de seguro privado.

Mas, atenção! Quem decide na UE são os governos dos 15 estados-membros, Governo português incluído.

(!) Relatório A4-0016/97 sobre «O futuro da protecção social: Quadro para um debate europeu» – COM(1995)0466.

(?) Relatório A5-0033/00 sobre «uma estratégia concertada de modernização da protecção social» – COM(1999)0347.

(!) A evolução futura da protecção social numa perspectiva de longo prazo: regimes de pensões seguros e sustentáveis – COM(2000)0622 e «A Protecção Social na Europa 1999».

Em Portugal o peso da Segurança Social no PIB continua abaixo da média comunitária

Gastos sociais em queda

Em cada ano que passa, a generalidade dos países da União Europeia destina uma parte menor da sua riqueza para as despesas da segurança social.

Segundo um relatório divulgado na segunda-feira, em Bruxelas, pelo Instituto Europeu de Estatística (Eurostat), em 1996, as despesas sociais representavam 28,6 por cento do Produto Interno bruto (PIB), em 1997, passou para 28,1 por cento, cifrando-se, em 1998, em apenas 27,7 por cento.

Estes dados revelam uma inversão da tendência de subida registada no início da década de 90. De facto, entre 1990 e 1993, a fatia da segurança social passou de 25,4

para 28,9 por cento do PIB, valor que se manteve mais ou menos estável durante os três anos seguintes.

Em valores absolutos, as despesas da segurança social aumentaram 4,3 por cento entre 1990 e 1993; 1,7 por cento, entre 1993 e 1996; e apenas 1 por cento, entre 1996 e 1998.

Apesar desta tendência se verificar na maioria dos estados-membros da UE, a comparação das despesas da segurança social por habitante mostra grandes disparidades

entre eles, variando entre os 16,1 por cento na Irlanda e os 33,3 por cento na Suécia.

Portugal e Grécia foram os únicos países que registaram, em 1998, um aumento de 0,7 por cento nestas despesas.

O relatório assinala ainda grandes diferenças nas formas de financiamento. Por exemplo, enquanto que na Dinamarca e na Irlanda as contribuições públicas constituíram a principal fonte de financiamento, nos restantes países os sistemas são financiados sobretudo pelas quotizações sociais.

Em Portugal, os gastos com a segurança social representam apenas 23,4 por cento do PIB, valor bastante abaixo da média europeia (27,7%).

Gastos da Segurança Social em percentagem do PIB

| | 1990 | 1996 | 1998 |
|-------------|------|------|------|
| Bélgica | 26,4 | 28,8 | 27,5 |
| Dinamarca | 28,7 | 31,4 | 30,0 |
| Alemanha | 25,4 | 30,0 | 29,3 |
| Grécia | 23,2 | 23,1 | 24,5 |
| Espanha | 20,5 | 22,5 | 21,6 |
| França | 27,6 | 31,0 | 30,5 |
| Irlanda | 18,7 | 18,5 | 16,1 |
| Itália | 24,3 | 25,2 | 25,2 |
| Luxemburgo | 22,6 | 25,2 | 24,1 |
| Holanda | 32,4 | 30,1 | 28,5 |
| Áustria | 26,7 | 29,6 | 28,4 |
| Portugal | 15,8 | 22,0 | 23,4 |
| Finlândia | 25,1 | 31,6 | 27,2 |
| Suécia | 33,1 | 34,5 | 33,3 |
| Reino Unido | 22,9 | 28,0 | 26,8 |
| UE | 25,4 | 28,6 | 27,7 |

Relatório do PE incentiva militarismo

O Parlamento Europeu (PE) aprovou na passada semana uma resolução sobre a Política Europeia de Segurança Comum (PESC), o qual, no entender da deputada Ilda Figueiredo, «constitui um apoio ao reforço da militarização da União Europeia».

A deputada do PCP nota que este relatório insere-se «no objectivo de criar, até 2003, uma força de acção rápida constituída por 50 a 60 mil homens, mobilizável em 60 dias e susceptível de estar em campo durante um ano, dotada dos apoios aéreos e marítimos adequados, insistindo no desenvolvimento dos meios e das capacidades militares da União Europeia e no esforço dos Estados-membros para colmatar as lacunas existentes na matéria, tal como acabam de fazer no domínio do transporte aéreo estratégico, dos mísseis de cruzeiro e dos satélites de reconhecimento e navegação».

Igualmente grave, sublinhou na sua declaração de voto, «é a pretensão de que um Estado que não deseje participar numa missão seja obrigado a pagar uma contri-

buição financeira a ser repartida pelos Estados participantes nessa guerra».

Ilda Figueiredo reprova ainda que o documento manifeste «satisfação com o acordo-quadro assinado em Farnborough, entre seis países da UE, considerando que favorecerá a reestruturação das indústrias de defesa na Europa, insistindo numa política espacial que abranja os aspectos civis e militares da utilização do espaço e que

englobe os meios nacionais e multinacionais de que dispõe no domínio militar».

Por último, a deputada, citando o relatório, conclui que em Nice «poderão vir a ser criados os órgãos definitivos da PECS - Comité Militar e Estado Maior Militar – com competências e poderes de decisão que permitam avançar ainda mais rapidamente na concretização da política comum de segurança e defesa».

Soflusa na CE

A recente aquisição pela SOFLUSA de oito novos navios do tipo catamarã é questionada pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda e Ilda Figueiredo, que consideram haver motivo para intervenção comunitária.

Numa pergunta que dirigiram ao executivo comunitário, afirmam que a SOFLUSA (empresa do grupo CP que assegura as ligações fluviais entre o Barreiro e Lisboa), ignorou os resultados do concurso internacional tendo preferido entregar a encomenda à empresa australiana Austral Ships, apesar de a melhor proposta ter sido apresentada pelos Estaleiros Navais do Mondego.

Esta decisão envolve um valor global de cerca de dez milhões de contos, 60% dos quais comparticipados por fundos comunitários. Os deputados esperam que a Comissão tome posição na defesa dos interesses dos estaleiros navais europeus, incluindo os portugueses.

Quinze proíbem farinhas

Os ministros da Agricultura da União Europeia decidiram, na segunda-feira, a interdição da utilização das farinhas de carne e osso na alimentação dos animais de criação. Esta proibição não inclui, no entanto, a utilização das farinhas de peixe nem de gelatina na alimentação de animais não ruminantes. Esta medida visa combater a encefalopatia espongiforme bovina (BSE) e restaurar a confiança dos consumidores em relação à carne bovina e é válida para um período de seis meses, entrando em vigor a 1 de Janeiro de 2001.

UE denuncia proteccionismo americano

A União Europeia pediu a abertura de consultas no seio da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre medidas de protecção comercial dos Estados Unidos a alguns produtos siderúrgicos, anunciou na sexta-feira a Comissão Europeia. Em 1 de Março deste ano, os Estados Unidos passaram a restringir as importações de cabos e tubos de aço por um período de três anos, impondo para os fios de máquina em aço, os Estados uma contingentação de 1,58 milhões de toneladas, limite a partir do qual serão impostos direitos alfandegários suplementares. O pedido de consulta incide também sobre algumas disposições da legislação dos Estados Unidos que a UE considera não estarem conformes com as regras da OMC.

Tráfico humano

O Comissário da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, vai propor a adopção por todos os estados membros da União Europeia de uma pena comum para o tráfico de seres humanos no espaço comunitário.

A iniciativa visa criar procedimentos uniformes em toda a União Europeia na luta contra o tráfico de seres humanos que afectam mulheres e crianças em particular, mas também trabalhadores clandestinos que depois são objecto de sobreexploração. Tal significa, por exemplo, que se a nível comunitário for definida uma pena de 10 anos para o tráfico de seres humanos em organização criminosa, ela não poderá ser inferior nas legislações de qualquer estado-membro.

Protesto em Nice

Contra a política liberal

Partidos comunistas e progressistas europeus realizaram, na terça-feira, em Nice, uma contracmeira para protestar contra construção de uma Europa liberal. Ontem, as ruas estiveram reservadas para uma poderosa manifestação de sindicatos europeus.

O encontro destinou-se a abordar o papel da «esquerda transformadora» face ao actual rumo da União Europeia, onde ganham um peso crescente as teses neoliberais, colocando em segundo plano as políticas sociais.

Nesta iniciativa, organizada pelo Partido Comunista Francês em vésperas do início do Cimeira de chefes de Estado e de Governo da União Europeia, que hoje começou na cidade francesa de Nice, estiveram 15 partidos comunistas, progressistas e ecologistas, que defendem um caminho alternativo à deriva liberal da Europa.

Para além de uma representação do PCP, estiveram delegações do Partido do Socialismo Democrático (Alemanha); do Partido Comunista Austríaco; do Partido Comunista

Belga; da Esquerda Unida (Espanha); da Coligação da Esquerda e do Progresso (Grécia); do Partido da Refundação Comunista e do Partido dos Comunistas Italianos; do Partido «A Esquerda» (Luxemburgo); do Partido Socialista (Holanda); do Partido de Esquerda (Suécia) e do Partido Suíço do Trabalho. O Partido Progressista dos Trabalhadores (Chipre) associou-se igualmente a este encontro.

Euromanif

Para ontem, quarta-feira, estava marcada uma manifestação nas ruas de Nice na qual se aguardava a participação de muitas dezenas de milhares de pessoas vindos de vários países da Europa, inclusive central e oriental.

Promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES), a acção visou exigir aos líderes europeus a adopção urgente de medidas concretas que promovam o desenvolvimento de uma política social na União Europeia nos próximos cinco anos.

A CES pretende que se concretizem princípios e direitos consignados na Carta dos Direitos Fundamentais, que seja criado mais emprego e de melhor qualidade e que sejam combatidas as discriminações, desigualdades e a exclusão social.

As medidas reivindicadas relacionam-se com a agenda social Europa 2001 e com o alargamento da União. No âmbito da agenda social, a CES exige o direito à informação e consulta dos trabalhadores nas empresas, o estatuto da sociedade anónima europeia, o direito à greve transnacional e outras questões relacionadas com a segurança social. A CES pretende ainda que as questões sociais deixem de ser obrigatoriamente aprovadas por unanimidade passando a sê-lo por maioria.

No apelo à manifestação de Nice, a Confederação Europeia considera que a Europa não se preocupa suficientemente com o emprego nem com as pessoas. Por isso nove por cento dos trabalhadores europeus não tem emprego e 18 por cento dos cidadãos vivem em situação de pobreza, ao mesmo tempo que aumenta a precariedade de emprego, a desigualdade salarial e das condições de trabalho entre homens e mulheres e o enfraquecimento da protecção social. A CES afirma que existem condições na Europa para se promover uma política de pleno emprego e defende a aproximação da união europeia aos trabalhadores e aos cidadãos.

Esta foi a terceira manifestação europeia convocada pela CES. A primeira realizou-se há três anos no Luxemburgo e contou também com a participação de uma delegação portuguesa. A segunda decorreu em Junho último, no Porto, por ocasião do encerramento da presidência portuguesa da UE.



Depois do Porto (na foto), sindicatos de toda a Europa voltaram a juntar-se em Nice no final da presidência francesa da UE

O federalismo como pano de fundo

A alteração do funcionamento, das competências e da organização das instituições da União Europeia estiveram em debate, na passada semana, no Centro de Trabalho da Boavista, numa sessão, organizada pela DORP, que contou com a presença da camarada Ilda Figueiredo, deputada do PCP no Parlamento Europeu.

Perante uma sala cheia, Ilda Figueiredo denunciou as tentativas de remodelação das instituições europeias, que prevêem vir a reforçar o poder

dos países mais poderosos dentro desses órgãos, concentrando em meia dúzia de estados um poder superior ao conjunto de todos os outros países da UE. Uma das consequências previsíveis do alargamento da UE enquadrada por uma tal remodelação institucional seria o surgimento de cinco países com 53 por cento do total de deputados no PE. Também como consequência da Conferência Intergovernamental de Biarritz surge cada vez mais forte a possibilidade

de Portugal, como outros países, vir a perder o direito de veto.

Na ordem do debate esteve igualmente a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Colocada na agenda de Nice, esta carta, possível embrião de uma constituição federal europeia, significa uma regressão em relação a outros documentos de direito internacional, bem como em relação à Constituição Portuguesa. A articulação de diversos direitos, como ao trabalho,

à saúde e à educação, por exemplo, é feita de forma retrógrada, constituindo um forte revés e uma séria ameaça a direitos conquistados pela luta do povo português e consagrados pela Revolução de Abril.

A criação de um exército europeu, outro dos temas agendados para Nice, também foi discutida no debate, como sendo um dos indicadores mais claros do rumo progressivamente federalista que leva a UE.

Grandes reforçam poder

A deputada Ilda Figueiredo manifestou «sérias preocupações» sobre os resultados da Cimeira de Nice, alertando para «possíveis agravamentos das restrições à soberania dos pequenos países como Portugal, ao reforço do federalismo e da via militarista na política de segurança e defesa e às medidas débeis e claramente insuficientes na área social».

Intervindo sobre uma resolução que o Parlamento Europeu aprovou na passada semana, a deputada comunista, a propósito da Conferência Intergovernamental, e a subsequente reforma das instituições europeias, afirmou que «é particularmente grave que se avance no caminho do reforço do poder de um pequeno número de grandes países em prejuízo da capacidade de decisão da grande maioria dos pequenos e médios países». Tal poderá acontecer com «o alargamento da maioria qualificada, as «cooperações reforçadas» inseridas numa concepção de «núcleo duro», a aplicação da cooperação reforçada a áreas como a política de segurança e defesa, a perspectiva de avançar para a elaboração de uma Constituição europeia tendo por base a Carta dos Direitos Fundamentais, a qual, por sua vez, tem um conteúdo restritivo e, em vários aspectos, regressivo relativamente a documentos similares, seja no plano internacional seja nacional, como é o caso de Portugal».

Quanto à área social, Ilda Figueiredo qualificou as propostas de «muito tímidas e nem sequer dão conteúdo efectivo a compromissos assumidos na Cimeira de Lisboa, designadamente quanto à necessidade de reforço da coesão económica e social». Por isso, disse, «impõe-se que o Conselho reveja as suas posições e avance no sentido de contrariar a onda de fusões e concentrações de empresas em diversos sectores, de interromper processos de liberalização em curso, de alterar as políticas macro-económicas tendo como objectivo a luta por um emprego de qualidade e com direitos e o combate à pobreza e à exclusão social».

Coreia do Norte precisa de ajuda

A Coreia do Norte necessita de 600 000 toneladas de alimentos em 2001 para evitar a fome no país. «A ajuda alimentar tem de estar associada com assistência nas áreas da saúde, conservação de água, ambiente e reabilitação das infra-estruturas agrícolas», disse Dilaw Ali Khan, coordenador humanitário da ONU na Coreia do Norte, citado pela Lusa. A Organização Mundial da Saúde alertou que estatísticas fornecidas no passado ano mostraram «um significativo aumento do índice de mortalidade desde 1994», superior às estimativas ocidentais.

Fome no mundo

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) decidiu convocar uma cimeira mundial para Novembro de 2001, em que pretende analisar os progressos na luta contra a fome, segundo informações vinculadas pela organização. «A FAO fez soar o alarme: se não forem feitos esforços suplementares, o objectivo de reduzir para metade o número de subnutridos não será alcançado antes de 2030, ou seja, 15 anos mais tarde do que o previsto», informa num comunicado a organização internacional.

Clfile diz não ao racismo

Cerca de 1500 delegados de 36 países da América participaram a passada semana na Conferência do Cidadão Contra o Racismo, realizada na capital chilena. Francisco Estévez, presidente da Fundação Ideias e secretário-geral do encontro, sustentou que os cidadãos devem exigir a todos os governos da região alterações nas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais «em que se sustenta a injustiça do racismo». Este encontro continental serviu também para preparar a próxima Conferência Mundial Contra o Racismo a realizar em 2001 na África do Sul.

Presos exigem direitos no Peru

Cerca de 1400 presos amotinaram-se a semana passada numa cadeia de máxima segurança em Lima, Peru, exigindo ao governo de Valentin Paniagua que amnistie o líder do Sendero Luminoso, Abimael Guzman. Os amotinados exigem a abolição das leis antiterroristas promulgadas pelo governo do ex-presidente Fujimori, por considerá-las contrárias aos Direitos Humanos. O porta-voz dos presos, Miguel Castro, denunciou a uma emissora de rádio que a polícia do presídio desencadeou uma repressão brutal contra os amotinados, apesar do protesto ter sido pacífico. Os reclusos subiram para o telhado de alguns pavilhões, colocaram cartazes e queimaram colchões. «Queremos simplesmente que resolvam os nossos problemas, o que vimos pedindo há anos», disse Miguel Castro.

Crise política em Israel torna ainda mais difícil uma solução para pôr termo aos ataques contra a Palestina

Likud quer limitar poderes de Barak

O Parlamento de Israel votou, anteontem, a favor de um projecto de lei que limita os poderes do primeiro-ministro em matéria de acordos internacionais.

O projecto, que para ser aprovado deverá passar ainda por três leituras, impede que um primeiro-ministro sem maioria parlamentar assine quaisquer acordos internacionais. Apresentada pelos deputados Benny Elon, do partido da União Nacional, e Danny Naveh, do Likud, ambos de direita, a proposta visa objectivamente impedir que o actual primeiro-ministro, Ehud Barak - que chefia um governo minoritário desde Julho passado - possa assinar um acordo de paz com os palestinianos antes das eleições gerais antecipadas marcadas para Maio de 2001.

A crise política israelita, agravada desde 28 de Setembro último com o reacender dos confrontos nos territórios ocupados, está no entanto a tornar quase impossível qualquer medida de pacificação. De acordo com a própria imprensa israelita, Barak necessita de pelo menos um acordo parcial de paz para tentar ser reeleito, mas a sua margem de manobra é cada vez menor. Na semana passa-

da, Barak propôs à Autoridade Palestiniana um pacto transitório, em que Israel reconheceria um Estado palestiniano, mas deixando de fora as questões mais delicadas, como o estatuto definitivo de Jerusalém. A proposta foi rejeitada, pois os palestinianos consideram ter já assinado acordos provisórios suficientes desde as conversações de Oslo, em 1993. O que se exige é um acordo definitivo, reconhecendo a existência do Estado da Palestina nos territórios ocupados desde 1967 por Israel, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com a capital em Jerusalém.

É curioso assinalar, por outro lado, que o governo de Barak se afirma agora disposto a cooperar com uma comissão de inquérito internacional - desde a primeira hora exigida por Yasser Arafat e rejeitada por Israel - para apurar responsabilidades e excessos de militares israelitas na violência das últimas nove semanas. A única exigência de Telavive, segundo um porta-voz do executivo, é que a referida

comissão seja dirigida pelos EUA, o que não deixa de ser igualmente curioso.

Candidatos de sinal contrário

Entretanto, a direita israelita prepara-se para a batalha eleitoral do próximo ano. O antigo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, do Likud, que se encontrava nos EUA, voltou esta semana a Telavive, admitindo recandidatar-se. Durante o seu mandato, entre 1996 e 1999, as negociações de paz foram

prejudicadas pela rígida política de segurança que adoptou e parece apostado em prosseguir. «A prioridade deve ser o restabelecimento da ordem e da segurança», disse à chegada a Israel.

À esquerda, a novidade é a candidatura de Ahmed Tibi, ex-conselheiro de Yasser Arafat, anunciada domingo pelo Partido Movimento Árabe. Tibi foi conselheiro de Arafat de 1991 a 1999, ano em que foi eleito deputado pela organização árabe-israelita. Em declarações à agência Reuters, Tibi justificou a sua candidatura pela necessi-

dade de «ter um árabe a concorrer como primeiro-ministro, como uma terceira via para os que não querem votar em Barak ou Netanyahu».

Recorda-se que dos seis milhões de habitantes de Israel, 18 por cento são de origem árabe. A maioria desta importante fatia do eleitorado apoiou Barak quando este assumiu o cargo de primeiro-ministro, mas os acontecimentos dos últimos meses, que provocaram mais de três centenas de mortos e muitos milhares de feridos, quase todos árabes, levaram à ruptura com os trabalhistas.

Palestina pede ajuda de emergência

A perda de vidas humanas provocada pelos ataques de Israel à Palestina não é susceptível de ser contabilizada, mas o mesmo não se passa em relação aos prejuízos materiais. De acordo com números divulgados pela ONU, o governo de Telavive, ao declarar o boicote total aos territórios ocupados, priva automaticamente 12 000 palestinianos do seu trabalho em Israel, o que representa uma perda de cerca de 3,4 milhões de dólares (cerca de 800.000 contos) por dia. Para disso, a destruição provocada pelos ataques à Cisjordânia e Faixa de Gaza coloca a Autoridade Palestiniana em sérias dificuldades económicas, pelo que os responsáveis palestinianos decidiram pedir na segunda-feira uma ajuda de emer-

gência de 280 milhões de dólares (cerca de 65,5 milhões de contos), aos países doadores.

«Pedimos uma ajuda de emergência de 280 milhões de dólares, dos quais 120 milhões (28 milhões de contos) são destinados à reconstrução», declarou o ministro das Finanças palestiniano, Mohamed Nachachibi, citado pela Lusa. O resto da soma será consagrada principalmente a colmatar o défice da Autoridade, a criar emprego e a prover as necessidades das famílias mais necessitadas, precisou.

Segundo Nachachibi, a economia palestiniana registou perdas de mais de 1,8 mil milhões de dólares (421 milhões de contos), em dois meses de bloqueio israelita.

Rússia

Comunistas em Congresso

O 7.º Congresso do Partido Comunista da Federação Russa (PCFR), realizado em 2 e 3 de Dezembro, foi um acontecimento notável que irá ter repercussões importantes no reforço do Partido e, decerto, também na própria vida da Federação Russa, o mais extenso país do mundo que cobre grande parte da Europa e todo o norte da Ásia.

Estiveram presentes no Congresso 391 delegados eleitos em todo o Partido e

muitos convidados, entre os quais membros de diversos partidos comunistas, socialistas e progressistas. O PCP esteve representado pelos camaradas Fernando Blanqui Teixeira, membro da Comissão Central de Controlo, e Luís Carapinha, colaborador da Secção Internacional.

No primeiro dia do Congresso, que se realizou no Salão das Colunas da Casa dos Sovietes, Guenady Ziuganov, Presidente do Comité

Central do Partido, apresentou o relatório político do CC, enquanto o relatório da Comissão Central de Controlo e Revisão esteve a cargo de Iurchik. Após dois dias de debate, ambos os documentos foram aprovados com a aceitação de muitas emendas. Os congressistas aprovaram ainda um documento sobre as tarefas imediatas do Partido, bem como diversas resoluções («sobre a globalização imperialista», «não há alter-

nativa ao socialismo», «a situação nos órgãos legislativos da Federação Russa», entre outras). O Congresso elegeu o novo Comité Central, que por seu turno elegeu o Presidium do Comité Central e o seu Presidente (Guenady Ziuganov), e três vice-presidentes, para além da nova Comissão Central de Controlo e Revisão.

No final dos trabalhos, os convidados estrangeiros tiveram encontros com militantes do Partido de Moscovo. O grupo de que fazia parte a delegação portuguesa teve oportunidade de se encontrar com veteranos de guerra e do trabalho do conselho municipal da zona norte. No dia 4 realizou-se um encontro de dirigentes do PCFR com os convidados estrangeiros, em que participaram 117 pessoas, representantes de 82 partidos de 59 países.

A importância da Federação Russa, o extraordinário papel da União Soviética neste século e o seu desmoronamento há dez anos, conferem particular relevo a tudo o que se passa neste país. A luta que aí se trava para a recuperação das grandes conquistas que se perderam, para o estabelecimento de uma nova grande potência socialista, tem um valor

muito especial para todo o mundo.

Três notas

1. Têm estado a realizar-se eleições para governadores das regiões da Federação Russa, em que o PCFR tem obtido bons resultados: no distrito de Kursk, conquistou há semanas o lugar de governador; no dia 3 de Dezembro, elegeu o governador da região de Krasnodar com mais de 80 por cento dos votos e colocou outros candidatos seus em primeiro lugar para a segunda volta noutras regiões.

2. No passado dia 4, o Conselho de Estado, com a participação do presidente Putin, aceitou a proposta para que a música do hino nacional (actualmente há um hino «provisório») possa voltar a ser a do hino da União Soviética. Esta proposta segue agora para a Duma. Para a letra do hino será realizado um concurso público.

3. Em relação à bandeira nacional, decidiu-se que permanecerá a actual bandeira tricolor, mas para a bandeira das Forças Armadas há a proposta de passar a ser a bandeira vermelha com a estrela. Esta questão foi igualmente remetida para a Duma.



Comunistas russos em congresso

Esperança no México O benefício da dúvida

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) concede ao novo presidente mexicano, Vicente Fox, o benefício da dúvida e aceita retomar o diálogo.

O dirigente do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), «subcomandante Marcos», anunciou sábado que o movimento está disposto a retomar o diálogo com o governo mexicano para a paz em Chiapas se forem satisfeitas três condições: a desmilitarização da zona de conflito (259 posições e cerca de 40 000 efectivos), a libertação dos presos zapatistas, e a aprovação, no Congresso, da Lei de Direitos e Cultura Indígena.

O EZLN respondeu desta forma ao apelo feito por Fox na passada sexta-feira, ao tomar posse, para que os mexicanos digam «adeus à guerra» e abram «os braços à paz». Admitindo que «não poderá construir-se uma boa relação entre o Estado e os povos indígenas se não se resolver de uma forma pacífica o conflito de Chiapas», Fox não perdeu tempo para demonstrar a sua aparente boa vontade: a primeira medida que tomou como chefe de Estado foi ordenar o aquartelamento de 1500 efectivos militares de 53 unidades instaladas em comunidades da área de influência zapatista. Nos próximos dias, segundo fontes militares citadas pelo diário «La Jornada», mais dez mil soldados deve-

rão igualmente retirar-se daquela região.

Já na segunda-feira, a porta-voz do presidente, Martha Sahagún, anunciou que o governo está a estudar as exigências do EZLN para avançar com o processo de paz em Chiapas. Para antontem estava anunciada a apresentação ao Congresso de um projecto de lei retomando, no essencial, os Acordos de Santo André, acertados em 1996 entre a guerrilha e o governo de Ernesto Zedillo, mas que nunca foram implementados. Zedillo liderou o último executivo do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que durante 71 anos consecutivos dominou o México. Nas eleições gerais de 2 de Julho último o PRI foi derrotado pelo Partido Acção Nacional (PAN), de Vicente Fox.

Medidas justas

Para que o projecto de lei apresentado ao Congresso não fique esquecido na gaveta, a direcção do EZLN decidiu enviar uma delegação de 24 zapatistas à Cidade do México. Nas palavras do «subcomandante Marcos», numa conferência de imprensa realizada sábado na selva Lacandona, «Com a nossa

proposta de ir à Cidade do México queremos sublinhar que não vamos deixá-lo [ao projecto de lei] à deriva, que vamos fazer todo o possível que se seja completado, respeitando a autonomia e a divisão de poderes».

«O objectivo do EZLN - sublinhou "Marcos" - é não só conseguir que se reconheçam os direitos indígenas, terminar com a guerra e alcançar a paz, mas também continuar a nossa actividade política como qualquer outro grupo, mas não como partido político, porque não visamos a tomada do poder, mas sim



O dirigente do EZLN «subcomandante Marcos»

como organização política para exigir atenção e medidas do poder».

Para o bispo Felipe Arizmendi, as condições da guerrilha para voltar à mesa das negociações «são dignas de ser atendidas» pelo governo mexicano.

Segundo a Lusa, após a homilia de domingo na catedral de São Cristóbal de Las Casas, Arizmendi saudou o renascer da esperança de paz e afirmou que «as exigências dos rebeldes são dignas de ser atendidas».

«A Comissão Episcopal para a reconciliação de Chiapas tem insistido na necessária e significativa redução da presença militar e na urgência da libertação de quem está injustamente preso», acrescentou o bispo, para quem o mais difícil de cumprir para gerar um ambiente de negociação em Chiapas será o desarmamento dos grupos paramilitares que surgiram nos últimos anos do conflito. O bispo considerou ainda de «extrema justiça» que o Congresso mexicano analise a lei dos direitos e cultura indígena que reflecta os acordos de Santo André, cuja consagração na Constituição beneficiaria cerca de 10 milhões de indígenas.

Carta aberta a Vicente Fox

A 2 de Dezembro, desde as montanhas do sudeste mexicano, o «subcomandante Marcos», em nome do Comité Clandestino Revolucionário Indígena - Comando Geral do Exército Zapatista de Libertação Nacional, enviou ao novo presidente do México, Vicente Fox, uma carta aberta. O documento, de que reproduzimos excertos, recorda as razões que em 1 de Janeiro de 1994 levaram o EZLN a declarar guerra ao governo federal, em nome da democracia, liberdade e justiça para todos os mexicanos, e deixa claro que a revolta ainda não terminou.

«Nas mãos de Fox», diz Marcos, «está a escolha que pode determinar a paz. Mas o que falta ao México é muito mais do que isso, e os zapatistas estão apostados em continuar a lutar pela mudança. A questão está em saber se o poderão fazer por meios pacíficos.

(...) Ainda que haja uma diferença radical na forma como o senhor chegou ao poder, o seu projecto político, social e económico é o mesmo que temos sofrido nas últimas sete décadas. Um projecto de país que significa a destruição do México como nação e a sua transformação num mercado, que vende seres humanos e recursos

naturais aos preços ditados pelo mercado mundial. Os velados projectos de privatização da indústria eléctrica, do petróleo e da educação, e o IVA que pretende impor a medicamentos e bens alimentares, são apenas uma pequena parte do grande plano de «reestruturação» que os neoliberais têm para os mexicanos.

(...) «O senhor pode ou não preocupar-se que um grupo de mexicanos, maioritariamente indígenas, além do mais, não esteja de acordo com os planos mercantis e com a agressividade da direita. Mas não deve esquecer que se o PRI perdeu o poder foi porque a maioria dos mexicanos se revoltou e conseguiu afastá-lo. «Essa revolta ainda não terminou. «O senhor e a sua equipa, desde 2 de Julho até esta data, não fizeram mais do que insistir em que os cidadãos devem voltar ao conformismo e à imobilidade. Mas não será assim, o seu projecto neoliberal enfrentará a resistência de milhões.

«Dizem alguns membros do seu gabinete e afins que o EZLN deve entender que o país mudou, que não têm outro remédio (os

zapatistas) senão aceitá-lo, render-se, tirar os passamontanhas e fazer o seu pedido de crédito para montar uma loja, comprar uma televisão e pagar um automóvel a prestações.

«Enganam-se. Nós lutamos pela mudança, mas para nós "mudança" significa "democracia, liberdade e justiça". A derrota do PRI era condição necessária para a mudança do país, mas não era suficiente. Faltam muitas coisas, o senhor e os poucos políticos que há no seu gabinete sabem-no. Faltam muitas coisas e, o que é mais importante, sabem-no já milhões de mexicanos e mexicanas. «Faltam, por exemplo, os indígenas. Falta reconhecer constitucionalmente os seus direitos e a sua cultura que, acredite, nada tem a ver com as ofertas de promoção empresarial. Falta desmilitarizar e desparamilitarizar as comunidades indígenas. Falta libertar presos de consciência. Falta apresentar os desaparecidos políticos. Falta reconstruir e defender a soberania nacional. Falta um programa económico que satisfaça as necessidades dos mais pobres. Falta que os cidadãos o sejam a tempo inteiro. Falta que os governantes prestem contas. Mas também falta a paz.

«Senhor Fox: durante mais de seis anos, o seu antecessor, Zedillo, fingiu ter vontade de diálogo e fez-nos a guerra. Escolheu o confronto e perdeu. Agora o senhor tem a oportunidade de escolher.

«Se escolhe a via do diálogo sincero, sério e respeitoso, basta que o demonstre com factos. Tenha a certeza de que receberá uma resposta positiva dos zapatistas. Assim poderá reiniciar-se o diálogo e, de imediato, começará a construir-se a verdadeira paz.

«No comunicado público que lhe enviamos, o EZLN dá a conhecer a exigência de uma série de sinais mínimos por parte do executivo federal. Se estes se verificarem, tudo estará pronto para voltar ao diálogo. «O que está em jogo não é se nós nos opomos ao que o senhor representa e o que o senhor significa para o nosso país. Nisso não deve haver dúvidas: nós somos seus opositores. O que está em jogo é se esta oposição se fará por meios civis e pacíficos, ou se devemos continuar em armas e com o rosto coberto até conseguir o que procuramos, que não é outra coisa, senhor Fox, que democracia, liberdade e justiça para todos os mexicanos.

«É tudo. Saúde e oxalá seja certo isso de que no México e em Chiapas haverá um novo amanhecer.»

Acordos de Santo André

Em 16 de Fevereiro de 1996, o governo do presidente Ernesto Zedillo e a direcção da guerrilha zapatista, reunidos na localidade de Santo André, subscreveram um documento em que as autoridades mexicanas se comprometem a consagrar na Constituição a existência dos povos indígenas (10 milhões de pessoas, pertencentes a 56 etnias), as suas formas de governo, usos e costumes. Mais tarde, o documento serviu de base ao projecto de lei redigido pela Comissão de Concórdia e Pacificação (Cocopa), composta por representantes dos três principais partidos nacionais: Partido Revolucionário Institucional (PRI), Partido Acção Nacional (PAN) e Partido da Revolução Democrática (PRD).

O projecto elaborado pela Cocopa, aceite pelo EZLN, estabelece «o respeito pela livre determinação dos povos indígenas em cada um dos âmbitos e níveis em que façam valer a sua autonomia, podendo abranger um ou mais povoados indígenas, de acordo com as circunstâncias particulares e específicas de cada entidade federativa». O texto estabelecia ainda o direito dos povos indígenas a «decidir as suas formas internas de convivência e de organização social, económica, política e cultural», bem como o acesso «colectivo» dos indígenas ao uso e utilização dos recursos nacionais das suas terras «e territórios».

O projecto de lei veio posteriormente a ser emendado pelo governo de Zedillo, que o deturpou a tal ponto que o EZLN o rejeitou, acabando por se retirar das negociações em Janeiro de 1997.

De acordo com recentes declarações de Vicente Fox, o novo governo mexicano está disposto a aceitar a totalidade dos acordos, que considera não ter perigos secessionistas, após umas pequenas «afinações».

Eleições na Associação Académica de Coimbra

A lista V foi reeleita na Associação Académica de Coimbra, na sexta-feira, com mais de 60 por cento dos votos. O presidente da lista, Humberto Martins, em declarações à Lusa, elegeu como prioridade a luta por melhores condições de ensino. «A pedagogia que temos no ensino superior está muito aquém das expectativas», afirmou Humberto Martins, acrescentando que a AAC vai «pôr o dedo na ferida». «Está em estudo a entrega em tribunal de uma acção contra o Estado português, que não aplica as leis que faz para o ensino superior», adiantou, referindo-se à aplicação do dinheiro das propinas nos gastos de funcionamento das faculdades.

Cantina sem condições no Politécnico de Viseu

O PCP entregou na semana passada um requerimento no Parlamento destinado ao Ministério da Educação sobre as condições em que funciona a cantina da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Viseu.

A cantina não tem condições para dar resposta às necessidades do elevado número de alunos que a ela recorrem e não funciona ao fim-de-semana - tal como as outras cantinas das restantes escolas do ensino superior de Viseu -, apesar de cada vez mais estudantes permanecerem na cidade por largos períodos. Os deputados comunistas alertam para a gravidade da situação, que não será resolvida com a saída da escola das actuais instalações, o que, de qualquer forma, só acontecerá dentro de alguns anos.

Actualidade do comunismo

A capela da Misericórdia, em Sines, foi palco de um animado debate sobre a «Actualidade do Ideal Comunista», na tarde de sábado, que contou com a participação de Miguel Madeira, do Secretariado e da Comissão Política da JCP. No final da iniciativa, o convívio entre os participantes continuou com alguns «comes e bebes».

«Noite da Juventude»

A JCP de Alvalade do Sado, Santiago do Cacém, organizou na sexta-feira uma «Noite da Juventude», que se iniciou com um debate sobre «Educação sexual e planeamento familiar», com Célia Violante, do Secretariado e da Comissão Política da JCP, onde foram abordados temas como a contracepção e o aborto

Deputados comunistas já questionaram o Governo sobre a atitude da polícia durante a manifestação do ensino secundário no Porto

PJ identificou estudantes

A Polícia Judiciária identificou e interrogou vários jovens durante a manifestação dos estudantes do secundário, realizada no Porto na semana passada. O Avante! falou com um deles.

Paulo (nome fictício) estava encostado a um carro quando foi abordado por um agente da Polícia Judiciária

que lhe mostrou o distintivo e lhe pediu o bilhete de identidade. Ele identificou-se, mas ainda havia mais.

A seguir vieram perguntas: se pertencia a alguma organização partidária e qual a razão por que estava a participar na manifestação. Paulo achou estranho, mas não deixou de responder às questões.

Ao mesmo tempo, vários agentes da PSP à paisana filmavam e fotografavam a manifestação, inclusivamen-

te de dentro do edifício da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN).

«Não me parece que a PJ tenha aparecido lá por causa dos incidentes. Aquilo foi preparado antes: estavam a filmar e a tirar fotografias, identificaram-nos...», diz Paulo ao *Avante!*.

Quanto aos objectivos, Paulo não tem certezas: «Será que foi para identificar os "potenciais organizadores", para se precaverem no futuro e saberem quem são os "investigadores"? Será que é para algum relatório ou alguma listagem que estejam a fazer?»



Paulo questiona-se sobre os objectivos da PJ: «Será que é para alguma listagem?»

Paulo recorda a violência usada pela PSP durante os confrontos com os estudantes que se manifestavam pela suspensão da revisão

curricular, a criação de um novo sistema de acesso ao ensino superior, a aplicação da lei da educação sexual e a melhoria das condições

«Perante aquelas agressões, acredito que a população esteja do lado dos estudantes. Na manifestação, as pessoas que iam passando mostravam que estavam do lado dos estudantes. Diziam "Ainda bem que estão aqui" ou "Continuem"», acrescenta.



«Na manifestação, as pessoas que iam passando mostravam-se do lado dos estudantes.»

No Parlamento

Os deputados do PCP Margarida Botelho e António Filipe apresentaram no dia seguinte aos acontecimentos um requerimento ao Governo questionando as razões que motivaram a presença de agentes da Polícia Judiciária na manifestação, os objectivos da sua actuação e os fundamentos da identificação e das perguntas formuladas aos jovens.

Respondendo a uma interpelação de Margarida Botelho, a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares desmentiu a intervenção de agentes da PJ e considerou que a intervenção da PSP contra os estudantes «foi proporcional e adequada», acrescentando que os alunos «tomaram uma atitude muito hostil e provocatória para com a polícia».

Insatisfeita com esta resposta, a deputada d'«Os Verdes» Heloísa Apolónia dirigiu um requerimento ao Ministério da Administração Interna, pedindo um comentário à acção da PSP na manifestação e perguntando se o Ministério abriu algum inquérito para avaliar a atitude policial.

A deputada refere que a resposta do secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares «omite qualquer descrição da acção policial», mas que «nos é dado perceber que a resposta policial foi a bastonada!». «Bastonada sobre adolescentes de 13 e 14 anos? Alguns com marcas evidentes do bastão no corpo e pelo menos dois com necessidade de assistência hospitalar. É esta atitude, com estas consequências, que se classifica de "proporcional e adequada"?», questiona.

Ensino nocturno

Ministério promete pagar a professores

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, garantiu que seriam pagos de imediato os 107 mil contos em salários em atraso aos professores do ensino nocturno da Faculdade de Letras do Porto, depois de dezenas de trabalhadores-estudantes se barricaram na noite de quinta para sexta-feira na biblioteca daquele estabelecimento.

António de Oliveira e Silva, representante do Núcleo de Estudantes-Trabalhadores da faculdade, explicou à agência Lusa que «não há dinheiro há dois meses» e que, antes do protesto, o Ministério não sabia quando

é que as verbas seriam desbloqueadas.

«Quando no final do mês os professores não puderem receber, todo o projecto (de ensino nocturno) poderá ficar comprometido. Nós já fazemos esforços acrescidos, conjugando a vida profissional com os estudos e adaptámos no início do ano lectivo as coisas para estudar à noite. Não podemos aceitar esta situação», afirmou.

«Quando vejo o ministro e querido professor desta universidade, Augusto Santos Silva, irritado por fecharem as escolas e faculdade com cadeados, acho por bem lem-

brar-lhe que ele terá de perceber que os alunos têm razões para agir assim», disse António de Oliveira e Silva.

Os alunos barricados foram identificados pela PSP, chamada ao local. «25 anos depois do 25 de Abril não é admissível que a polícia entre na universidade para identificar alunos que querem apenas uma coisa: que o Estado cumpra as suas obrigações», comentou o representante dos trabalhadores-estudantes.

Este é o primeiro ano que existe ensino nocturno da Faculdade de Letras do Porto.

materiais e humanas das escolas.

«Não se justificou a carga policial. Houve quem se tivesse encostado aos taipais das obras do metro e estes caíram. Depois foram comprar ovos e atiraram à polícia. Mas, de facto, não se justificou nada a carga policial. Nós já tínhamos notado de manhã um reforço policial, comparando com as últimas manifestações. Foi nitidamente intimidatório. Até à DREN tiveram um comportamento normal, perguntando inclusive por onde é que nós fomos. Depois, na DREN, aconteceram casos de alguma gravidade», considera.

«Os estudantes reagiram naturalmente com medo. Houve aquelas atitudes minimeamente provocatórias, mas, quando a polícia reage daquela forma, os estudantes fogem, desmobilizam. É claro que ficaram revoltados, não percebiam o que é que se estava a passar», recorda Paulo.

Desesperança crónica

O presidente do Brasil, em recente encontro na Holanda, pôde constatar que só o movimento do porto de Roterdão produz um rendimento superior ao de toda a produção brasileira. Riu, sem graça, com as laranjas conterrâneas, de exportação, nas mãos. Talvez não tenha percebido que reforçava a imagem do atraso da economia brasileira classificando-a como «em desenvolvimento» para não reconhecer que é subdesenvolvida.

com o parceiro em desenvolvimento, e se a meta apontada para sair do buraco for o que chamam de educação, isto é, cursos escolares obrigatórios e treinamento de autómatos para os empregos existentes nas indústrias controladas por estrangeiros, vamos de mal a pior. A educação que falta é algo muito complexo que não cabe em cartilhas elementares ou em livros de informática. Tem a ver com a consciência de cidadania, com a possibilidade de participar no desenvolvimento nacional.

apenas como elemento de repressão. Mal estruturados e mal remunerados, são minoria em relação ao corpo de segurança privada (para 510 mil policiais civis e militares existe um milhão e cem mil registados como polícia privada, fora os clandestinos) e tornaram-se presa fácil das organizações criminosas que pagam prémios por cada fardado assassinado no faroeste tupiniquim. No Rio de Janeiro, neste ano, já morreram 107 policiais assaltados nas ruas, e em outras cidades a

ma eficiente para conduzir o protesto. Não dá qualquer valor às palavras do velho pacifista e do jovem dirigente que, nos Estados Unidos, afirmam ser este o início de um movimento mundial que aglutina as mais diferentes formas de rebeldia em busca de um denominador comum. Nem se impressiona com aqueles milhares de jovens que saem da alienação habitual para arriscarem a pele em confronto com a polícia em defesa da paz, da justiça e da protecção à natureza. Simplesmente entregou os pontos, com o egoísmo de quem está contente com a própria situação.

Como, em sã consciência, se poderá pretender melhorar um sistema que tem como meta a obtenção do maior lucro e a esperteza cínica como valor individual? Será que alguém acredita que, mantendo um sistema com tais pressupostos, será possível melhorar a distribuição da renda, combater as discriminações sociais, respeitar os direitos humanos? É preciso fazer de conta que todos acreditam nestes discursos para que nada mude.

O despertar

Quem já não tem mais nada a perder, além da vida mal vivida, não fica à espera de teorias alvissareiras de mudança. Assim como os jovens rebeldes vão às manifestações políticas, mesmo com objectivos pessoais os mais diversos, a população brasileira deu um grande apoio aos partidos de esquerda unidos em torno dos candidatos municipais no mês de Outubro de 2000.

Cansada de tanto roubo e tanta impunidade, votou massivamente na oposição ao Governo entregando as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife (para só falar das maiores cidades do país) aos candidatos que prometeram dignificar o cargo, sanear as contas e chamar a sociedade à participação efectiva na nova administração. O PT, que cresceu muito nestas eleições tornando-se uma das cinco grandes forças políticas, alcançou 187 prefeituras em todo o país, onde estão 29,7% dos habitantes. Fernando Henrique Cardoso saudou publicamente o voto popular, apesar de se manter atrelado aos partidos de direita que perdem a hegemonia. As contradições são grandes, basta ver que o partido de FHC (e ele próprio) apoiaram a candidata PT à prefeitura de São Paulo.

Para efeito de propaganda eleitoral, a direita pintou o PT de comunista e repetiu a estafada mensagem de que, se eleito, iria invadir as propriedades privadas. Em Curitiba corria o boato: «se você tiver 2 pacotes de açúcar eles tiram 1 para distribuir». Apesar da discriminação anticomunista generalizada no país, como na segunda volta o confronto foi entre «corruptos» e «moralizadores», os partidos que ficam em cima do muro vestidos de democratas - PSDB e PMDB - juntaram-se aos de esquerda divulgando que a sua coloração era cor-de-rosa e não vermelha. Vermelho ou cor-de-rosa, a grande derrotada foi a aliança Governo/direita, responsável pela corrupção, pela impunidade, pelos privilégios que aprofundam a miséria da maioria brasileira. Esta é, inevitavelmente, uma importante forma de protesto contra os desmandos da elite. Resta ver se os que falam em nome da democracia e namoram a velha oligarquia corrupta deram um tiro no pé ou utilizaram cartucho de festim. Até 2002, quando haverá eleições presidenciais e parlamentares, as conquistas serão (ou não) concretizadas. Sempre poderemos renovar as esperanças.

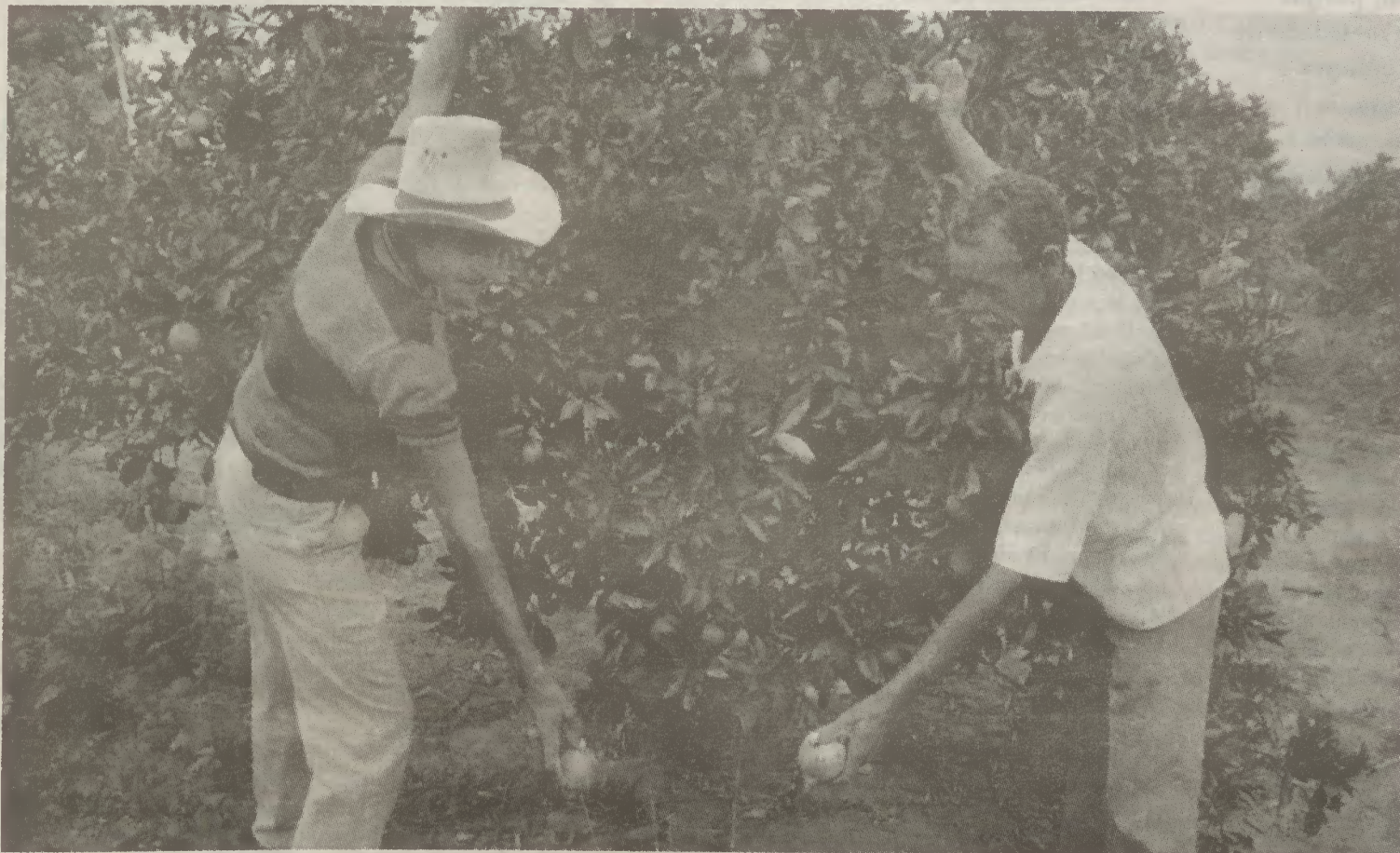


Foto de Sebastião Salgado

Ao falar, Fernando Henrique Cardoso louvou o livre comércio sugerindo que os países mais ricos sejam solidários com os em desenvolvimento. Mais que as nossas laranjas e café trocados às toneladas por algumas peças de computador ou de telefone celular, a frase de aparente ingenuidade, negando uma incontestável contradição, comprovou o atraso em que vivemos.

Cabe na cabeça de algum adulto que já não acredita no Pai Natal, que os ricos com êxito no livre comércio vão ajudar os coitados a desenvolverem-se? E por que devem ser solidários com quem não reconhece que vive no subdesenvolvimento, trocando produtos naturais por alta tecnologia milhões de vezes mais cara? Quando deixaremos de brincar de faz de conta no meio desta globalização arrasadora?

Nada mais honrado que aceitar a realidade de cabeça erguida: o Brasil exporta produtos primários, como há 500 anos, e compra os industrializados, condenando a balança de pagamentos a ficar de tanga. A diferença com a situação no século XVI é que, naquela altura, não podíamos ir muito mais longe do que a economia extractiva permitia, e hoje os governantes brasileiros preferem alienar as indústrias e a mão-de-obra especializada nacional para receber o capital estrangeiro dos novos colonizadores. Mesmo a propósito, o Banco Mundial sublinhou no seu relatório que, no Brasil, vive-se «a desesperança crónica que prejudica o desenvolvimento sustentável e, de certa forma, enfraquece a democracia».

Esta desesperança é, certamente, um dos factores mais responsáveis pelo aumento da criminalidade. Se o governo continuar a pedir, com um sorriso amarelo do melão que oferece, que o «livre comércio» inclua nos seus princípios fundamentais de competição a generosidade

Nem todos, felizmente, raciocinam como os actuais governantes. Com alguma frequência pode-se assistir a debates onde ideias inteligentes e realistas são apresentadas. Foi uma surpresa gratificante presenciar, por exemplo, uma entrevista com especialistas em segurança pública de Brasília onde, com dados estatísticos, demonstraram que a criminalidade não se restringe às camadas sociais mais pobres, desempregados, sem formação escolar. Crescem os casos de bandidos oriundos da classe média alta, com a chamada educação e recursos para malbaratar os tempos livres à busca de maiores emoções, o que ocorre também nos Estados Unidos que tem sido o modelo inspirador da moderna sociedade brasileira. Os entrevistados falavam com seriedade e conhecimento de causa.

Chamaram a atenção para um tipo de cultura prestigiado no Brasil, onde o pequeno delito é considerado como um comportamento engraçado nas famílias com recursos. O jovem diz, com um sorriso: «vou ficar com o seu blusão», e fica. Mais tarde resolve apropriar-se do relógio do outro, que deixa passar por não querer parecer intolerante com o colega. E, assim, forma-se uma mentalidade permissiva, de cara de pau, cínica e prepotente, tolerável entre comparsas, até que resulta em crime. Mas a impunidade existe para os protegidos do sistema, e a justiça só não é tolerante com os que são antecipadamente definidos como excluídos da elite - pobres, negros, subversivos. E o esperto consegue safar-se. A desesperança cria raízes para os que realmente procuram conter a progressão da criminalidade.

Este sector, da polícia militar e civil, hoje enfrenta gravíssimos problemas no país decorrentes de uma formação herdada da ditadura, que definiu a sua função

moda alastra com elevados prémios por cabeça prometidos pelas gangues.

Comodismo de alguns

A desesperança tem, pelo menos, duas origens: os que se sentem impotentes diante do poder da elite e os que, com a queda do socialismo na Europa, acreditam que o capitalismo é e será soberano eternamente. Isto vimos quando foi entrevistado um destacado analista político brasileiro num programa televisivo onde foram apresentados os movimentos de protesto contra a globalização. Eram os acontecimentos de Seattle, continuando na Austrália, na França e em outros países ricos. Viam-se grupos heterogêneos de jovens que misturam os seus anseios de liberdade individual, de protesto indiscriminado, com as bandeiras de luta contra a violência e o empobrecimento das populações, de protecção da natureza e exigência de paz. Tem uma certa aparência de teatro de rua, carnaval e necessidade de extravasar vários motivos de revolta. As forças policiais atiram bombas e batem com força, o que lhes confere o sentido heróico de quem luta por uma causa coletiva, o oposto do individualismo habitual de quem vive pelo maior lucro.

Diante deste quadro o ilustre entrevistado concluiu, comparando com os movimentos de 1968 que abalaram a França e se repercutiram em todo o mundo, que «hoje não existe uma solução alternativa para o capitalismo como antes se julgava existir. Hoje podemos apenas melhorar um aspecto ou outro do sistema.» De cátedra, descarta a importância das manifestações, intimamente satisfeito com a ausência da antiga força da organização de trabalhadores que definiria um progra-

• Urbano Tavares Rodrigues

Identidade e Globalização

Que marcha para a Humanidade?

Como preservar a identidade num mundo globalizado é uma questão que se pode ler desde logo ou como defesa da identidade pessoal ou da identidade colectiva de uma nação, porque ambas estão ameaçadas na actual sociedade de mercado em que o incitamento à compra e venda e ao desperdício, por um lado, à acumulação de riqueza, por outro, estão a tornar-se obsessivos quer ao nível do indivíduo, trabalhador intelectual ou braçal, que vai ele próprio coisificar-se, transformar-se numa espécie de homem-mercadoria, homem-cifão, quer ao nível da multidão de criaturas condicionadas pelos *media*, padronizados pelos índices de eficácia e de lucro.

Lá no alto plana o olimpo dos grandes gestores, esses sim, com seus aviões, palácios e lazeres muito acima da pobre gente afadigada, apavorada pelo fantasma do desemprego, que sucedeu às classes médias, e incessantemente busca o êxito, a salvação ou sossobra na miséria, quando não na extrema miséria.

Como preservar a identidade? Recusando a sociedade de mercado?, fazendo-a implodir?, ou fugindo para a ilusão do que resta de natureza ainda viva?, aderindo a formas de actividade criadora que, fora dos circuitos de produção das megalópoles, serão cada vez mais ignoradas ou desconsideradas? Como forçar a indiferença, a submissão, o adormecimento das maiorias para alterar o capitalismo global e restabelecer valores humanos, cívicos e políticos em profunda crise, apesar do discurso hipócrita que chama democracia ao que já quase só na aparência o é?

Como impulsionar o advento de uma sociedade outra, antes que as defesas do sistema estremeçam e as mais violentas rupturas se produzam em catadupa, antes que um verdadeiro caos se estabeleça, à espera da aurora que de toda a maneira virá?

O espantoso avanço das tecnologias da informática, que precipitou o mundo nesta nova civilização, cujos efeitos perversos, especialmente o desemprego, não foram na devida hora previstos e acateados, deu ao império americano a possibilidade de dominar a maior parte do globo terrestre.

As taxas de juros aumentadas em toda a América Latina permitem-lhe explorar esse subcontinente e assegurar ainda ao povo norte-americano um nível de vida relativamente alto, sobretudo nas faixas média da sociedade, ignorando os catorze milhões de criaturas sub-humanas, negros e brancos à margem, que vegetam nos bairros condenados das cidades *yankees*, o contrapeso do seu bem-estar.

O novo mundo belicista

O desaparecimento do mundo bipolar em que o receio da guerra atómica continha a expansão do imperialismo americano e em que o medo da sovietação da Europa levava muitas nações a cumprirem projectos social-democratas de justiça social, dos quais resta hoje muito pouco, permitiu o progresso do capitalismo puro até extremos de entesouramento em poucas mãos e generalização da

pobreza mais cruel e mais absurda, pois há no nosso planeta recursos suficientes e possibilidades de dar a todos equitativa porção de bens, sem os quais não há dignidade nem autêntica existência humana.

O novo mundo belicista que o investigador russo Oleg Pavlov chama unipolar deu-se ao luxo de destruir parte da Jugoslávia com os bombardeamentos aéreos de Março de 1999. A este propósito coloca-se naturalmente uma das interrogações mais agudas sobre identidade e globalização. É que, de uma forma aparentemente paradoxal, o império americano e um dos seus grandes aliados europeus, a República Federal da Alemanha, estimularam logo de início a fragmentação da Jugoslávia, apoiando a Croácia, de tradição nazifascista e hoje economicamente dominada pelo grande vizinho germânico. Os movimentos nacionalistas, que fizeram implodir estados (que se julgavam consolidados) da área ex-socialista convivem bem com o império americano, que distribuiu riqueza, na sua primeira fase dardivosa, destrói ideologias antagónicas e cria situações locais que lhe são favoráveis.

Os donos supremos da finança e do bem-estar, que ignoram, ou fazem por ignorar, o buraco do ozono, a queima das florestas, a proliferação de gases tóxicos nas cidades, o sobreaquecimento do globo que já se verifica, o abuso dos combustíveis, estão a uniformizar por baixo a Europa, com a sua indústria cinematográfica de massas, a sua cozinha *fast food*, a sua ética do *self-made-man*, do bom empregado que já não deve reclamar direitos laborais, nem assistência social, nem sequer reforma, aconselhando-o a investir nas acções da sua empresa e a juntar o seu pé-de-meia, à cautela. Que farsa repugnante! Milhões de pessoas «drogadas» por este discurso, desde o Alasca aos cubanos da *little Miami*.

O modelo capitalista

O que dá hoje importância a uma empresa é o seu valor na bolsa, ou seja, mais do que o poder económico é o peso da especulação bolsista que conta verdadeiramente, acima de tudo, no sistema actual. O capitalismo global, cego perante o desemprego e a pobreza que aumentam no mundo, indiferente à satisfação das necessidades das populações «inferiores» africanas, asiáticas ou sul-americanas, assenta na especulação. Bem mais do que o desenvolvimento económico das grandes empresas, que têm já hoje ao seu serviço as melhores tecnologias científicas e até universidades que lhes fornecem quadros, é a reprodução do dinheiro. Um exemplo deste delírio é a absorção da riquíssima Time-Warner (70 000 trabalhadores), bem mais fraca em carteira de negócios, mas altamente cotada na Bolsa e capaz de devorar a Time-Warner.

Esta fragilidade do modelo capitalista que hoje rege o mundo, talvez o mais egoístico de toda a história da Humanidade, dá bem a indicação de que de um momento para o outro o edifício pode ruir, começando no coração do império e arrastando o globo nesse desastre.

Se o ser humano pouco ou quase nada conta para estas empresas colossais em cifras bolseiras, também é certo que o egoísmo se difundiu muito entre as massas como sempre sucede quando os valo-

res do topo da pirâmide irradiam para baixo através dos *media* ao seu serviço.

As ameaças de ruptura social, revolta e revolução são de dia para dia mais prementes. A proibição da imigração clandestina dos transfugas da miséria (africanos, asiáticos, eurpeus do Leste), a construção nas grandes cidades de luxuosos condomínios armados para os ricos, a luta crescente contra a marginalidade e o crime (sem se estudarem e se resolverem as causas económicas e sociais desses flagelos) aumentam na sociedade de mercado, paralelamente a uma nítida tendência para regimes de tipo conservador ou mesmo ditatoriais. É possível que as democracias capitalistas, assentes na liberdade de voto e na iniciativa privada sem travões, se vão tornando progressivamente mais autoritárias, aproximando-se mesmo nalguns aspectos dos extintos regimes fascistas, na concentração policial e nas formas de repressão. Por outro lado, o «crime de êxito» do tipo droga, alta prostituição, lavagem de dinheiro sujo, tráfico de influências, máfias organizadas, está instalado na classe dominante e até mesmo nas centrais de decisões, que não são já na realidade os governos nem os parlamentos.

A identidade do indivíduo, neste mundo corrupto, que se apoia em guardas pretorianas (policías não raro também corrompidas), está sujeita a todas as ameaças e violações da privacidade e da dignidade humana e civil.

Economia virtual

O universo do *Big Brother*, de Orwel, é agora que está efectivamente a acontecer.

Os efeitos da revolução digital seriam outros se o modelo da sociedade não fosse o capitalismo neoliberal elevado à sua mais alta potência. Os grandes potentados económicos e financeiros instrumentalizam a própria Internet, que poderia ser um espaço de debate democrático, mas está derivando para um ainda inmensurável campo de negócios. E a palavra negócio, neste momento histórico, significa em muitos casos o combate mais implacável, a fúria de êxito mais fria e devastadora.

A economia financeira não é uma economia real. Circula nas auto-estradas da Internet. Traduz-se em actividades imateriais, ao nível planetário, de desfecho ultra-rápido. Os grandes grupos mediáticos, concentrados sobretudo nos Estados Unidos, controlam o mundo, ditam tudo: o gosto e as grandes virtudes, ou seja, a agressividade, a eficácia, a dureza; em vez de informar, educar, discutir, agora anunciam e vendem. Vendem sem parar.

Mas não têm horizonte de expectativa, não têm futuro.

Rupert Murdoch, citado por Ignacio Ramonet no seu estudo *A Tecnologia: Revolução ou Reforma - O Caso da Informação*, tem jornais nas quatro partes do mundo (Europa, Ásia, América, Oceania) e tem empresas de rádio, de televisão, de cinema, editoras e até equipas de futebol, dada a importância que o futebol assumiu na comunicação e no imaginário das massas.

A que amanhã próximo estamos a chegar? Há ministérios da Indústria que desaparecem para dar lugar a ministérios da Ciência e da Tecnologia (leia-se «Comunicação»).

Pode-se objectar: mas a comunicação deve (deveria) ter um papel cívico e estético-pedagógico na formação de homens cultos, afectuosos, conviventes, tolerantes. Sem dúvida, mas um universo de grande concentração capitalista como o nosso tal não parece muito viável a curto prazo.

O progresso, a ideia de progresso ligada, desde o Século das Luzes, à libertação do homem, ao respeito pelo direito de cada qual a desenvolver todas as suas faculdades, transferiu-se, como já vimos, a partir dos anos 80/90 do nosso século, para um plano de crescente domínio do patronato sem rosto e sem fronteiras. O respeito absoluto, a quase santificação da iniciativa privada conduziu ao delírio da especulação, a um território sem lei nem piedade, uma utopia em que todos os direitos revertem a favor dos chamados criadores de riqueza, de uma riqueza que, apesar das primeiras e falazes promessas, não foi, não é e não será repartida enquanto tal ordem não mudar.

As imensas esperanças que a humanidade depositou na informática durante os anos 60 e 70 converteram-se no cinzento, na indiferença, na decepção em que mergulham países inteiros, cujo única forma de consolação é o consumismo desenfreado. Triste panorama.

A transformação da indústria causada pelo surto da cibernética não libertou o homem da servidão do trabalho; pelo contrário, os novos espartilhos impostos pelo patronato roubam-lhe, dia após dia, tempo, orgulho, pão e dignidade. Até a sua identidade.

O desemprego prolongado atormenta, humilha e por vezes mata. Veja-se a denúncia terrível de Viviane Forrester em *O Horror Económico e Uma Estranha Ditaúra*.

A possibilidade de lutar permanece de pé. É absurdo negar a existência de alternativas, por muito que elas não se definam ainda claramente. Os grandes gestores rejubilam com os despedimentos maciços, que representam astronómicas subidas de lucros. Esses crimes sociais, chamados reestruturações, nem sequer significam aumento da riqueza colectiva; pelo contrário, são selas apontadas uma delas ao delírio, à embriaguez da riqueza, ao luxo, ao jogo do dinheiro; a outra à degradação, à lágrima, ao desespero, ao suicídio.

Outra globalização

A sociedade sem classes prometida por Karl Marx terá de chegar através de outra globalização: uma sociedade internacionalista, que não exclua as culturas e as identidades nacionais, sociedade laica que admita o convívio com o espaço da espiritualidade, com a expressão eventual de todas as religiões, sociedade voltada para a preservação da natureza que o capitalismo selvagem não tiver ainda destruído na sua ânsia de lucro imediato. Sociedade em que o trabalho será prestigiado e os lazeres mobilizados com ofertas artísticas e diversões, deixando a cada um o absoluto direito à escolha, nem que seja a do puro ócio.

Utopia? Decerto, mas utopia enraizada na leitura científica da história como luta de classes, nas bases do materialismo dialéctico, com todas as correcções que o andar dos tempos, o aceleradíssimo progresso das novas tecnologias e as experi-



• Modesto Navarro

Regresso a Moçambique

Voltar, depois de 34 anos. O imenso território de novo visto do avião, de norte a sul, na vastidão do vazio de cidades ou de aldeias. Grande Moçambique independente, agora. Os rios e as zonas ainda alagadas. Depois, Maputo, a cidade do Caniço, Matola, os edifícios altos mais longe, a baía e o Índico.

Três vezes mais habitantes, na cidade. O aeroporto, o ar amável de quem já era assim, no tempo da guerra colonial. Dignos, simpáticos e à procura do conhecimento e da cultura. As primeiras notícias de desemprego, fome, condições péssimas de vida e alguns focos de cólera a aparecerem nos subúrbios.

A baixa da cidade, a amada e ocupada baixa, nos tempos antigos, nomeadamente pelos sul-africanos, ali estava, o Scala, o Continental, o Djambu, os Correios. O Comando Naval, as avenidas e amplos espaços de um tempo de dor e de resistência à guerra de novo percorridos, na ânsia de reconhecer os recantos, os rostos agora em maioria, dos donos e senhores da sua terra. Alguma violência latente, a destruição e o abandono. De repente, na Feira Popular, surge-nos um restaurante, o «Escorpião», imagine-se, como último reduto de portugueses que ficaram, já a ser ocupado pelas famílias moçambicanas; cozido à portuguesa, um dos pratos do dia; gente que gosta de comer e beber e conversar.

Na primeira volta pela velha Malhangalene e pela Costa do Sol, o taxista vai tecendo comentários sobre o custo de vida, a impossibilidade de se poder resistir à perda do poder de compra, a comida e outros bens imediatos que têm de ser importados. O afastamento de habitantes

inquietante. Lá está, próximo do Hotel Polana, a moradia de Mandela. O taxista chama a nossa atenção para os muros altos, o espaço envolvente. Há cercas à volta de cada casa, sistemas eléctricos e sofisticados de protecção que são assustadores. A insegurança parece tomar conta de tudo, na cidade.

A África do Sul de volta a Moçambique? Investidores, gente de negócios que fervilha nos hotéis, nos encontros com os homens de negócios moçambicanos. Há um clima de empreendimentos, de compra e venda, de ocupação mais hábil e global. Sim, a chamada globalização como um novo tipo de totalitarismo, eis o que ocorre como síntese de uma situação mais perigosa e mais destruidora das identidades, da independência dos povos e das pátrias.

«Mataram-nos o pai e levaram-nos a mulher», diz o taxista, num assomo de má-vontade para com os sul-africanos. Af está, Samora Machel, na memória dos que foram revolucionários e eram jovens naquela altura da independência. Hoje, vêm o sonho e a perspectiva socialista serem trocados pela sobrevivência mais imediata, onde aparece o negócio, o «cabritismo», a corrupção já desenfreada.

Os salários são baixos. O ordenado mínimo é de 50 dólares. Como fazer voltar tanta gente aos campos que abandonaram quando foi das cheias? Os «esque-



Museu da Revolução na baixa de Maputo

tradicionais da cidade para outras zonas, por não aguentarem a pressão imediata da sobrevivência.

Gente, muita gente nas ruas, nas varandas, nos recantos. Conversam, riem, ficam com aquele olhar atento e estimulante, à procura, na compra e venda de tudo o que se pode imaginar. Mercados paralelos em qualquer sítio. Depois, a Costa do Sol, as moradias imensas, as antigas e as que agora são construídas. No avião, a ler jornais de Moçambique, já tínhamos observado as queixas sobre a ocupação de espaços nobres por estrangeiros.

A praia está quase desaparecida. A água chega a vinte, quarenta metros do paredão. No entanto, são construídas casas, moradias, prédios de apartamentos e hotéis, numa sobreocupação ao lago

mas» e o salve-se quem puder aparece a cada esquina. Na África do Sul a vida é mais barata. Ordenamento do território, extensas zonas e regiões de cultivo avançado da terra, indústrias e desenvolvimento que já era outro, nos velhos tempos do colonialismo.

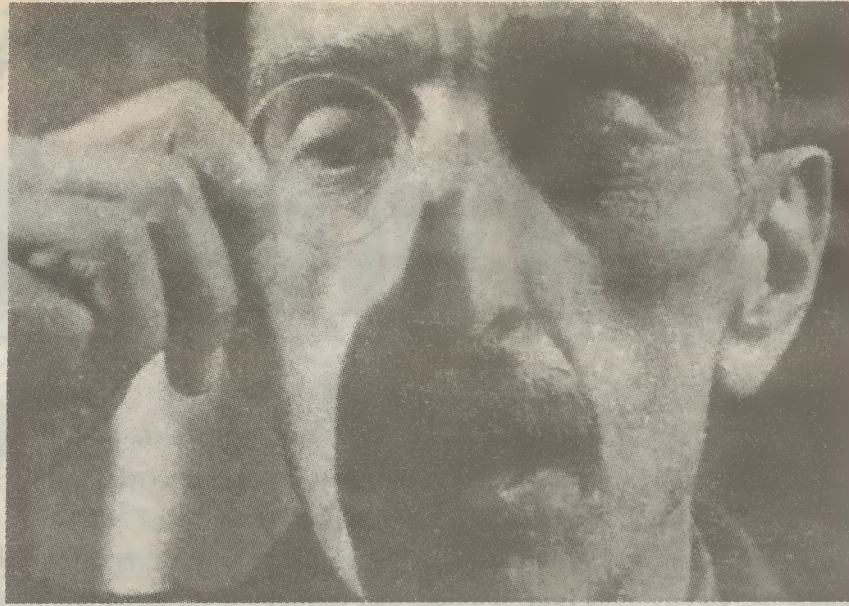
A caminhar pela Avenida 24 de Julho, encontramos um jovem de 23 anos que nos indicou o caminho para o Museu da Revolução com grande empenho. «Estamos a perder a nossa identidade», disse. Samora Machel sempre como uma referência estimada na memória dos mais velhos e na consciência crítica que cresce nos mais novos.

* Este texto foi pronunciado em Beja na sessão de abertura das III Jornadas/Congresso da Revista Arquivo de Beja

Cinema

Rogério Feitor

Antes de mais, os factos estatísticos: em 25 filmes em exibição nas nossas salas em meados de Novembro, 22 são estrangeiros e 3 são portugueses. Em termos percentuais, dá uma bonita quantidade de 88% de filmes estrangeiros contra 12% de filmes portugueses. Se toda a nossa história cultural parece ter



Três é o número mágico

sido feita por intermédio de invasões e conquistas, por outros povos, através do poder da espada, agora a guerra parece ser travada num outro campo e com outras armas, quiçá mais poderosas. E é através destas palavras que vos conduzo, então, aos três filmes portugueses.

1: o fantasma

João Pedro Rodrigues estreou-se comercialmente nas nossas salas com Parabéns, exibido como primeira parte de um outro filme português, Os Ossos, de Pedro Costa. Este filme foi reconhecido pela crítica cinematográfica como a revelação de um novo valor no cinema português, o que lhe valeu um orçamento para a sua primeira longa metragem. Homossexual assumido, João Rodrigues não teve receio de lançar achas para a fogueira, fazendo surgir toda uma fantasia homossexual em O Fantasma, título do seu filme. A polémica instalou-se, de uma maneira simpática, aproveitando-se disso o filme e o seu autor, para se lançar a mais altos voos, tendo sido já o filme exibido em França, Itália e preparando-se para o ser no Brasil e nos próprios Estados Unidos. O filme, no entanto, e apesar de conter imagens chocantes e bastante explícitas, é um filme sensível e como redentor de algumas obsessões do realizador. O que faz com que nem o público gay nem as gentes heterossexuais saiam satisfeitas deste filme. O que é pena, pois o talento do realizador é evidente e o poder das suas imagens constante.

2: peixe-lua

Realizado por José Álvaro Morais, criador, entre outros de Zéfiro e O Bobo, o Peixe-Lua surge-nos como um misto de banda desenhada e efabulação poética, como uma Balada do Mar Salgado se tratasse (apesar de, também este, em ligeiros tons gay surgir). Aliás, o próprio realizador parece admitir esta semelhança, transfigurando-o no quadro de Corto Maltese, o eterno marinheiro-pirata de Hugo Pratt, que Maria João (Beatriz Batarida) tem pendurado no seu quarto. Apesar de pecar por alguns toques de snobismo no filme (autocondescendência, já que o próprio filme se passa num ambiente snob), o que é certo que alguma atmosfera mágica passa por nós, figurada na imagem-chave do filme: o barco, Zéfiro, que ape-

nas não se relaciona com o outro filme já citado do realizador, mas como que nos transporta para todo um mar tão umbilicalmente ligado aos portugueses. E este mar, juntamente com a personagem feminina, uma Beatriz Batarida que cresce como actriz e que nos espanta com a sua beleza ferida, são o forte deste filme, que, com toda a sua coerência e força narrativa não desmerece o cinema português.

3: branca de neve

Para o fim, um filme mais polémico, quiçá o filme mais polémico deste minicartaz nacional. Como já nos habituou o seu autor, João César Monteiro, uma aura de anarquia controlada ao pormenor e de individualismo artístico sobressai neste objecto, que tão distante de um filme parece ser. Baseado num escrito do poeta suíço Robert Walser, as imagens que surgem na grande tela contam-se pelos dedos. Aliás, e não sei se esta era a intenção do autor, surgem de uma maneira tão abrupta que nos obrigam, a nós espectadores, a desviar os olhos da luz, só retornando à origem do foco quando esta volta a desaparecer.

Branca de Neve conta-nos a história da protagonista depois de esta ter sido salva pelo Príncipe estrangeiro, a que César Monteiro dá a voz a um actor brasileiro. O filme passa-se todo na escuridão, aparecendo as diversas cenas quase que radiofónicas entremeadas por imagens de céus com nuvens ou de ruínas, sendo a imagem final Monteiro ele próprio sussurrando um não apenas reconhecível pela movimentação dos lábios. No entanto, e apesar de toda a polémica alimentada pelas imagens (ou pela falta delas) e pelo dinheiro do erário público gasto neste filme, uma coesão granítica ergue este objecto ao estatuto de filme. César Monteiro, numa entrevista, admitiu que não sentiu prazer ao fazer este filme, ele próprio não sabendo como a sua carreira iria prosseguir depois desta sua última criação. No entanto, a revolução na sua obra é patente, como em todo objecto artístico que se preze. E não foi através deste exacerbamento de signos anti artísticos que a Arte, ao longo dos tempos, parece recriar-se, cada vez que encontra um caminho sem saída? Como que a imagem de um céu claro depois da escuridão, como João César Monteiro parece querer dizer. Que não seja o último!

Pontos Cardeais

Agriculturas

Segundo os resultados do Recenseamento Geral da Agricultura 1999, apresentados esta semana pelo INE, na última década a proporção de agricultores portugueses com idade média igual ou superior aos 65 anos aumentou em vez de diminuir: há 10 anos este grupo representava 29% dos produtores, no ano passado já equivalia a 38% da população agrícola. Ou seja: ao contrário do que têm afirmado as propagandas governamentais sobre o sucesso dos «estímulos» nacionais e comunitários à fixação de jovens na actividade agrícola, essa fixação de jovens tem diminuído drasticamente. Aliás, como está patente noutro dado apresentado pelo INE: hoje há menos 30% de explorações agrícolas do que em 1989, o que significa que ao longo deste período desapareceram 183 mil.

Não faz mal, né? A Espanha e os outros potentados agrícolas da União Europeia continuam a produzir cada vez mais, pelo que podemos ficar descansados: podemos sempre ir aumentando as importações do que vamos deixando de produzir...

Demissões

O Governo de António Guterres está numa confusão. Ele é o ministro Armando Vara a demitir-se porque foi posta em causa a sua antiga decisão de ter formado uma Fundação gerida por assessores e sorvendo centenas de milhares de contos (Guterres limitou-se a recusar a demissão

do seu ministro), ele é o ministro António Costa a demitir-se porque estava indignado com a falta de solidariedade de um colega de Governo (mais uma vez, Guterres respondeu com a não aceitação da demissão do seu ministro), ele é o secretário de Estado Ricardo Sá Fernandes a demitir-se por causa da zanga/demissão de António Costa (desta vez Guterres aceitou a demissão sem pestanejar, talvez cansado de recusar as demissões que assim o assaltaram em catadupa).

Por este andar, a governação do Primeiro-Ministro António Guterres ainda acaba a resumir-se às suas decisões de aceitar ou recusar as demissões... dos seus ministros e secretários de Estado!

Derrapagens

As contas no Ministério da Saúde continuam em alegre derrapagem: agora são as dívidas dos hospitais à indústria farmacêutica que atingiram 85 milhões de contos, subindo a uma média de cinco milhões de contos por mês, enquanto as dívidas às farmácias subiram num só mês 10 milhões de contos, «saltando» de uns astronómicos 120 para 130 milhões de contos.

Afinal, a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, não tinha dito que ia sanear a situação financeira desastrosa que herdara da sua inefável antecessora, Maria de Belém? E a Saúde não era a nova «paixão» do Governo de António Guterres?

Pelos vistos, não foram só as contas do Ministério da Saúde que derraparam...

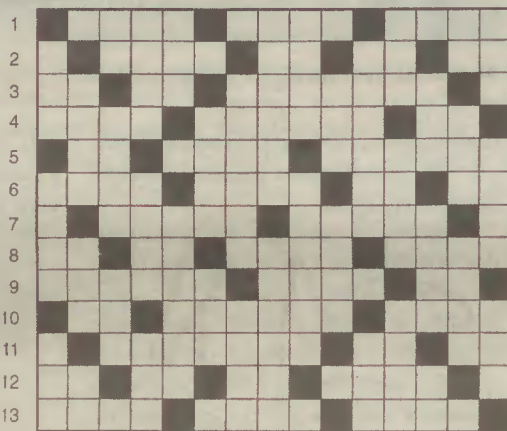
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Instrumento cortante, composto de lâmina de gume e de cabo; carrego; tropel. 2 - Massa informe; pedra de amolar; a si mesmo; caminhar. 3 - Nome da letra I (pl.); nome da letra que corresponde ao P latino; tira de pano, com casas que se cose a uma das bandas do vestuário, para se abotoar sobre a outra banda. 4 - Tudo o que promove um movimento; zombar; a mim. 5 - Mulo; tempo; natural ou habitante da Lorena. 6 - Glória; delonga; sétima nota musical; grito aflitivo. 7 - Conjunto das pessoas mais cultas; interpretação de algum texto obscuro. 8 - A tua pessoa; interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; vertigem; ulmo. 9 - Sem a noção dos princípios da moral; versado; planta liliácea da China. 10 - Aspecto; alcoviteiro; solução de amido, para engomar. 11 - Pequeno; terceira nota musical; aqueles. 12 - Deus egípcio; contr. da prep. a com o art. def. o; contempla; na parte exterior. 13 - Customou; praça pública, na antiga Roma; mulher formosa (fig.).

VERTICAIS: 1 - Aguardente de cereais (cevada, trigo, aveia); faixa; que não está cozido. 2 - Adição; alguma; pessoa notável na sua especialidade. 4 - A parte superior das árvores; unir de asas; antigo navio de guerra, de alto porte. 5 - Naquele lugar; espécie de verniz de laca, proveniente da China e do Japão. 6 - Mastigo e engulo; claridade produzida por qualquer fonte luminosa, por qualquer substância em ignição. 7 - Pancada na cabeça com vara ou cana; coisa doce como o mel (fig.). 8 - Óxido ou hidróxido de cálcio; parte direita ou esquerda de qualquer pessoa, animal ou objecto. 11 - Aquoso; maior. 12 - Bênis; júbilo; volta. 13 - Deseje; elevado; aquelas. 14 - Lítio (s. q.); eia! (interj.); aquele que fala por gestos. 15 - Espécie de sapo da região do Amazonas; sete mais um; membro guarnecido de penas que serve às aves para voar.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Facet; pesco; fúria. 2 - Mol; mó; set; tr. 3 - Ist; pi; carcela. 4 - Mol; caçor; me; 5 - Mu; hora; lorena; 6 - Meia; caçor; me; 7 - Cop; asar; nau. 8 - Cop; asar; nau. 9 - Alt; char; 7 - Com; luz. 7 - Com; luz. 7 - Com; luz. 8 - Em; gar; 11 - Pe; 12 - Bênis; júbilo; volta. 13 - Deseje; elevado; aquelas. 14 - Lítio (s. q.); eia! (interj.); aquele que fala por gestos. 15 - Espécie de sapo da região do Amazonas; sete mais um; membro guarnecido de penas que serve às aves para voar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Facet; pesco; fúria. 2 - Mol; mó; set; tr. 3 - Ist; pi; carcela. 4 - Mol; caçor; me; 5 - Mu; hora; lorena; 6 - Meia; caçor; me; 7 - Cop; asar; nau. 8 - Cop; asar; nau. 9 - Alt; char; 7 - Com; luz. 7 - Com; luz. 8 - Em; gar; 11 - Pe; 12 - Bênis; júbilo; volta. 13 - Deseje; elevado; aquelas. 14 - Lítio (s. q.); eia! (interj.); aquele que fala por gestos. 15 - Espécie de sapo da região do Amazonas; sete mais um; membro guarnecido de penas que serve às aves para voar.

Xadrez

DCCLXXX - 7 DE DEZEMBRO DE 2000

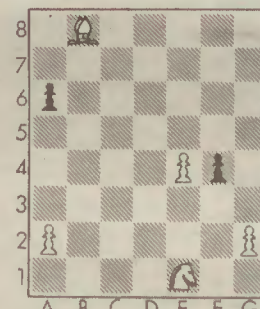
PROPOSIÇÃO N.º 2000X46

Por: Aleksey A. Troitzky

«Bohemia», 1911

Pr.: [5]: Ps. a6, f4, h5-dh6-Rh4

Br.: [6]: Ps. a2, e4, g2-Ce1-Bb8-Rh2



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO [N.º 2000X46/A. A. T.]

1. Cf3+, Rg4; 2. Cc5+, Rh4; 3. Bc7, Df6; 4. a3, a5; 5. a4, Rg5; 6. Bb8, Dd8; 7. Cf7+ e.g.

A. de M. M.

Damas

DCCLXXX - 7 DE DEZEMBRO DE 2000

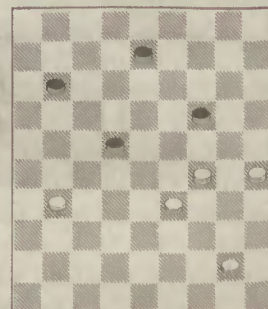
PROPOSIÇÃO N.º 2000D46

Por: Jan J. H. Scheijen

NL, 1957

Pr.: [5]: 8-11-19-22-25

Br.: [5]: 29-30-31-33-44



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO [N.º 2000D46/J. H. Sch.]

1. 29-34, (25x34); 2. 24x2=D, (34-39); 3. 2x16, (39x50=D); 4. 16-11, (50x29); 5. 31-27, (22x31); 6. 11x33 e 7. 33-47+

A. de M. M.

Ciência e Tecnologia

• Francisco Silva

C&T - Uma certa estranheza

Nos idos sessenta, recordo-me ter ido a uma festa lá para os lados de Cascais. Uma festa em casa «médio-burguesa» e afecta ao regime. Amigos de família. Lembro-me de estar a dançar o melhor que podia, o que era, no mínimo, muito pouco. Estava a dançar, dizia, veio a dona de casa, plétórica, cheia de um à-vontade nos antípodas da minha falta de à-vontade, e proferiu para o meu par: «Ó filha, toma cuidado que estás a dançar com um intelectual» - um intelectual eu, estudante do IST nos primeiros passos, futuro engenheiro? De qualquer forma, arrasado. Assim epitetado, não voltei a ser alguém naquela noite! Seria do mais chato e desinteressante possível para as miúdas, era isso! Com o tempo, fui percebendo melhor o alcance destas ideias. Ler, escrever e contar, vá lá, mas não muito bem! A burguesia, então como hoje, dominada, periférica. De Cultura, quase só a mexeriqueice. Os quadros técnicos, poucos e quase todos das suas famílias.

A Ciência & Tecnologia - a C&T -, o seu espectáculo suscitava admiração e era publicitado, sobretudo se vindo do Ocidente. É certo, o Sputnik gerou bastante *frisson*, mas foram as pegadas na Lua que acabaram por produzir a espantação. De qualquer forma, maravilhas fora do alcance dos portugueses, como se os seus protagonistas pertencessem a um Olimpo poiso também das estrelas de Hollywood. Desde então, também o Cabo Canaveral. As ciências sociais, cá, era como se não existissem. Mais, referi-las era um erro. Não fosse o diabo tecê-las e aparecesse esse «tal de» socialismo científico! E, no entanto, havia um punhado de resistentes trabalhando nestas áreas, possuindo um grande nível profissional e, não raro, um perfil de cidadania de grande coragem moral e... física! Bem hajam.

Passaram décadas. A quantidade de estudantes, graduados das universidades, quadros técnicos, cresceu em espiral. Antes de mim passaram 7 mil pelo IST, antes do meu filho já tinham passado 40 e tantos mil. Hoje existe no País um tímido florescer, não só das ciências «duras» (?) mas também das ciências sociais, existe um certo número de bons praticantes, activos no País e no estrangeiro. Os do interior, por norma dedicados para além de todos os limites, passam as passas do Algarve para realizar alguma coisa. Alguns, quais titãs, tal o tamanho dos obstáculos a ultrapassar. Na verdade, a nossa sociedade e as suas instituições não estão quase nada viradas para considerar a C&T, e menos ainda a Ciência, como algo indispensável para a vida do nosso país.

As prioridades são outras

Agora já não me chamam apenas intelectual, o que então me arrasara. Agora, por vezes, chamam-me antes

cientista, epíteto que não agrada por aí além - para além de o meu perfil não se inserir na «classificação» habitual. É uma certa estranheza, e o pressentir de ironia, se de tal sou apelidado - mas, talvez seja apenas mania! A C&T, artes circenses - sem desprimor para estas -, gastadoras de verbos necessárias para outros e importantes fins. No limite, a C&T, a servir de alienação da realidade da vida a sério!

Temos um Ministério para a C&T - dirão. Contudo, o sistema nacional de C&T, praticamente manco do pilar indispensável do tecido económico, não só é estranho aos empresários, como o é, e porque não havia de sê-lo, estranho aos trabalhadores. Cá, as prioridades são outras e, de um modo geral, as questões não passam pela C&T. Quando passam alguma coisinha, é regra geral para comprar tecnologia fora, onde ela é criada por quem sabe fazê-lo.

Ministério, o da C&T, - digo eu - cheio de Imagem, o de um Governo que apresenta, para 2001, um Orçamento de Estado para a Investigação e Desenvolvimento a ficar-se, em percentagem do PIB, pelos tempos de Cavaço Silva e a viver, afinal, sobretudo à custa de financiamentos da UE.

Isto, quando a contestação da C&T sobe de tom - um instrumento do Capitalismo agressor da Natureza e ao serviço do processo de Globalização - tem a sua verdade... Ah, esquecia, e a clonagem!

Lendo-se este texto, dir-se-á ser o seu autor um exagerado e dramatizador. Pois, a realidade nunca é só branca ou só preta.

Mas, vá, meta o leitor as mãos na consciência e repare no que pensa sobre tudo isto! Não terei razão? Sei. Não, não é tanto uma aversão, será antes uma certa estranheza...



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Crónica de mim

Adeus

Não. Não tenho pudor dos meus defeitos. Tenho o pudor do meu crepúsculo.

É um assímio privado.

Por favor, não insistam

Inquérito

Ordenei um inquérito. Que pistas, que pegadas, que sinais.

As veias mais azuis
Das costas das mãos.
Os músculos mais flácidos.
As súbitas travagens na memória.
Manchas negras, a pele envelhecida.
A dispneia ao fim de dez degraus.
Os sonos breves.
Não poder ir à festa do «Avante!».
Não querer sair de casa.
Não desejar as férias.
Chegar ao fim da página e não me lembrar nada do que li.

Qualquer Judiciária tem matéria que baste

Tudo confessarei.

História

Quando um a um por cima da minha chaminé começaram pousando os pássaros nocturnos então vi que eram horas de dizer adeus à cidade.

Interrompi o discurso para ir ali à taberna galega comer umas tapas não sei de quê.

Havia sol e a rua fluía naturalmente.

Meu pai

Meus filhos tratam-me por tu. É natural. Mas eu tratava o meu pai por senhor. Todas as noites antes de ir para a cama despedia-me. Ajoelhava. Dizia: A sua benção, Pai.

Guardei para sempre o gosto a mar e a mastro e a corda de navio dessa mão.

Beijar uma rosa nunca mais foi tão doce.

Esperança

Ao passar por aqui afogo em nostalgia.

Lembro. Pesadamente lembro.

Estás mórbido, rapaz (digo com bonomia).

E fico-me a embalar a olhar a folha verde que desponta na pota deste verso.

Cartoon

• Monginho

A G.N.R. DEVE E' APRESENTAR SERVIÇO...
NÃO E' PENSAR !!!
... PALAVRAS DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ...

POIS E'...
PENSAR E' PERIGOSO!



ATVer

Laurence
Skakespeare
Hamlet Olivier...

Hamlet

(Sexta-feira, 8,
às 0.30, na RTP2)

Não há fome que não dê em fartura, é o que costumava dizer-se. E, a confirmar o adágio, aí está um molho de Shakespeare que vai durar até ao enjoo. A qualidade, tão rara e arredia dos ecrãs de televisão, acaba, com esta abundância, por não deixar o telespectador menos «virado» para o clássico saborear as pérolas que lhe vão deitando. Desta vez temos a oportunidade, lá para as tantas da noite, de apreciar o trabalho de **Laurence Olivier**, nesta versão cinematográfica do dramaturgo inglês, rodada em 1948. Produzido, realizado e interpretado por Olivier - ele trabalhava assim... -, **Hamlet** conquistou então o Grande Prémio do Festival de Veneza. Bem merecido.



Último Tango em Paris

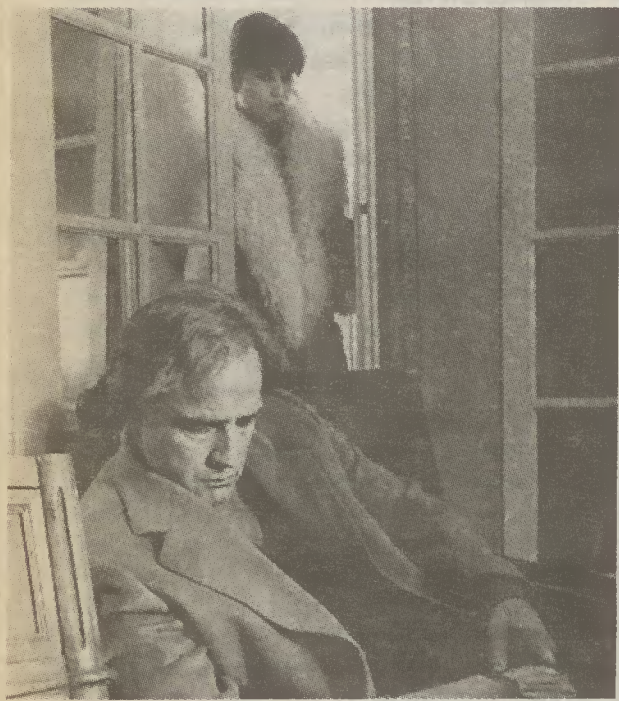
(Sábado, 9, às 01.30, na RTP2)

Classificado como «erótico» na programação deste canal e com o aviso de que «pode ferir a sensibilidade» de alguns, este filme de **Bernardo Bertolucci** passa assim por ser mais uma pornografia de pacotilha, quando, passados quase trinta anos sobre a sua realização e pese embora a susceptibilidade de muita gente, se trata de uma importante obra cinematográfica que viveu muitos anos à sombra da má fama. Trata-se, para além das ousadias, de um filme sobre a paixão e os desencontros. Com soberbas interpretações de **Marlon Brando**, **Maria Schneider** e **Jean-Pierre Léaud**, no cenário grandioso e melancólico de Paris.

Rio Sem Regresso

(Sábado, 9,
às 19, na RTP2)

Passemos aos grandes espaços do Oeste e ao vasto espaço então criado para os filmes com o *cinemascope*, alargando as vistas sobre a paisagem. Aqui, num rio enfurecido, **Robert Mitchum** e **Marilyn Monroe** vão aventurar-se em águas perigosas, seguros embora pela maestria de **Otto Preminger**, um realizador que não recusava, ele próprio, em aventurar-se em todos os géneros, desde que fossem suficientemente espectaculares. Ao fim das águas revoltas, que é como quem diz, de uma carga de trabalhos, está um futuro mais pacífico e feliz.



Um melancólico ÚltimoTango



Marilyn Monroe



Robert Mitchum

007 Ordem para Matar

(Sábado, 9, às 15, na SIC)

O que vale para Shakespeare vale também para o 007; o que vale para Laurence Olivier vale para **Sean Connery**. Quer dizer: sem critério, nem cronologia, apenas à molhada, tanto na RTP como nos outros canais - e desta feita na SIC -, os filmes interessantes aparecem, quando são cumpridas as promessas, o que raramente acontece, e os possíveis telespectadores que façam ginástica horária para os verem ou gravarem. Hoje, e depois de na semana passada ter sido passado o Goldfinger, aí está o primeiro da série - **007 Ordem para Matar**. Realizado por **Terence Young** em 1963, e tendo lançado a figura do agente britânico protagonizada por Connery, este foi o filme que, por assim dizer, constituiu a matriz da longuíssima série. Mais tarde, já não em *Sessão Aventura* mas em *Dias do Cinema*, corre a película **007 Só se Vive Duas Vezes**, realizada em 1967 por **Lewis Gilbert**. É às 0.40...

A Deusa do Mal



Armageddon

(Domingo, 10, às 17, na SIC)

Nem todos os filmes planeados para constituírem divertimentos - e assim se enfeitarem com espantosos efeitos especiais - atingem o seu objectivo. Por exemplo, este **Armageddon** (não percebemos por que não traduzem o termo bíblico, se calhar por falha cultural de palmaria). Planeado para ser um filme de acção e para cortar o fôlego, acaba por se ficar pela chateza longa (mais de duas horas) de peripécias que não encantam nem divertem. Safa-se a interpretação de **Bruce Willis** que, habituado aos salvamentos *in extremis*, lá salva o planeta à gente.

A Deusa do Mal

(Terça-feira, 12, às 2.40, na RTP1)

E aqui está um belo clássico, para quem tenha a pachorra de esperar pelas três da madrugada ou quem se não esqueça de gravar este filme a preto e branco, realizado em 1950 por **Nicholas Ray** e que faz brilhar a então jovem **Joan Fontaine** que então prometia no cinema aquilo que não foi

mais tarde capaz de cumprir - ser uma boa actriz, como aqui parece ser. O argumento, adaptado de um romance de Anne Parrish, é trabalhado por Ray que aprofunda a personalidade equívoca de uma personagem fascinante, aparentemente inocente e doce e profundamente perversa.

Quinta, 7

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.00 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Marcas da Paixão
14.45 Rosalinda
16.00 Agora É que São Elas
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Presidenciais - Entrevista com Fernando Rosas
21.20 Futebol: F.C. Porto-Espanhol de Barcelona
23.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
24.00 Cruzamentos
01.00 24 Horas
01.30 «Third Watch»
02.30 «Sonhos Dourados» (de George Stevens, EUA/1935, com Katharine Hepburn, Fred MacMurray, Fred Stone. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
13.00 Vila Faia
14.00 Anos 70 (Reposição - 9.º Episódio)
15.50 Zapping
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Não Exibido (4.º Episódio)
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Duas Vozes
24.00 «Triade de Xangai» (de Zhan Yimou, China-França/1995, com Gong Li, Li Baotian, Li Xuejian. *Policia*)

Sexta, 8

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
09.45 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
07.00 Infantil/Juvenil
09.00 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Marcas da Paixão
14.45 Rosalinda
16.00 «Um Cavalo para Danny» (Telefilme)
18.00 Quem Quer Ser Milionário?
18.30 Quebra Cabeças
19.00 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Milionários à Força
22.15 Cromos
22.45 «Alien 3: A Desforra» (de David Fincher, EUA/1992, com Sigourney Weaver, Charles Dance, Charles S. Dutton. *Ficção Científica*)
00.50 24 Horas
01.20 Big Bang
02.35 «A Perda da Inocência» (de Mike Figgis e Annie Stewart, EUA/1998, com Julian Sands, Saffron Burrows, Stefano Dionisi. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Anos 70
15.00 Duas Vozes
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos
19.30 Desporto - Hóquei em Patins: Portugal-França
21.00 Não Exibido
22.00 Acontece



O Que Diz Molero, a peça de Diniz Machado (Segunda à noite na RTP2)

01.45 Gente da Cidade...
Uppsala
02.20 Geração de 60 (Reposição - 4.º Epis.)

▼ SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Bairro da Fonte
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «Mã Companhia» (de Victor Salva, EUA/1995, com Eric Roberts, Lance Henriksen. *Thriller*)
01.30 Sai de Baixo
02.45 Último Jornal
03.15 No Fim do Mundo

▼ TVI

08.30 Animação
11.10 «Big Brother» (TVI Jornal no intervalo, às 13.00)
15.35 Bataoan
18.30 Impacto TV
19.00 Dinheiro à Vista
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Brother»
21.35 Jardins Proibidos
22.30 «Na Linha de Fogo» (de Wolfgang Peterson, EUA/1993, com Clint Eastwood, John Malkovich, Rene Russo. *Thriller*)
01.00 A Bola é Nossa
03.00 Seinfeld

22.30 Jornal 2
23.00 A Outra Face da Lua
00.30 «Hamlet» (de Laurence Olivier, R.Unido/1948, com Laurence Olivier, Jean Simmons, Peter Cushing, Terence Morgan. *Ver Destaque*)
03.05 Geração de 60

▼ SIC

08.00 Buêré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «O Lugar do Morto» (de António-Pedro Vasconcelos, Port./1984, com Ana Zanatti, Pedro Oliveira. *Drama*)
16.00 «007, O Espião Irresistível» (de Lewis Gilbert, R.Unido/1977, com Roger Moore, Barbara Bach, Kurt Jurgens. *Ação*)
17.00 O Cravo e a Rosa
18.10 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Residencial Tejo
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «Segundos para a Fuga» (de Tom Gries, EUA/1975, com Charles Bronson. *Ação*)
01.30 Jogo Limpio
04.00 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
13.00 TVI Jornal
14.15 «Macacos à Solta» (de Robert Vince, EUA/2000. *Telefilme*)
16.00 «Goonies» (de Richard Donner, EUA/1985. *Aturas Juvenil*)
18.00 «Águas Mortais» (de Bill L. Norton, EUA/1998, com Joel Fisher e Giancarlo Esposito. *Telefilme*)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
21.35 Jardins Proibidos
22.30 «Access Denied» (de Robert Kubilos, EUA/1997. *Erótico*)
00.30 «Perigo Total» (de Tom Makiewicz, EUA/1993, com George Segal, Peter Boyle, Alan Arkin. *Drama*)
02.30 Zona de Perigo

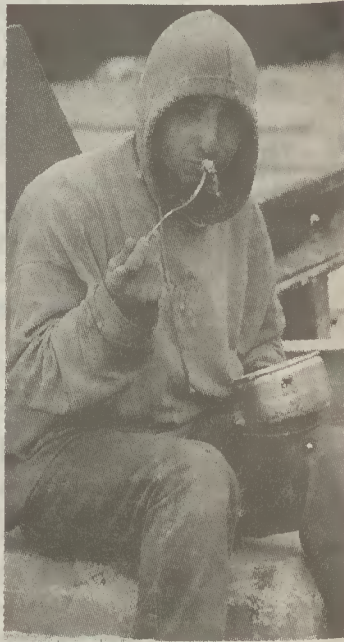
Sábado, 9

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.50 «O Príncipe Quebra-Nozes» (de Paul Schibli, Canadá/1990. *Animação*)
17.10 Felicity
18.00 Ajuste de Contas
18.50 Futebol: Sporting-Belenenses
21.00 Telejornal
22.15 Moda 21
22.45 Santa Casa
00.25 Lei Marcial
01.25 Máquinas
02.00 24 Horas
02.20 «Terror em Nova Iorque» (de Leslie Libman e Larry Williams, EUA/1997, com Peter Gallagher, Art Malik, Ned Eisenberg, Marcia Gay Harden. *Drama*)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Rio Sem Regresso» (de Otto Preminger, EUA/1954, com Robert Mitchum, Marilyn Monroe, Rory Calhoun, Toomy Rettig. *Ver Destaque*)
21.00 A História da Indústria (3.º Episódio)
21.30 Jornal África
22.00 Horizontes da Memória
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História



«A Promessa» (Domingo às 24 h na RTP2) é um quase-documentário sobre o trabalho clandestino na Europa de hoje

24.00 Brit Com («Blackadder»; «A Vigária de Dibley»; «Liga de Cavalheiros»)
01.30 «O Último Tango em Paris» (de Bernardo Bertolucci, It.-Fr./1972, com Marlon Brando, Maria Schneider. *Ver Destaque*)
03.50 Prazeres

▼ SIC

07.30 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.50 «Wolf, Um Amigo Muito Especial» (de Peter Svatek, 1998. *Aventura*)
15.50 «007 - Ordem para Matar» (de Terence Young, R. Unido/1963, com Sean Connery, Daniela Bianchi, Robert Shaw. *Ver Destaque*)
18.15 Malhação
19.10 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Querido Professor
22.00 Cuidado com as Aparências
22.40 Herman Sic
00.40 «007 - Só se Vive Duas Vezes» (de Lewis Gilbert, R. Unido/1967, com Sean Connery, Donald Pleasence, Akiko Wakabayashi. *Espionagem*)
03.30 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Top Rock
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra-Ataque
14.30 4.º A Fundo
14.45 Caras Lindas
16.00 «Selvagem» (de Avi Nesher, EUA/1995, com Oliver Gruner e Jennifer Grant. *Comédia*)
18.00 «Olha Quem Fala Agora» (EUA/1993, com John Travolta e Kirstie Alley. *Comédia*)
20.00 Jornal Nacional
20.50 Jardins Proibidos
21.50 «O Comboio do Dinheiro» (EUA/1995, com Wesley Snijes, Woody Harrelson, Jennifer Lopez. *Arção*)
23.50 Lux

Domingo, 10

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Providence
16.15 «Guarda-Costas, Ama Seca» (de David Mickey Evans, para os Estúdios Disney, EUA/1996, com Sinbad, Brock Pierce. *Comédia*)
18.00 Casa da Saudade
18.45 Ajuste de Contas
20.00 Telejornal
21.10 Histórias da Vida como Ela É
22.40 Histórias da Noite
23.30 Domingo Desportivo
01.10 24 Horas
01.30 Liga dos Campeões - Magazine
02.30 «Em Busca da Perfeição» (de Ian Egleson, EUA/1996, com Crystal Bernard, Esai Morales, Casey Sanders. *Drama, Telefilme*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
12.00 A Outra Face da Lua
13.30 Andamentos
14.00 Desporto
18.30 O Genoma Humano
19.30 Especial Direitos Humanos
20.30 Onda Curta («O Diário de Groumanov», de S. Eisenstein, URSS/1923, e «Variações sobre o tema de Pírosmani», de Paradjnov e Tsereteli, URSS/1985 *Curtas* *Metragem de Animação*)
21.00 Bombordo
21.30 Artes e Letras - «Bernardo Santareno»
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «A Promessa» (de Luc e Jean-Pierre Dardenne, Belg.-Fr.-Lux./1996, com Jérémie Renier, Olivier Gourmet, Assita Keourao. *Drama*)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show
17.00 «Armageddon» (de Michael Bay, EUA/1998, com Bruce Willis, Billy Bob Thornton, Liv Tyler. *Ver Destaque*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Querido Professor
22.10 Mundo VIP
23.10 «007 - Aventura no Espaço» (de Lewis Gilbert, R. Unido/1979, com Roger Moore, Lois Chiles. *Espionagem*)
01.10 Último Jornal
01.40 «Cidadão X» (de Chris Gerolmo, EUA/1995, Stephen Rea, Donald Sutherland. *Thriller*)
02.40 A Imortal

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
14.00 «Uma Mulher em

Segunda, 11

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.30 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Marcas da Paixão
14.45 Rosalinda
16.00 Emoções Fortes
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Agora É que São Eles
23.20 Jogo Falado
01.10 24 Horas
01.35 «Um Realizador de Respeito» (de Alan Smithee/Arthur Hiller, EUA/1998. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Macau Entre Dois Mundos
15.35 Parlamento
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Não Exibido (Últ. episódio)
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco - Teatro: «O que Diz Molero»
01.30 Andamentos
02.05 Geração de 60 (Últ. episódio)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Laços de Família
22.30 A Febre do Dinheiro
23.00 Roda dos Milhões
00.40 Sai de Baixo
01.20 Último Jornal
01.40 «Vida Nova» (de Harvey Frost, EUA/1999, com Gail O'Gard, Rob Stewart, Corbin Bernsen. *Drama*)

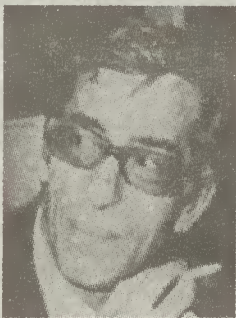
▼ TVI

08.30 Animação
11.10 «Big Brother» (TVI Jornal no intervalo, às 13.00)
14.00 Tiro e Queda
15.35 Batatoon
18.00 Impacto TV
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional

Terça, 12

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.30 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Marcas da Paixão
14.45 Rosalinda
16.00 Emoções Fortes
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.15 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.50 Conde D'Abranhos



Bernardo Santareno evocado no «Artes e Letras», num trabalho de Luís Filipe Costa

22.50 João Nicolau Breyner
00.30 Dinheiro Vivo
01.00 24 Horas
01.40 Desconhecidos
02.40 «A Deusa do Mal» (de Nicholas Ray, EUA/1950, com Joan Fontaine, Robert Ryan, Zachary Scott. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
12.45 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Macau Entre Dois Mundos
15.00 O Lugar da História
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Programa não designado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Party» (de Manoel de Oliveira, Port./1996, com Leonor Silveira, Michel Piccoli, Rogério Samora. *Drama*)
01.00 No Rasto do Mal
02.00 Rotações
02.25 Anos 70 (Repetição)

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Laços de Família
23.00 Febre do Dinheiro
23.30 «Inferno Acidental» (de Salome Breziner, EUA/1996, com Tom Berenger, Robert Davi, Valeria Golino. *Thriller*)
02.30 Sai de Baixo
03.45 Último Jornal
04.15 Toda a Verdade

▼ TVI

08.30 Animação
11.10 «Big Brother» (TVI Jornal no intervalo, às 13.00)
14.00 Tiro e Queda
15.35 Batatoon
18.00 Impacto TV
19.00 Dinheiro à Vista
19.30 «Big Brother»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
00.35 Os Homens do Presidente
01.35 Última Edição
02.25 Seinfeld

21.00 Big Brother
21.35 Jardins Proibidos
22.45 Pretender IV
23.45 Ally McBeal II
00.45 Última Edição
01.35 Seinfeld
02.15 Profiler

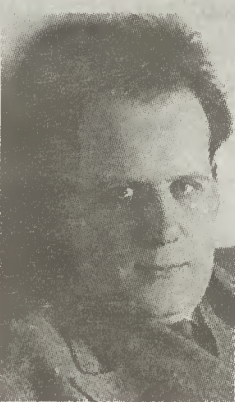
Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

Quarta, 13

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.30 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Marcas da Paixão
14.45 Rosalinda
16.00 Emoções Fortes
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Longa Metragem

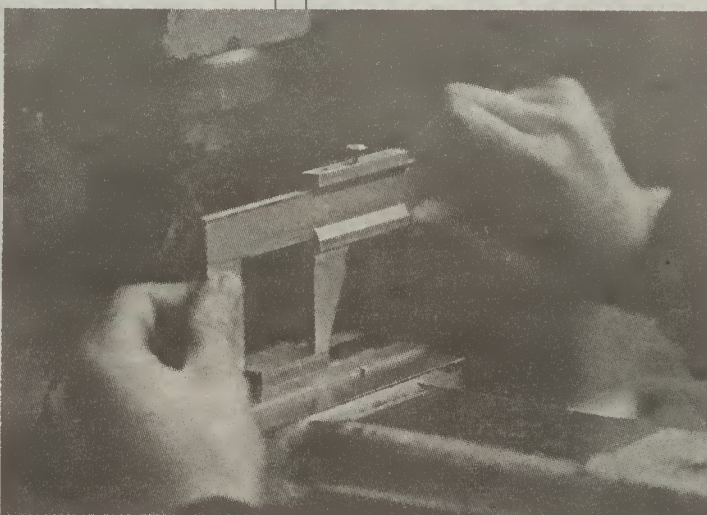


Em «Onda Curta», domingo, passa a primeira obra conhecida de Sergei Eisenstein

23.30 24 Horas
24.00 «Third Watch»
01.00 «Caminhos Mal Traçados» (de Alexander Payne, EUA/1996, com Laura Dern, Tippi Hedren. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews)
12.45 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Macau Entre Dois Mundos
15.00 O Lugar da História
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Programa não designado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Party» (de Manoel de Oliveira, Port./1996, com Leonor Silveira, Michel Piccoli, Rogério Samora. *Drama*)
01.00 No Rasto do Mal
02.00 Rotações
02.25 Anos 70 (Repetição)



16.30 Informação Gestual
17.30 Querida, Encolhi dos Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 2001
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Programa não designado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Os Segredos dos Homens
02.00 2001
02.35 Anos 70

▼ SIC

08.00 Buêrére
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 O Fura-Vidas
23.00 A Febre do Dinheiro
00.30 Sexappeal
01.30 Sai de Baixo
02.30 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
11.10 «Big Brother» (TVI Jornal no intervalo, às 13.00)
14.00 Há Festa no Hospital (directo)
20.00 Jornal Nacional
22.00 Jardins Proibidos
23.10 «Prioridade Absoluta» (de
01.10 Última Edição
02.00 Seinfeld

TVisto
Correia da Fonseca

O exemplo

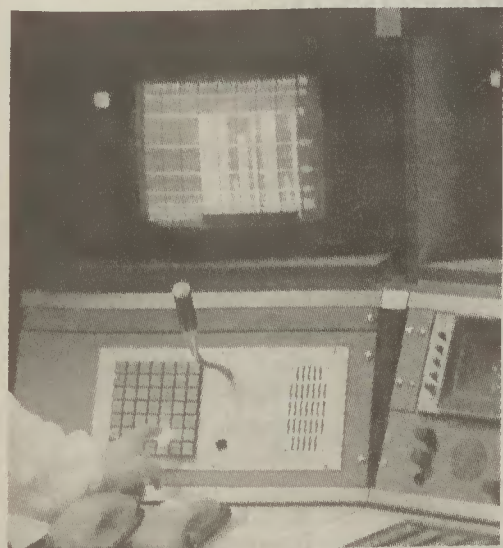
Era a «História da Indústria», em transmissão na RTP 2 por volta das 21 horas dos sábados. Falava dos mestres e dos primórdios de alguma actividade industrial ainda na Idade Média, embora já na sua fase última, e a dado passo faziamos notar que o chamado mestre da fabricação de calçado «é já um empresário». Também me parece que sim porque, trabalhando por sua conta e fazendo ele próprio a gestão da sua actividade, contratava ajudantes e aprendizes para ele trabalhavam. O mestre seria já, pois, um empresário, e os por ele contratados eram já integrantes do que mais tarde seria designado por classe operária, expressão esta que parece caída em desuso e ter-se tornado anacrónica em anos recentes porque os contratados manejam agora instrumentos outros e são retribuídos de outro modo. Quando são retribuídos, é claro, mas isso é uma outra história. De qualquer modo, o que quero salientar é que o programa identificou os já empresários mas omitiu de todo os já operários. Esqueceu-se. Ou desinteressou-se. É natural.

irrelevante dizer-se que a Radiotelevisão Portuguesa tem obrigações específicas entre as quais figura a de informar com verdade. Admito sem dificuldades que co-produza uma série com o duplo cariz cultural e informativo (pois, ao contrário do que pode supor-se, informar não é só dar conta de mais um desastre de aviação que aconteceu ontem) com uma associação de empresários, do que resulta um produto condicionado pela visão própria do co-produtor. Mas não me lembro de que tenha tido uma iniciativa idêntica, sequer remontante semelhante, em co-produção com um organismo representativo de trabalhadores. Nem mesmo me lembro de alguma vez ter dado sinais de ser capaz de fazer com um sindicato ou grupo de sindicatos, por exemplo, uma História do Operariado Português. E bem se sabe que teria muito que contar, que teria entre mãos material verdadeiramente dramático. Tal como também se sabe que, não obstante a apregoadá extinção da classe operária e também a proliferação de empresários, estes quase todos de via reduzida e difícil viabilidade a médio prazo, continua a haver mais telespectadores, mais portugueses que são operários que portugueses que são empresários. Num tempo em que a questão das audiências é tão lembrada, parece circunstância a ter em conta. Porém, o mais importante deste caso da «História da Indústria» e do notado esquecimento da classe operária quando se fala do aparecimento dos empresários é, que a Televisão que temos, que entra em casa de todos nós e por todos nós é paga (pelas verbas do Orçamento de Estado ou pelas receitas publicitárias incorporadas nos preços que pagamos), é uma Televisão de classe. Isto de a TV ser uma TV de classe, tal como de resto é de classe a imprensa que alimenta no plano informativo/deformativo a fracção da população portuguesa que ainda usa a capacidade de ler, é coisa que se ia sabendo por força da análise marxista das sociedades antes de as tais TV e imprensa terem decretado que o marxismo já não vale, se é que alguma vez valeu, e quem ainda acredita nele é dinossauro. Por isso, ninguém fará reparo em que a história da indústria em Portugal, que necessariamente é também a história das relações sempre pelo menos tendencialmente conflituais entre empresariado e proletariado, seja feita sob patrocínio de uma destas partes e divulgada como se de história neutral se tratasse. A questão vale sobretudo como exemplo, quase como caso-limite aliás vocacionado para ter escassa audiência. Porém, a sua importância está exactamente na condição de exemplo. Porque toda a televisão que vemos é assim, é assim tudo o que nos traz. E é preciso não o esquecermos se quisermos não ser mistificados.

É natural, creio, porque esta «História da Indústria» é uma co-produção da RTP com a Associação de Empresários Portugueses, palpitando-me que a intervenção da estação pública fica muito longe de tentar sequer que sejam feitas eventuais correcções ao conteúdo da série. É claro, ou pelo menos parece-me claro a mim e não apenas a mim, que a história da indústria está indissolvelmente ligada à história da classe operária e que separar uma da outra é bem mais difícil que separar dois gémeos siameses. Esta imagem dos gémeos siameses, que me parece não ser muito feliz, tem até, pelo menos, mais um ponto de similitude: é que tal como acontece com alguns siameses, também no caso da indústria, dos empresários e dos operários, um dos «gémeos» vive em larga medida, se não totalmente, à custa do outro.

Os dinossauros ainda sabem

Tudo bem, como agora é uso dizer-se. Contudo, não será



«Não Exibido», uma curta série de programas sobre o «não exibido» da RTP, com apresentação de Luís Osório (na RTP2 às 21h)

Causa» (de Sander Stern, EUA/1996, com Veronica Hamel. *Drama*)
16.00 «A Ronda da Noite» (de David S. Jackson, 1994, com Pierce Brosnan. *Thriller, Telefilme*)
18.00 Roberto Leal
20.00 Jornal Nacional
20.50 «Big Brother»
22.15 Jardins Proibidos
23.00 112
23.30 «Bloodsport IV - Condenado à Morte» (*Ação*)
01.30 «Hotel do Amor» (de Craig Rosenberg, EUA/1996, com Adam Young, Simon Bossel. *Comédia*)
04.00 PSI Factor III

A talhe de foice

● Anabela Fino

Idiotices

Longe vão os tempos em que os elementos das forças de segurança em geral, e da GNR em particular, mal sabiam articular uma frase com sentido do princípio ao fim. Essa realidade, felizmente ultrapassada ou em vias disso, não era característica exclusiva das referidas corporações, mas antes o reflexo do lamentável estado de degradação a que o fascismo levou o País. A educação não fazia parte das prioridades de então, a cultura era um inimigo público a abater.

Alinhar umas letras, fazer contas simples e assinar o nome, uma quarta classe tirada às três pancadas num vão de escada que fosse, era quanto bastava para o comum dos cidadãos, forças da ordem incluídas, que para mais altas cavalarias lá estavam as elites de comando. Sobretudo havia que não pensar nem ter ideias próprias, coisa perigosíssima, susceptível de pôr em causa a paz social. Pouco importava que tal política transformasse Portugal num país de analfabetos; o que importava era que o governo governasse, e os governados não tivessem sequer a veleidade de questionar a governação.

Vinte e seis anos passados sobre o 25 de Abril alguma coisa mudou. E se é verdade que as paixões pela educação sempre deixaram muito a desejar, não é menos verdade que hoje se tornou mais fácil encontrar gente capaz de se exprimir coerentemente, forças da ordem incluídas. Mais do que falar bem, o que hoje se verifica, e essa é sem dúvida a grande mudança, é que não só há quem pense como sobretudo há quem não tenha medo de pensar e de dizer o que pensa.

Seria de esperar que tal mudança de atitude e de mentalidade da população em geral, forças da ordem incluídas, suscitasse o aplauso generalizado, porque reveladora de consciência cívica, de progresso, de espírito democrático, de legítimo e louvável envolvimento na vida do país. Qual quê? Ainda no passado fim-de-semana um ministro do Governo de Guterres fez questão de declarar, sem subtilidades, que «à GNR não se pede que tenha ideias, mas que apresente resultados». A citação é feita de cor, mas não desvirtua a essência. Esta foi a reacção de um governante a declarações de um oficial da Brigada de Trânsito da GNR, cuja apreciação dos resultados da Operação «Combate à Velocidade Tréguas à Vida» não foi tão entusiástica como pelos vistos o ministro gostaria. Disse o oficial, em português escorrido e com a frontalidade de quem não receia dizer o que pensa, que só por si o combate à velocidade não vai resolver o problema da sinistralidade nas estradas portuguesas, na medida em que esse é apenas um dos factores do problema que importa resolver. Trata-se de uma opinião, ainda por cima qualificada.

O que não abona à qualidade do Governo é haver nele quem pense que à GNR não cabe ter ideias, como se de uma instituição acéfala se tratasse. Tamanha idiotice, vinda de um governante, é lamentável, mas também motivo de preocupação. Quando se entende que «para pensar estamos cá nós» alguma coisa está muito mal no reino da democracia.

Entretanto, os «bem pensantes» da nossa praça ou não deram conta ou não se scandalizaram, o que é igualmente preocupante. Um dia destes ainda aparece por aí alguém a dizer, como nos tempos da outra senhora, que somos livres de pensar... calados.

António Abreu defende reforma da administração pública

Sector público deve ser valorizado

Durante uma visita ao Centro Contra os Riscos Profissionais, o candidato à Presidência da República afirmou que as verbas para a segurança social, a saúde e a educação devem ser reforçadas.

António Abreu defendeu que a reforma da administração pública deve moderar a promiscuidade entre os sectores público e privado, durante uma visita ao Centro Nacional de Protecção Contra os Riscos Profissionais (CNPCRP), realizada anteontem.

Porque «não basta falar da reforma, importa que se diga o que se pretende com isso», o candidato à Presidência da República afirmou que deve haver um reforço da segurança social, da saúde e da educação públicas, através do aumento de receitas que a reforma do sistema fiscal poderá produzir.

António Abreu adiantou que é prioritária «a contenção dos apetites das seguradoras e das influências negativas de lobbies do ensino privado, que são estimulados pela deliberada degradação das condições de realização destas funções sociais com vista à sua privatização».

Da mesma forma, a reforma da administração pública deve incluir uma elevação da resposta aos utentes (com rapidez, qualidade e universalidade) e o envolvimento dos trabalhadores, a quem devem ser garantidos melhores salários, carreiras e estabilidade no emprego.

Durante a reunião que mantiveram com o candidato, os representantes do conselho directivo do CNPCRP anunciaram a intenção de criar no futuro uma rede nacional de serviços próprios - nomeadamente quando assumirem a gestão dos acidentes de trabalho -, apesar de contarem com a oposição das seguradoras.

Os responsáveis daquela instituição acrescentaram que o modelo de gestão do instituto é positivo. Lembrou-se que se trata de um centro público de segurança social, com autonomia e representa-

ção na gestão de sindicatos e entidades patronais.

O conselho directivo afirmou ainda que um dos seus objectivos é reduzir o número de casos de doenças profissionais invocados e que depois não se confirmam. Em Portugal, tal como noutros países da Europa, há falta de relação entre o diagnóstico da

doença e a relação com a causa profissional.

Próxima semana

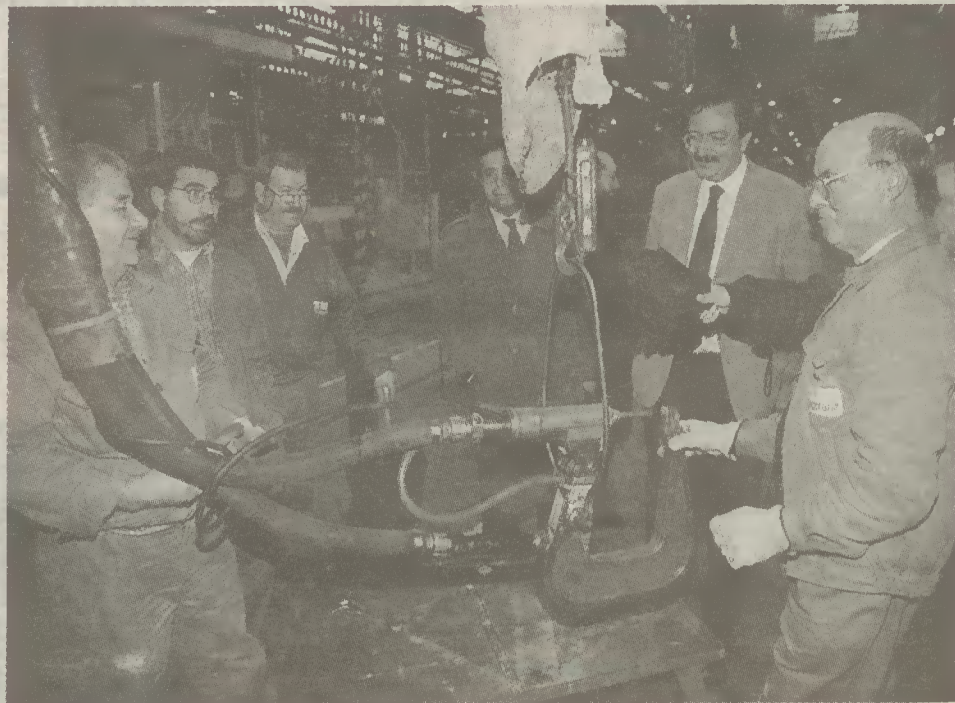
Na próxima terça-feira, António Abreu participa numa conferência sobre as «Presidências 2001», promovida pela Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica, que se realiza às 10 horas. Nessa tarde, o candidato visita o «Forum

Estudante», na Fil, no Parque das Nações, em Lisboa.

Na quarta-feira, António Abreu reúne-se com o reitor da Universidade de Coimbra e com a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. Mais tarde, o candidato encontra-se

Os trabalhadores devem ver garantida a estabilidade no emprego

com a administração e o pessoal do Hospital Pediátrico daquela cidade. À noite, às 20 horas, participa num jantar de apoiantes na Figueira da Foz, no restaurante «Europa».



Nas últimas semanas, António Abreu contactou com trabalhadores de diversas empresas. Anteontem, foi a vez dos funcionários do Centro Contra os Riscos Profissionais (foto na ADtranz)

22.º Congresso do Partido Comunista Japonês

Nos dias 20 a 24 de Novembro realizou-se na cidade de Atami, perto de Tóquio, o 22.º Congresso do Partido Comunista Japonês no qual participaram cerca de mil delegados em representação dos 380 000 militantes do PCJ.

O Congresso, durante o qual usaram da palavra 74 delegados, aprovou a resolução política e a revisão dos estatutos do Partido propostas pelo anterior Comité Central e elegeu o novo CC, com-

posto por 166 membros efectivos e 20 suplentes. Na sua primeira reunião, o novo CC elegeu os seus organismos executivos: 55 membros para o Presidium, que por sua vez elegeram 20 dos seus membros para o Presidium Permanente e 18 para o Secretariado. Os camaradas Fuwa Tetsuzo, Shii Kazuo e Ichida Tadayoshi foram eleitos, respectivamente, presidente do Comité Central, presidente do Presidium e responsável do Secretariado.

Ao Congresso assistiram 21 delegações estrangeiras, entre as quais as dos Partidos Comunistas da Grã-Bretanha, Índia (PCI e PCI - marxista), Cuba, Grécia, Sri Lanka, Boémia e Morávia, China, Alemanha, França, Vietname, África do Sul e Federação Russa, da Esquerda Unida (Espanha), Refundação Comunista (Itália), PDS (Alemanha), Partido Revolucionário do Povo (Laos), Partido da Revolução Democrática (México). Presentes ainda delegações da União dos Coreanos Residentes no Japão e da Associação Geral dos Coreanos Residentes no Japão.

O Partido Comunista Português fez-se representar pelo camarada Ruben de Carvalho, membro do Comité Central.

Niemayer solidário com Viana do Castelo

O arquitecto brasileiro Oscar Niemayer enviou um trabalho em papel vegetal para ser exposto e vendido da exposição «Arte & Solidariedade», patente até dia 16 no centro de trabalho do PCP de Viana do Castelo. Esta exposição tem como objectivo reunir dinheiro para a reconstrução daque-

le centro de trabalho, destruído por um incêndio no Verão.

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo considera que esta iniciativa está a ser um êxito, pelo número de artistas participantes, pelos muitos visitantes e pela quantidade de trabalhos vendidos.

